ANO IV — Nº 46 — Cr$ 20,00

coojornal

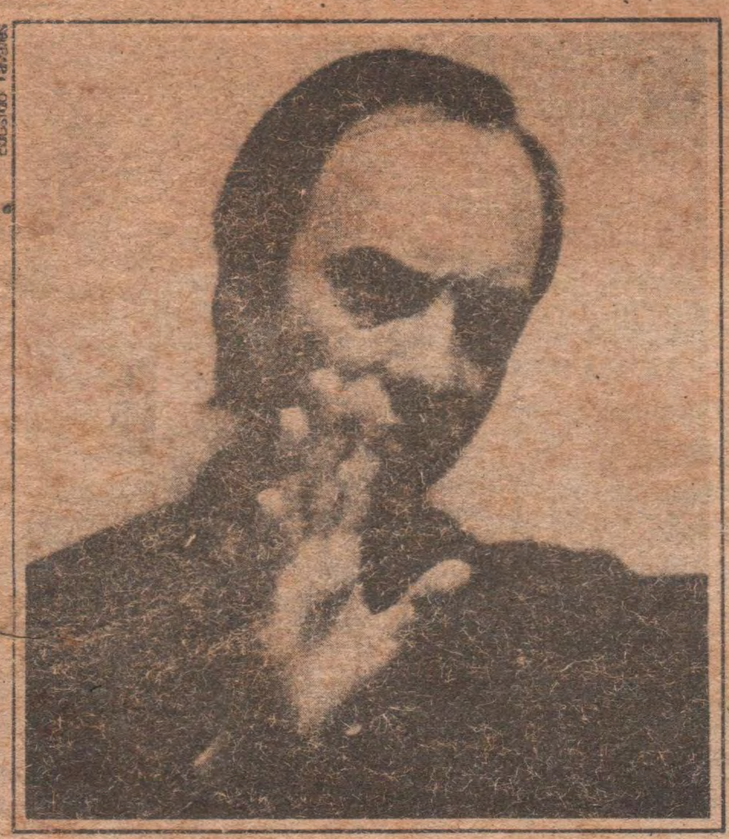
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

BIBLIOTECA CENTRAL DE ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. — U.F.V.

CONFIDENCIAL

O SNI diz que os tupamaros estão financiando este jornal!

Um depoimento do jornalista Flávio Tavares



Eduardo Tavares

A VERDADEIRA HISTÓRIA DO DR. FALCÃO, O GUERRILHEIRO



Maurecy Santos

ELIS CONTA UM SEGREDO

(a prensa que levou para fazer propaganda do governo)

coojornal
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este Jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa, de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros

Editor
Elmar Bones
Secretário
Osmar Trindade
Redação
Rosvita Saueressig, Baru Derquin, Luiz Carlos Merten, Jorge Gallina Elaine Lerner, Lenora Vargas, Lilian Bem David, Maria Angélica de Moraes, Maurecy Santos, Rafael Guimarães, Tomás Pereira, Ademar Vargas de Freitas, Eduardo Tavares, Chico Daniel, Mauro Toralles, Edgar Vasques, Sérgio Batsow, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Eduardo Bueno, Ariosto Teixeira (**Brasília**), Marcelo Pontes (**Rio**), Geraldo Hasse (**São Paulo**), Paolo Marconi (**Salvador**) Silvia Costa (**França**), Eva Dürr (**Alemanha**), Licínio Azevedo (**Moçambique**) Caco Barcelos (**Nova Iorque**), Jacó Filho (**Londres**)
Gerência
Francisco Alba
Comercial
Enio Lindenbaum
Circulação e assinaturas
Manoel Canabarro, Renan Carvalho Rodrigues, Egídio Dalmina, Silvio L. da Silva, Edson d'Ávila Deolde César Dorneles
Diretor Editorial
José Antônio Vieira da Cunha
Industrial
Ivan Ferreira Franco, Hélio Pinho, Luiz Alberto da Costa, Paulo Ricardo Nobre, Francisco Altair dos Santos, Cleusa Regina Borsatto, Cláudio Bomfim da Luz, Carlos Neves Diniz (**composição**), Silvia de Ávila Berni, Edson Ubiratan Trindade, Maria de Lourdes Lima, Osvaldo Lucas, Fernando S. Zemor, Danclar Jesus Rossato (**revisão**), Atil Vineton Medeiros, Júlio César Ferrari, José Luiz dos Santos (**fotolito**), Luiz Gustavo Machado, Luiz Augusto de Oliveira, João Carlos Meirelles, Ari Roberto da Silva, Paulo Roberto de Ávila (**montagem**), Paulo Roberto de Azeredo Sá (**Coordenador**), Júlio César Romano Martins (**subcoordenador**), Carlos Milton de Goz Rios (**chefe de produção**).
A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones: 33 5099, 33 5990 e 33 5743 — Telex (051) 1605

Registro nº 33170/Livro A1
Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (**Presidente**), Tomás Pereira (**Vice-Presidente**), Rosvita Saueressig (**Secretária**), Affonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (**Conselheiros de Administração**), Antônio Oliveira, Agnese Schiffino, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello e Regina Vasques (**Conselheiros Fiscais**), Assis Hofmann, Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (**Conselheiros de Edição**), Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas, Angela Beatriz Riccordi, Antonio Britto, Antonio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Carlos Mosmann, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Delmar Marques, Edgar Vasques, Erni Ouaresma, Euclides Torres, Imara Stallbaum, Jandira César, José Antônio Ribeiro, José Félix Valente, Julieta Pereira, Léo Tavejnhansky, Licínio de Azevedo, Luiz Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson de Oliveira, Renato Pinto da Silva, Sérgio Moita, Silmar Müller, Clóvis Malta, Omar de Barros Fº, João Carlos F. da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, João B. Scalco, Eva Caparelli, Maristela Bairros, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto André, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Freitas, Renan de Oliveira, Antonio Gonzales, Mário Villas-Boas da Rocha, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Coutinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Luiz Afonso Franz, Eugênio Bortolon, Mario Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antonio Simch, Ségio Caparelli, Lauro Quadros, Marcelo Oscar Lopes, Maria Inês Burger, José A. Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Ségio Tomelin, Jose Abu-Jamra, Ségio Becker, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Fernando Bueno, Edgar Lisboa, Carlos Karnas, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Vera Regina Monteiro, Amauri Melo, Paulo Macedo, Marco Antonio Schuster, Neusa Tasca, Otilia Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Arteche, Neuza Ribeiro, Marcos Antonio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antonio Ranzolin, André Jockyman, Jaime Copstein, Raul Rubenich, Citina Leal, Leonardo Dourado, Edson Gomes Chaves, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Silveira, Adroaldo Correa, Vera Daisy Barcelos, Maria da Graça Seligman, Humberto Andreatta, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Moura, Paulo Fogaça, Severino Goes, Fernando Guedes, Neltair Abreu, Maria da Graça Silva, Walmaro Paz, Milton Fernando Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Teixeira, Julio Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise Fetter, Luiz Antonio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Dorneles, Ricardo Schimitt, Carmem Laviaguerra Silveira, Nelson Baibich, Francisco Daniel Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Costa, Juarez Fonseca, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Cândido Cruz, Luiz Carlos Felizardo, Francisco Juska, Carlos Rafael Guimaraens Fº, Carlos Frederico Mens, Eduardo San Martin, Ilza Girardi, Eugênio Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ennio Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimaraens, Alberto Filgueiras, Iara Terezinha Schilling, Fernando Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luiz Carlos Ferreira, Anibal Bendatti, Arthur Oliveira Fº, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simch, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Ruschel, Luiz Fernando Verissimo, José Luis Prévidi, Maria Elaine Borges, Eduardo Bueno, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Toralles, Luiz Lanzetta, Alice Urbim, Ana Maria Barros, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antonio Canabarro Trois, Bernadete Viana, Eloisa Beatriz Enck, Carlos Alexandre Castro, Cristina Baptista Pereira, José Ribeiro Fontes, Mário Nascimento, Riomar Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Patrício Davila Bentes, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coelho, Juvenal da Luz Neto, Juan Carlos Gómez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Paz Teixeira, Ayrton Centeno, Celso Schroeder, Milton Ribeiro da Silva, José Antonio Severo, Lucila Camargo, Paolo Marconi, Maurecy Santos, Hélcio Ferreira, Luiz Humberto, Valter Firmo, Manuel Joaquim Martins, Jorge Meditsch, Pedro Flores, José Reduzino de Araújo, Antonio Carlos Esteves, Paulo Cancian, Amilton Vieira, Eduardo Tavares e Carlos Cagno.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro Sr. agente do SNI,

O sr. sabe, perfeitamente, que neste país as pessoas se acostumaram com a idéia de ter os seus passos controlados, seus telefones grampeados, sua correspondência vulnerada e todas essas aberrações com que fomos obrigados a conviver. É de se confessar que, no nosso caso, até confiávamos no senhor. Nossas reuniões são abertas, nossas gavetas não têm chaves, não temos códigos telefônicos, todos os nossos problemas são discutidos em assembléias gerais. Se o senhor fizesse um vestibular para Jornalismo poderia até tornar-se nosso sócio, sem usar nome falso, pois não exigimos atestado ideológico de ninguém. Poderia vir sentar-se entre nós nos fins de tarde quando nos reunimos, tomamos chimarrão e traçamos nossos planos.

• • •

A esta altura do campeonato, sr. agente, nós estamos com medo. Não da sua eficiência e competência, mas ao contrário, da sua incompetência. Se é verdade — nós duvidamos muito — que o senhor desempenha uma função muito importante para a Segurança Nacional, a Segurança Nacional, decididamente, não está em boas mãos. Desculpe, mas o sr. está pior do que os seus colegas que andavam pela Europa à cata do Teodomiro Santos, quando o Teodomiro estava no interior de São Paulo mandando fitas gravadas para os jornais.

• • •

Nós já fomos postos sob suspeita várias vezes. Nosso jornal, foi o primeiro jornal brasileiro a dar uma entrevista com o sr. Leonel Brizola no exílio, em 1977, quando a imprensa ainda tinha medo de falar nele. E, então fomos acusados de estarmos a serviço do sr. Brizola (toda a imprensa foi ouvi-lo depois, mas aí era interesse jornalístico). Foi também em nossas páginas que o sr. Luís Carlos Prestes falou pela primeira vez, depois de muito tempo, dos seus planos para voltar ao país. E, então, passamos a estar a serviço do PCB.

• • •

Há muitas outras histórias, semelhantemente, tolas. Mas esta sua conclusão de que — por termos publicado em primeira mão uma autocrítica de alguns ex-militantes tupamaros — estamos sendo financiados por eles, ultrapassa, de longe, as barras do ridículo.

• • •

Francamente, o sr. não está merecendo o bom salário que recebe. Nós estamos há cinco anos aqui neste mesmo lugar, somos quase 100 pessoas trabalhando dia e noite, domingos e feriados. Nossa cooperativa se formou com a contribuição mensal de 300 jornalistas que se associaram a ela (e eles fizeram isso por uma razão muito simples: as escolas de comunicação despejam 200 novos formados por ano no mercado profissional gaúcho, limitado a duas grandes empresas). No próximo ano, graças ao nosso esforço, nossa Cooperativa vai faturar, no mínimo, 50 milhões de cruzeiros. Mesmo assim, acabamos de fechar um dos nossos jornais, — o semanário O Rio Grande **— depois de seis meses de lançado, porque ainda não temos condições de sustentá-lo até se firmar com recursos próprios.**

• • •

Para finalizar, sr. agente, só uma perguntinha: o senhor sabia que somos fiscalizados pelo governo? Que o Incra, no momento em que quiser, decreta uma auditoria e devassa a nossa contabilidade e, se tiver motivos, pode até fechar a nossa cooperativa?
Ou, quem sabe, é, exatamente, isso que o sr. está pretendendo com seus relatórios fajutos?

• • •

Nas páginas 4 e 5, o Caro Leitor encontra a razão de toda essa nossa indignação.

O EDITOR

Tiragem desta edição: 35 mil exemplares.

Cooperativismo

AÇÃO POLÍTICA E AÇÃO PARTIDÁRIA

Por PAULO BRASIL

Não é estranho, ao movimento, o ponto de vista de que, salvo se agir politicamente, dificilmente o cooperativismo superará a condição de subalternidade em que se encontra frente ao empresarialismo mercantil.

Com efeito, reconhece-se, hoje, que somente através de ação política o cooperativismo romperá certas limitações a que está sujeito e se inserirá, melhor, no quadro geral das instituições econômicas e prestadoras de serviços.

Um Partido Cooperativista representaria, sem dúvida, um tipo avançado de ação partidária. Ao contrário, se as Cooperativas apenas decidissem, por exemplo, apoiar candidatos de quaisquer Partidos com elas identificados, estariam agindo apenas politicamente.

A ação política, em si, não é vedada e nem estranha ao cooperativismo. De resto, quaisquer sistemas econômicos a ela recorrem, com freqüência, em todos os países "democráticos", para obter influência e pressionar indiretamente em favor de seus interesses.

Difícil seria admitir um padrão de ação político-partidária "envolvendo" o cooperativismo. Emiliano Limberger, em artigo em O Ponteiro, da Assocene, Recife, PE, não a julga impraticável e nem desaconselhável, lembrando o exemplo da Inglaterra.

Em geral, líderes e dirigentes cooperativistas tendem a aceitar ênfase à ação política do cooperativismo, repelindo, no entanto, a ação partidária.

Argumenta-se, por este ângulo, que, se se comprometesse partidariamente, o cooperativismo não teria legitimidade e força para manter, coesos, associados de diferentes tendências.

O compromisso partidário, alega-se, prejudicaria os efeitos benéficos da neutralidade que lhe é peculiar.

O cooperativismo é, pela sua própria formação, aberto a tudo e a todos indistintamente e não poderia optar por uma definição partidária caso quisesse se manter na plenitude de sua capacidade de agregação.

Observam-se, portanto, duas correntes: uma, que acha válido o envolvimento político mas não partidário e outra que não vê inconveniente na mobilização político-partidária do cooperativismo.

Nós divergimos das duas. A nós parece insuficiente a mera ação política — porque tímida e incapaz de oferecer apoio de sustentação às aspirações maiores desse sistema.

Por outro lado, o envolvimento político-partidário do cooperativismo pode levá-lo à desagregação. Não se cogite, pois, de ação partidária com base no cooperativismo quando nada em respeito ao princípio da neutralidade que deve prevalecer intocável.

Então, o quê fazer? Nada impediria, cremos, que se organizasse Partido político não à base do ou com o cooperativismo, ou seja, envolvendo o sistema cooperativista, mas que se fundamentasse na idéia-força do cooperativismo.

Esse Partido, em conseqüência, não se constituiria como expressão partidária do cooperativismo e nem se originaria dele; muito menos teria a preocupação de mobilizar suas organizações.

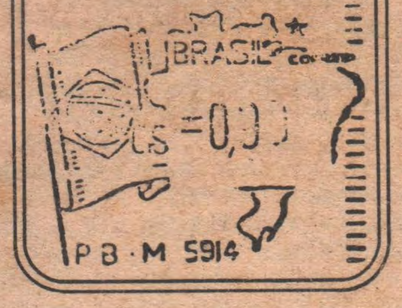
Ele resultaria, em síntese, do ideal cooperativista — muito superior, para nós, às convicções trabalhistas — visando à evolução pacífica e progressista da sociedade e das estruturas econômico-sociais.

O seu apelo se dirigiria à coletividade como um todo na medida em que demonstrasse a viabilidade de soluções cooperativistas para os problemas em geral, evitando, assim, interpretar especificamente os sentimentos e os pensamentos das Cooperativas existentes e das pessoas cooperativadas.

É claro que cooperativistas militantes, com seu ideário concordando, poderiam filiar-se a tal Partido mas por decisão pessoal — independentemente, pois, da condição de associados.

A vida político-partidária, então, não interferiria na vida das Cooperativas. Os cooperativados é que, se quisessem, poderiam, como quaisquer cidadãos, a ele aderir.

CARTAS



Se o senhor fosse jornalista em Cuba...

A propósito da "liberdade negada em Cuba", carta escrita pelo leitor Luiz R. Torres no **Coojornal** nº 45, gostaria de fazer alguns comentários. Saiba, sr. Luiz Torres, que caso o senhor fosse jornalista em Cuba não poderia publicar artigos que fossem contra os interesses da população. Mas, se você vivesse na Nicarágua durante o período de Somoza você teria ampla e total liberdade para publicar artigos que favorecessem os interesses de Somoza e dos Estados Unidos. É o que acontece na nossa grande imprensa: contribui com o imperialismo que está levando o povo latino-americano à miséria em benefício de nosso inimigo do norte.

José Antônio da Silva, São Paulo, SP

Darcy Ribeiro não faz justiça ao Padre Vieira

A aula do ilustre professor Darcy Ribeiro, publicada na edição de junho do corrente ano, a respeito da questão do índio, merece reparos. Ao dar uma repassada em quatro séculos de equívocos, o ex-ministro da Educação, antropólogo de renome e dos mais respeitados no cenário internacional, deixou de fazer justiça ao labor invulgar e dignificante realizado pela companhia de Jesus em favor dos índios.

Pode ser que se discuta a atividade dos cavaleiros de Santo Inácio, mas é inegável que três foram extraordinários: Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e o inigualável Antonio Vieira. Incansável defensora dos índios desde que chegou ao Brasil, a Companhia de Jesus advogou a causa do silvícola realizando feitos notáveis, como o da pacificação dos nheengaíbas (por Antonio Vieira, em 1659), evento que muito significou na manutenção da unidade do Brasil, eis que, conquistando estes índios para a amizade portuguesa, Vieira evitou que o norte do nosso país caísse em mãos holandesas.

No início da entrevista (página 27 do **Coojornal,** de junho de 79) Darcy Ribeiro lembra, com propriedade, que "em todo o período colonial os índios foram vendidos e viviam na condição de escravos". É verdade, mas também não é menos exato que Nóbrega, Anchieta e Vieira, principalmente Vieira, muito fizeram objetivando um melhor meio de vida para o silvícola. A voz potente de Antonio Vieira levantou-se em favor do índio.

Em vários sermões, não só no Brasil mas igualmente em Portugal e na presença dos soberanos lusos, como é o caso do Sermão da Epifânia, pregado na capela real no ano de 1662, na presença da rainha D. Luisa (regente na menoridade de D. Afonso VI), Vieira falou sobre a obra de catequese no Brasil. Expulso do Maranhão em 1661 por defender a liberdade dos índios, Antonio Vieira foi mais uma vez eloqüente.

Para os jesuítas, o índio era um pagão que precisava ser evangelizado. Mas a conservação do indígena no seu *habitat*, a liberdade de ação para o silvícola ao lado de outras reivindicações deram alguns resultados graças ao labor dos jesuítas, entre eles padre Vieira. Ao chegar ao Maranhão, em 1653, Vieira viu, com satisfação, uma ordem régia conseguida por ele ser tornada pública: todos os índios, até então cativos, deviam ser postos em liberdade.

No início da página 28, Darcy Ribeiro diz que "a partir da linha traçada por Rondon, o indigenismo começa a se constituir numa ideologia de respeito às culturas primitivas... O que temos de fazer não é transformar o índio num não-índio mas transformá-lo num índio melhor, mais protegido contra as nossas enfermidades e com a garantia da terra em que vive".

Lembro que a linha foi traçada por Rondon, mas intuída e vivida na prática por Antonio Vieira, uma das vozes mais vibrantes em favor da liberdade dos oprimidos em pleno século XVII. Quando Darcy Ribeiro diz que é preciso garantir a terra dos índios está repetindo Vieira, que lutou com veemência para a conservação do índio no seu *habitat*. Os leitores interessados em pormenores sobre o assunto encontrarão no livro "Sermões e trechos escolhidos do Pe. Antonio Vieira", de Ivan Lins, interessante e minucioso estudo sobre a luta do bravo cavaleiro de Santo Inácio em favor do silvícola.

Warley Oliveira Rosa, Porto Alegre, RS



ELA É BRASILEIRA.

ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO BRASILEIRO E CADA UM DE NÓS É RESPONSÁVEL.



LIBERDADE PARA FLÁVIA

C.B.A.

Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia

Pela libertação de Flávia Schilling

O jornal *Em Tempo*, trabalhando junto com o CBA-RS, assumiu a iniciativa de divulgar junto aos órgãos de imprensa independente o anúncio pedindo a libertação de Flávia Schilling.

Entendemos que a lei da anistia, aprovada pelo Congresso em agosto último, trazendo de volta à vida política nacional centenas de brasileiros, foi sem dúvida uma vitória do movimento oposicionista. Mas uma vitória parcial, pois a manutenção de vários presos políticos nos cárceres, e o impedimento de muitos refugiados de voltarem ao país, já por si só denunciam o caráter restrito da lei da anistia. Embora o avanço do movimento popular impeça que o regime brasileiro atue com a mesma força repressiva de alguns anos, o aparelho repressivo continua montado, intacto, assim como o dos outros regimes militares da América Latina.

No momento em que os setores oposicionistas redefinem sua luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita, o CBA-RS recoloca a campanha pela libertação de Flávia Schilling, única brasileira presa no exterior, exigindo que o governo brasileiro intervenha em sua libertação.

Cientes de que só uma ampla campanha popular poderá atingir esse objetivo, pretendemos com a publicação do anúncio pedindo a libertação de Flávia, impedir que seu caso caia no esquecimento.

Junto com esta carta enviamos o anúncio e propomos que seja publicado, em qualquer tamanho e em qualquer página, em todas as edições de seu jornal.

Luci Ayala, jornal Em Tempo, **sucursal Porto Alegre, RS**

Algum dia todos despertarão...

O homem não é mais o centro, o objetivo do desenvolvimento da humanidade, e sim o capital, a posse e o poder. A auto-realização não é mais o homem integral, mas simplesmente ter uma casa, um carro e dinheiro no banco.

Os interesses de minorias escravizam as massas, que cada vez mais perdem sua identidade como gente, como ser humano, apenas produzindo e comprando, e passando assim a maior parte de suas vidas em função disso.

Já tivemos tentativas de modificar as coisas, como, mais recentemente, o movimento *hippie* e o movimento de maio de 68 na França, ambos sufocados pela força e pelo poder do capital. E toda uma estrutura montada leva à perpetuação deste estado de coisas. Mas sempre temos uma esperança de que algum dia todos despertarão, marchando lado a lado, derrubando conceitos e preconceitos, modificando as estruturas em função do homem e para o homem. Para benefício de todos e não para atender a ambição de posse e de poder de poucos.

Altacir Martins da Silva, Porto Alegre, RS

O incendiário volta bombeiro

Lembro que o sr. Leonel Brizola deixou o Brasil com fama de peitudo e cara-de-pau. Dispunha-se a ser ministro da Fazenda do governo Goulart, por exemplo, para resolver problemas do país. Sei que os mais ingênuos partidários do sr. Brizola acreditam que seu líder seja capaz de tudo, inclusive de milagres. Mas, menos crédulo, tanto quanto sei, nunca tive o sr. Brizola por esperto em questões de finanças. Acredito mais que a notícia segundo a qual queria ser ministro da Fazenda não passou de um malicioso boato, destinado a apressar a intervenção militar no governo do Jango.

Seja como for, Brizola voltou modesto, quase humilde; partiu incendiário, regressa bombeiro. Com tal exibição de espírito conciliador, acaba virando logotipo da Semana de Prevenção de Incêndios.

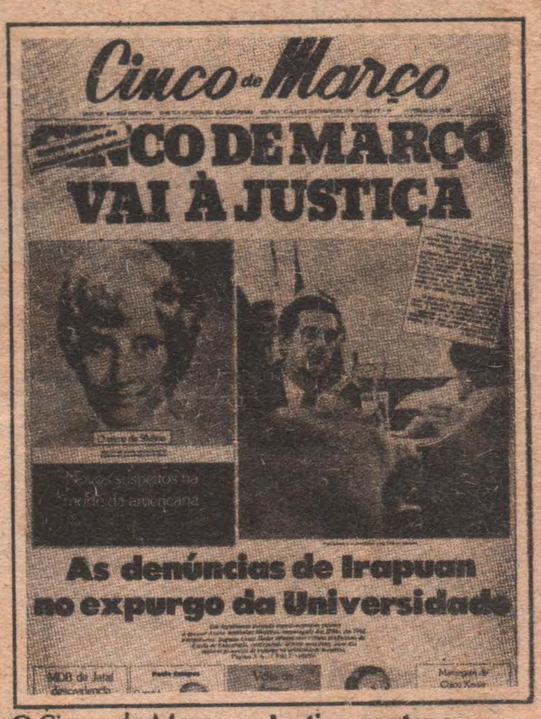
Ronaldo Cruz, Porto Alegre, RS

Figuras exponenciais

Lendo a edição nº 41 deste jornal dei com a reportagem sobre Alberto Pasqualini, homem de inteligência brilhante, um grande político gaúcho. Concordo, ou melhor, concordamos, pois esta foi lida por mim e por meus colegas, com ela e a julgamos muito oportuna, ainda mais neste momento em que se tenta reorganizar o trabalhismo no Brasil.

Pasqualini é desconhecido pela nova geração, assim como outras figuras exponenciais da nossa política. Um exemplo disto é também Fernando Ferrari, grande labutador do trabalhismo, morto tragicamente em acidente de avião e hoje esquecido. Sugiro uma reportagem também sobre Ferrari.

João Aquino, Santa Maria, RS



O Cinco de Março **na Justiça contra a arbitrariedade da Assembléia de Goiás.**

Insólita arbitrariedade

É nosso dever denunciar a insólita arbitrariedade de que foram vítimas nosso jornal e toda a imprensa goiana: o descredenciamento do jornal *Cinco de Março* pela assembléia Legislativa do estado de Goiás, com a paralela proibição, pelo mesmo poder, da presença e circulação, em seus recintos, de quaisquer jornalistas integrantes de seu corpo redatorial.

Trata-se de um ato de arbítrio e violência contra liberdade de imprensa e de expressão que, principalmente por configurar um grave precedente, assim julgamos, deve ser denunciado a todo o país.

Batista Custório dos Santos, Goiânia, GO

Nota da Redação: *A Assembléia Legislativa de Goiás descredenciou o jornal* Cinco de Março *com a alegação de que o veículo promovia "uma campanha de difamação, calúnia e injúria contra membros desta Casa, atingindo, indiscriminada e levianamente, os senhores deputados, com sucessivas manifestações de falta de respeito ao Poder Legislativo". O descontentamento dos parlamentares goianos surgiu devido aos editoriais do jornal, que criticavam posicionamentos dos deputados, e a notícias que narravam desentendimentos entre eles. A notícia de uma briga entre dois deputados, quando um tentou agredir o outro pelas costas, foi considerada uma tentativa de "desmoralizar o Legislativo".*

SNI diz que o Coojornal é financiado pelos Tupamaros!

Investigações na França e no Brasil, conduzem a uma história absurda

Na segunda quinzena de abril deste ano, os órgãos de segurança do Rio Grande do Sul receberam do Serviço Nacional de Informações (SNI) um *Pedido de Busca* número 015-B2/79, determinando investigações a respeito de uma possível ligação entre o grupo guerrilheiro Tupamaros, do Uruguai e o **Coojornal.**

O comunicado faz referência a um *Pedido de Busca* anterior (de 19 de abril de 79) emitido pela 6ª DE (Divisão de Exército) * com número 036-E2. E toma como ponto de partida uma reunião que teria ocorrido em junho de 1978 entre a jornalista Zélia Leal, correspondente do jornal na França e o "subversivo João Quartin" e alguns "membros da organização subversiva uruguaia MLN-Tupamaros".

Nesta reunião, segundo o comunicado, teriam sido iniciados entendimentos para um acordo entre o **Coojornal** e os Tupamaros. Os exilados uruguaios, pertencentes a esta organização, ofereciam ajuda financeira ao jornal em troca de publicações periódicas de artigos visando formar uma imagem favorável aos Tupamaros e contrária ao governo uruguaio.

Em mais três itens o comunicado relaciona três fatos posteriores à suposta reunião e que, aparentemente, confirmariam as suspeitas de acordo entre Tupamaros e **Coojornal:** 1) a vinda a Porto Alegre do advogado francês Jean Louis Weil, ligado a organismos internacionais de defesa de direitos humanos e que veio ao Brasil para tratar do seqüestro dos uruguaios Universindo Rodrigues Diaz e Lilian Celiberti, ocorrido em novembro de 1978, na capital gaúcha; 2) a publicação na edição de novembro do **Coojornal** de um depoimento de ex-militantes dos Tupamaros relatando as suas experiências com o movimento armado que sustentaram contra o governo uruguaio; 3) a publicação de uma edição extra do **Coojornal**, em dezembro daquele ano, sobre a situação política do Uruguai, ressaltando os atentados aos direitos humanos, como o seqüestro de Porto Alegre, as mortes de inimigos do regime em Buenos Aires, a prisão da brasileira Flávia Schilling.

Os fatos são quase verdadeiros, mas a conclusão é absurda segundo o jornalista Elmar Bones, editor do **Coojornal.** Ele diz que realmente desde o início do ano passado, a correspondente do jornal na Françan Zélia Leal, estava mantendo contatos com ex-militantes dos Tupamaros para uma entrevista. Ela informou à editoria do jornal que conhecera em Lyon, onde freqüentava um curso de pós-graduação, um grupo de estudantes latino-americanos, entre os quais 5 ou 6 eram uruguaios e ex-Tupamaros. Dizia que havia possibilidade de conseguir um depoimento deles sobre a guerrilha com que mantiveram durante quase cinco anos o governo uruguaio em sobressalto.

"Queríamos saber da morte de Dan Mitrione"

"A Zélia", diz o editor, "pedia tempo porque os caras estavam muito cautelosos. Já haviam sido procurados por vários jornais da Europa. Inclusive, em junho de 78, o *Le Monde,* um dos mais respeitados jornais do mundo, procurou alguns deles para uma entrevista e eles pediram tempo para pensar. Estavam todos vivendo tranqüilamente, cheios de filhos, todos querendo voltar e tinham medo da repercussão de uma entrevista. Nosso interesse maior era obter deles um depoimento sobre o caso Dan Mitrione, o policial americano que os Tupamaros mataram em 1970. E ficamos meses insistindo para a Zélia não desistir da idéia. Até que no fim de agosto, ela mandou um bilhete: havia conseguido reunir quatro deles em seu apartamento e tinha cinco horas de gravação, havia sido um depoimento emocionante, quando certos episódios foram mencionados a mulher de um deles começou a chorar... Mas eles haviam imposto uma condição: queriam ler o texto depois de tirado do gravador para ver se aprovavam. Bem, das cinco horas de gravação, liberaram apenas uma pequena parte, apenas a parte em que faziam um retrospecto da formação do movimento guerrilheiro e uma autocrítica onde chegavam a admitir que fora um movimento "primordialmente juvenil" e que estava morto. Pela expectativa que tínhamos, o material nos frustrou. Mas mesmo assim era muito bom, afinal era a primeira vez que eles falavam. Acho que qualquer jornal que recebesse aquele material o publicaria com destaque. O depoimento chegou-nos em outubro, publicamos na nossa edição de novembro". Qualquer pessoa de bom senso pode ler e verá que não se faz uma imagem favorável dos Tupamaros. É um depoimento, como tantos outros que fazemos: a gente pergunta, os entrevistados respondem e, na edição, procuramos cortar o mínimo possível, é nossa orientação".



Num apartamento, nos arredores de Paris, os Tupamaros fazem uma autocrítica pública. Quatro integrantes da cúpula do movimento guerrilheiro mais famoso da América Latina falaram durante cerca de duas horas para o **Coojornal**. É a primeira vez, depois de quatro anos de exílio que eles falam à imprensa, apesar da insistência com que os procuram jornalistas americanos, europeus e latinos.

Nem todas as perguntas foram respondidas. Muitas feridas ainda estão abertas, dizem eles. Mas o conteúdo da entrevista é suficiente para provocar surpresa e frustração, surpresa para quem esperava o anúncio de novas ofensivas revolucionárias. Frustração para os defensores da luta armada que verão os temíveis tupas falando de eleições e democracia como velhas raposas políticas.

Eles vivem hoje espalhados pelos subúrbios das capitais européias — Londres, Paris, Estocolmo, Bruxelas, Genebra, Amsterdam. São homens, quase todos muito jovens, com idade entre os 30 anos e poderiam ser confundidos com qualquer trabalhador da cidade europeia. São pessoas comuns, cheios de filhos, pequenos nascidos no exílio. Quase todos são bolsistas em alguma universidade européia.

Convivi com eles também na Bélgica e na Holanda e encontrei tipos — como eles dizem — que na época eram considerados perigosíssimos. Observam um característico do tempo da guerrilha, o nome deles é difícil de citar. Tiveram táticas nomes na clandestinidade que até agora é conhecidíssimo.

Hoje, fazem questão de se dizer ex-Tupamaros, pois estão revisando o passado e planejando voltar ao Uruguai.

ex-TUPAMAROS

Novembro de 78: vários jornais queriam entrevistar os Tupamaros. Mas o SNI diz que eles preferiram pagar para falar ao Coojornal

Todos os jornais estavam financiados pelos Tupamaros?

A ligação do jornal com o advogado Jean Louis Weil é ainda mais descabida, segundo o editor. Weil chegou a Porto Alegre dia 8 de dezembro como representante de vários organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, que o enviaram para cuidar do caso do seqüestro dos uruguaios — no momento um caso que ocupava grande espaço em toda a imprensa brasileira e tinha enorme repercussão em todo o país.

Um repórter do **Coojornal,** Osmar Trindade, participou da entrevista coletiva que ele deu aos jornais na chegada e aproveitou para marcar uma entrevista mais longa para o dia seguinte, um sábado. A entrevista foi feita num apartamento do hotel Plaza San Rafael e além do repórter do **Coojornal** estavam presentes o jornalista Luiz Cláudio Cunha, da revista *Veja* e que denunciou o seqüestro, o fotógrafo Antônio Vargas, de *O Estado de São Paulo,* os advogados Mariano Beck, representante da OAB, Omar Ferri, em nome da família de Lilian Celiberti, e o deputado Carlos Augusto, do MDB gaúcho, além de outras pessoas.

O material da entrevista foi vendido, através da agência de notícias da **Coojornal,** para a revista *Isto É,* para o *Jornal de Brasília* e utilizado na matéria de capa sobre o assunto publicada pelo **Coojornal** em janeiro.

Foi também como enviados da *Agência Coojornal,* que o repórter Tomás Irineo Pereira e o fotógrafo Baru Derkin foram ao Uruguai, logo depois que se confirmou a hipótese do seqüestro denunciado por Luiz Cláudio Cunha, no dia 21 de novembro de 1978. Na época, a imprensa brasileira ainda estava indecisa em relação ao caso e, além dos representantes da *Veja,* nenhum repórter foi ao Uruguai. Os dois repórteres da *Agência Coojornal* ficaram uma semana sozinhos cobrindo o assunto e vendendo o material para várias publicações brasileiras: revista *Isto É, Folha de São Paulo, Jornal de Brasília, O Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil* e outros.

Sua volta coincidiu com a identificação do primeiro policial envolvido no seqüestro, o escrivão Orandir Potassi Lucas e, então, aproveitando o material que Tomás Pereira e Baru Derkin haviam colhido e mais a atualidade da identificação, o **Coojornal** decidiu fazer uma edição extra sobre o problema dos direitos humanos no Uruguai.

"Pouco depois, nessa mesma época, a repressão política no Uruguai, ressaltada pelo episódio do seqüestro e pelo caso da brasileira Flávia Schilling mereceu reportagens destacadas em quase todos os órgãos importantes da imprensa brasileira. Será que eles também estavam financiados pelos Tupamaros?", pergunta o editor do **Coojornal.**

"Nossas contas são abertas e vão todas para o Incra"

Quanto à suposta ajuda financeira dos Tupamaros ao **Coojornal,** o presidente da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, José Antônio Vieira da Cunha, afirma: "Nossa cooperativa pertence a 300 jornalistas e por estatuto não pode ter vínculo com qualquer facção política. Pela própria característica da nossa organização nossas contas têm que ser inteiramente abertas, é praticamente impossível uma transação sigilosa. Além disso nossa atividade é fiscalizada pelo Incra, que é um órgão do governo. O último balanço da Coojornal, por exemplo, foi submetido a um trabalho de pré-auditoria realizado pela Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, com o objetivo de constatar os lançamentos contábeis e avaliar a situação econômico-financeira da Cooperativa. O trabalho foi realizado pelo contador-auditor Nestor Braz de Oliveira, da Ocergs, e o seu parecer é de que as peças contábeis da *Coojornal* estão na perfeita ordem. Nossos balanços e demonstrativos vão todos para o Incra que inclusive em nossas assembléias mantém um representante. Então, se o SNI quer saber de onde vem o nosso dinheiro, é só recorrer ao Incra, está tudo lá".

** A 6ª DE abrange as regiões Este e Sudeste do Rio Grande do Sul. O comando é em Porto Alegre. Ela abrange ainda o 16º Batalhão de Artilharia Divisionária, com quartel em São Leopoldo, o 3º Grupo de Artilharia Anti-Aérea, em Caxias, a 8ª Brigada de Infantaria Motorizada em Pelotas, e a 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada em Pelotas, com quartéis em Bagé, Dom Pedrito, Livramento e São Gabriel.*



Pedro Flores

O encontro com o advogado Jean Louis Weil, no Plaza San Rafael em Porto Alegre. De camisa escura, o repórter Osmar Trindade do Coojornal; de óculos, o repórter Luis Cláudio Cunha da Veja; e, de costas, a repórter Letania Menezes de Zero Hora.



Zélia Leal, jornalista gaúcha, associada nº 170 da Coojornal e bolsista num curso de pós-graduação na França.

Coojornal, dezembro de 78: uma edição inteira sobre o Uruguai, na época em que o Uruguai era assunto de todos os jornais

Este é o texto integral do Pedido de Busca nº 015-B2/79

1) Assunto: Auxílio Financeiro dos tupamaros ao **Coojornal**
2) Origem: APA/SNI
3) Difusão: 7º, 14º RC MEC, 9º RCB e AI/BG
4) Difusão anterior:
5) Referência PB nº 036-E2, de 19 abr. 79 da 6ª DE
6) Anexo:

1. DADOS CONHECIDOS

a. Em jun. 78, teria havido em PARIS/FRANÇA, uma reunião entre o subversivo brasileiro JOÃO QUARTIN, alguns membros da organização subversiva uruguaia MLN-TUPAMAROS e a jornalista ZELIA LEAL, correspondente do **COOJORNAL** daquela cidade, a qual representava, também, um grupo de jornalistas esquerdistas do RIO GRANDE DO SUL. A finalidade da reunião foi o estabelecimento de uma ajuda financeira dos tupamaros ao **COOJORNAL**, que em troca deste auxílio, deveria apresentar, em seus artigos, periodicamente, uma imagem favorável dos tupamaros e contrária ao governo uruguaio (Informe B-3).

b. Em 08 dez. 78, chegou a PORTO ALEGRE/RS, o advogado JEAN LOUIS WEIL, de nacionalidade francesa, representante do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no URUGUAI, da FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS e do MOVIMENTO DE JURISTAS CATÓLICOS DE ROMA, com a finalidade de se inteirar dos acontecimentos relacionados com o desaparecimento de pessoas de origem uruguaia, em novembro de 1978, na capital gaúcha. WEIL veio ao BRASIL, também, representando os tupamaros e aproveitando sua estadia em PORTO ALEGRE/RS, concretizou o acordo feito em PARIS, com o **COOJORNAL**. (Informe B-3).

c. Em novembro de 78, o **COOJORNAL** nº 34 publicou uma reportagem com manchete de capa, sobre o comportamento dos tupamaros que residem em PARIS/FRANÇA. A reportagem é de autoria de ZELIA LEAL e narra as novas maneiras adotadas pelos tupamaros na condução de suas reivindicações.

d. Em Dez 78, em seu número 36, o **COOJORNAL**, edição extra, dedicou todo o seu espaço a assuntos relacionados com o URUGUAI, destacando o "SEQÜESTRO" ocorrido em PORTO ALEGRE/RS, o problema dos direitos humanos no URUGUAI e o caso da brasileira FLÁVIA SCHILLING.

2. DADOS SOLICITADOS

Dados relacionados com o assunto que confirme ou não, o acordo realizado em PARIS e que, também, esclareçam os contatos mantidos em PORTO ALEGRE pelo advogado francês com o **COOJORNAL**.

NOTA DA REDAÇÃO: Observa-se no primeiro item que Zelia Leal é mencionada como correspondente do **Coojornal** *daquela cidade (Paris). Fica a dúvida se é um erro de datilografia ou de informação, pois o* **Coojornal** *continua sendo de Porto Alegre.*

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército

Em 18 / ABR / 79

PEDIDO DE BUSCA Nº 015-B2/79

1. ASSUNTO: AUXÍLIO FINANCEIRO DOS TUPAMAROS AO "COOJORNAL"
2. ORIGEM: APA/SNI
3. DIFUSÃO: 7º, 14º RC MEC, 9º RCB e AI/BG
4. DIFUSÃO ANTERIOR:
5. REFERÊNCIA: PB nº 036-E2, de 19 Abr 79, da
6. ANEXO:

1º DADOS CONHECIDOS

a. Em Jun 78, teria havido em PARIS/FRANÇA, uma reunião entre o subversivo brasileiro JOÃO QUARTIN, alguns membros da organização subversiva uruguaia MLN-TUPAMAROS e a jornalista ZELIA LEAL, correspondente do COOJORNAL daquela cidade, a qual representava, também, um grupo de jornalistas esquerdistas do RIO GRANDE DO SUL. A finalidade da reunião foi o estabelecimento de uma ajuda financeira dos tupamaros ao COOJORNAL, que em troca deste auxílio, deveria apresentar, em seus artigos, periodicamente, uma imagem favorável dos tupamaros e contrária ao Governo Uruguaio. (Info B-3).

b. Em 08 Dez 78, chegou a PORTO ALEGRE/RS o Advogado JEAN LOUIS WEIL, de nacionalidade francesa, representante do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no URUGUAI, da FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS e do MOVIMENTO DE JURISTAS CATÓLICOS DE ROMA, com a finalidade de se inteirar dos acontecimentos relacionados com o desaparecimento de pessoas de origem uruguaia, em novembro de 1978, na capital gaúcha. WEIL veio ao BRASIL, também, representando os tupamaros e aproveitando sua estada em PORTO ALEGRE/RS, concretizou o acordo feito em PARIS, com o COOJORNAL. (Info B-3).

c. Em novembro de 78, o COOJORNAL nº 34 publicou uma reportagem com manchete de capa, sobre o comportamento de tupamaros que residem em PARIS/FRANÇA. A reportagem é de autoria de ZÉLIA LEAL e narra as novas maneiras adotadas pelos tupamaros na condução de suas reivindicações.

d. Em Dez 78, em seu número 36, o COOJORNAL, edição extra, dedicou todo o seu espaço a assuntos relacionados com o URUGUAI, destacando o "SEQUESTRO" ocorrido em PORTO ALEGRE/RS, o problema dos direitos humanos no URUGUAI e o caso da brasileira FLÁVIA SCHILLING.

2º DADOS SOLICITADOS

Dados relacionados com o assunto que confirmem ou não, o acordo realizado em PARIS e que, também esclareçam os contatos mantidos em PORTO ALEGRE pelo Advogado francês com o COOJORNAL.

xOxOxOxOx

PRÊMIO E CASTIGO

Seria o caso de pedir mais palmas para o Rui? Ele está outra vez desempregado

Em 1977, o grupo Unibanco patrocinou um concurso de contos que acabou se transformando num acontecimento "sem procedentes, na literatura brasileira e na literatura de língua portuguesa", segundo o professor Antônio Houaiss. Inscreveram-sem 13.306 contos, escritos por 8.623 autores de todo o Brasil.

A Comissão Julgadora — formada por Antônio Houaiss, Geraldo Galvão Ferraz, Ignácio de Loyola Brandão, João Antônio, Lygia Fagundes Telles, Marcilio Moreira e Otto Lara Resende — trabalhou um ano para selecionar os dez melhores contos. O primeiro lugar coube ao publicitário Ruy Carlos Lisboa, na época com 48 anos.

Para Lisboa, o prêmio foi também o início de uma série de dissabores, que se desencadearam em agosto de 77, quando o Conselho Nacional de Propaganda fez publicar um anúncio usando o seu nome e o fato de um homem com 48 anos de idade ter sido premiado. E culminaram agora em julho último, com a demissão de Lisboa da agência onde trabalhava, a Denison. A agência sugeriu que ele retirasse a ação judicial que move contra o Conselho Nacional de Propaganda por causa do anúncio. Ele manteve a ação e perdeu o emprego.

Um dos jurados do Concurso Unibanco, o escritor João Antônio ouviu Ruy Carlos Lisboa, no Rio, especialmente para o **Coojornal:**

Curiosamente, o prêmio Unibanco acabou premiando bem. Premiou os melhores. Os contos são uma espécie de demonstração da vida brasileira hoje. Se você ler os dez premiados, conhecerá uma literatura zangada, mal-encarada, amarrotada — e de todo o país.

Achei que todos mereceram o prêmio. Principalmente, o primeiro lugar eu acho que mereceu o primeiro lugar: Ruy Carlos Lisboa, amazonense vivendo há anos no Rio de Janeiro, autor do conto *Donzela do Parque Imbituba,* que ganhou 100 mil cruzeiros.

Dois anos depois, vejo um contista brilhante e premiado amargar as *conseqüências* da vitória. E travar uma luta desigual. Ele contra o Conselho Nacional de Propaganda (uns 2 bilhões de verba movimentadas anualmente).

— Qual a repercussão do prêmio Unibanco entre os publicitários?

— O pessoal não entendeu direito a coisa, mas isso não espanta. De modo geral, e com honrosas exceções de gente séria, trabalhadora e consciente, os publicitários nativos têm visão muito estreita e alienada. Na área de criação, então, é um desastre. Meteram na cabeça de uns quantos que eles são deuses, semideuses, vedetes e estrelinhas do Olimpo, acima dos pobres mortais. É terrível isso, tratando-se de gente com responsabilidade de informar e formar opinião. Mas, na legião de gênios a preocupação maior é com o *efeito* (entendendo-se por efeito a fosforescência) e não com o *significado*. Daí, tantos anúncios e campanhas em que a tônica é o jogo de palavras, brincadeirinhas, títulos engraçados *etecétera* e *tal*. Então, o brilho que deveria caber ao *produto* é transferido para o anúncio e seus autores, a essa altura na corrida obsessiva pelas premiações do colunismo publicitário (hoje temos até premiações semanais). É um jogo de vale-tudo e, se for o caso de jogar com um ser humano, o ser humano fica não valendo nada.

— Você acha que aconteceu isso com o anúncio do desempregado?

— Absoluta certeza. Com o resultado do Concurso Unibanco, eu não teria necessidade de promover o meu nome, já promovidíssimo pela repercussão do acontecimento. Basta dizer que até hoje editores estão sempre me procurando para editar meu romance *Pavões de Passarela* em que estou trabalhando (na medida do possível, é claro). Eu insisti muito com as divindades publicitárias para um detalhe importante: *oito* publicitários entre os 22 melhores, no meio de 13 mil concorrentes. No entanto, com a preocupação do efeito (fosforescência) em detrimento do *significado,* preferiu-se a exploração pífia e desumana de uma condição eventual na vida de quem trabalha — estar desempregado. E o empresário Duailibi (N. R. Roberto Duailibi, um dos diretores da DPZ) publicou aquele maldito anúncio, o que mostra o despreparo dessa gente na questão de ética e do respeito do ser humano. Quando fui cantado para apoiar a campanha do Conselho Nacional de Propaganda, (do qual o sr. Duailibi era vice-presidente) contra a discriminação por motivo de idade (aqui vamos abrir um parêntese: eles fazem anúncios choramingando, enquanto negam o que é bom, que é trabalho), finquei pé na exigência. Só aceitaria o anúncio com um ponto de interrogação no título, que ficaria assim: *Palmas Para o Ruy. Ele Está Desempregado?* Com isso ironizava-se o próprio mercado de trabalho publicitário, que deixava no *desvio* um sujeito com o meu


MELHOR ANÚNCIO E UMA INTERROGAÇÃO

Palmas para o Ruy.

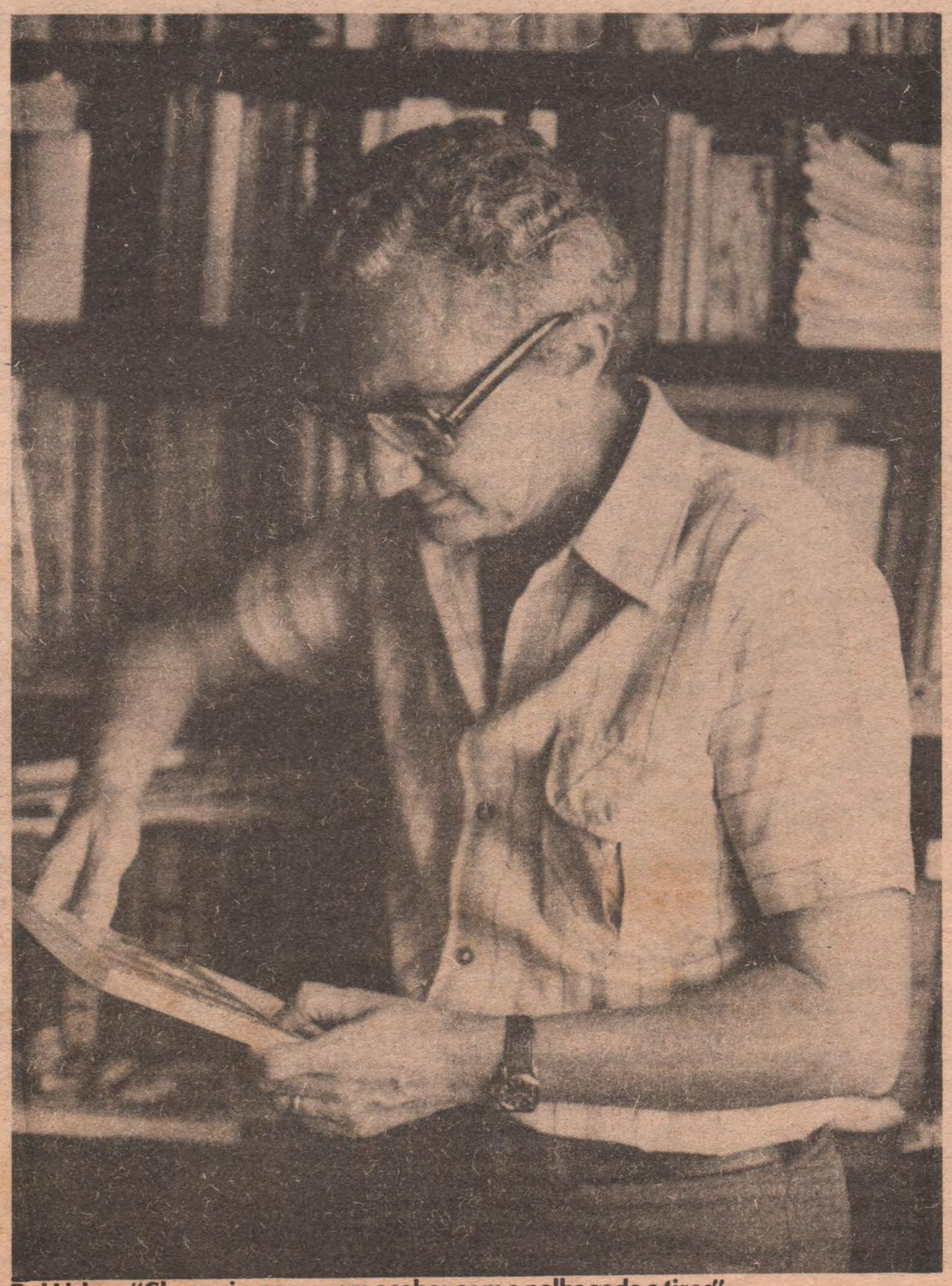
Ele está desempregado.

O anúncio, também premiado...

"talento"... Sem me consultar, o sr. Duailibi capou o ponto de interrogação, mudando o *significado* da mensagem, e deixou o barco correr, me botando para sofrer. Fiquei em desespero. Eu ganhava um prêmio disputadíssimo e, no dia da entrega do prêmio, os jornais exibiam um coitadinho.

— E qual a reação do Roberto Duailibi?

— Em plena festa dos premiados, tive com ele uma discussão pesada e só não baixei a porrada ali mesmo, porque esfriei a cabeça e ele cuidou de sair o quanto antes. Mas antes de sair, com o seu jeitão de vaselina, prometeu que sustaria imediatamente a publicação. No dia seguinte, porém, novamente nos jornais a cara do pobre diabo sorridente da condição de desempregado perpétuo. Rodei São Paulo o dia todo de 26 de agosto, caçando o Duailibi e só por telefone, no final da tarde, consegui localizá-lo. Nova promessa, mas no domingo, 28 de agosto, lá estava de novo o desgraçado anúncio. Por telegrama, exigi que parasse com o desrespeito, cobrando, ainda, seu compromisso de publicar anúncio de retratação. Tudo inútil.



Rui Lisboa:"Cheguei a pensar em acabar com a palhaçada a tiros"

— E a coisa ficou por aí?

— No dia 31 de agosto, em reunião de publicitários no Clube de Engenharia, denunciei a fraude, na presença do colunista de propaganda de *O Globo,* Jomar Pereira da Silva, a quem solicitei espaço para minha reclamação. Isso, de manhã, mas à noite o colunista reunia um grupo de publicitários para selecionar os melhores anúncios publicados em *O Globo* durante o mês. Então, o anúncio PALMAS PARA O RUY. ELE ESTÁ DESEMPREGADO, saiu *premiado* na categoria de *"o mais oportuno do mês de agosto"*... Mas só depois de feita a seleção é que ele comunicou ao seu júri que eu não estava satisfeito com a *obra-prima*. E no domingo, 4 de setembro, republicava o anúncio, já *laureado,* com uma ressalva dizendo que a peça "parecia não ter agradado ao *homenageado*"...

Outros colunistas também entraram no baile e em outubro (outubro!), quando foi contratado pela Denison, o casal de colunistas da *Janela Publicitária* publicava anúncio (com a minha cara e sem a minha autorização) elogiando a Denison pela caridade da minha contratação. A revista *Propangada,* edição de outubro, apontou-me como "um publicitário aposentado por força das circunstâncias (idade)"e uma outra publicação agraciou-me com o *Destaque do Ano* Só que o Destaque era o *Caso Ruy Lisboa* e não o prêmio, sem fazer a mínima referência ao sr. Roberto Duailibi. Uma loucura!

Por sua vez, os editores do suplemento Livro, do *Jornal do Brasil,* edição de 31 de dezembro de 1977, na relação de premiações literárias do ano, juntaram ao meu nome esta jóia: *"um contista desempregado"*. Nessa ocasião, eu estava com a saúde abaladíssima e minha mulher saía do hospital, vítima de grave distúrbio coronário que os médicos admitem como resultado de tantas pressões e humilhações. Ninguém é de ferro. Durante 2 mesess, não consegui escrever uma linha da carta ao *JB,* solicitando reparo. Quando mandei a carta em março, o sr. Walter Fontoura alegou que se esgotara o prazo legal do direito de resposta.

No dia 1º de fevereiro de 1978, o Clube de Criação e *O Globo* promoviam a chamada *Noite da Criação,* que abriria exposição dos *melhores anúncios de 1977*. O do *desempregado* estava na relação. Enchi meu *Taurus 32* de cano reforçado, botei na pasta e avisei ao colunista Jomar que acabaria com a palhaçada a tiros. Deu certo. Retiraram o anúncio.

— E o processo contra o Conselho Nacional de Propangada?

— Só entrei na Justiça, quando achei que era o momento. Com o AI-5, censura prévia etc., seria besteira. Era preciso esperar ocasião menos desfavorável (pelo menos, teoricamente). Ainda assim, tão logo se soube da ação judicial, *forças ocultas* arrocharam a imprensa para que nada saísse a respeito e o meu nome entrou na lista dos *proibidos* nas editorias. Mas eu já estava contando com isso e cerquei por outros lados. Mandei "dossiê" para o Presidente da República, ministro Petrônio Portella, Ministro Said Farhat, ministro Eduardo Portella, ministro Haroldo Correa de Mattos, Sindicato dos Publicitários, Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Escritores, líderes do MDB e da Arena na Câmara e no Senado, *etc., etc., etc.,* e até para os correspondentes estrangeiros.

— E a sua demissão, como foi?

— Em conversa muito amistosa, o meu amigo Oriovaldo Vargas, presidente da Denison, alegou a delicadeza da situação de estar eleito presidente do Conselho Nacional de Propaganda.

— Então...

— Eu disse que de nenhuma forma interromperia o processo, mesmo porque nem o Oriovaldo e nem a empresa estavam envolvidos. Pelo contrário, sempre destaquei — e destaco — a maneira decente com que me acolheram e à qual procurei retribuir realizando minhas tarefas.

Dias depois, o diretor da Denison-Rio, o escritor e poeta Celso Japiassu, também amigo meu, muito constrangido comunicava que eu seria demitido. E no final de julho o departamento do pessoal entregava uma carta-bilhete formalizando a demissão.

BIBLIOTECA CENTRAL
ESTUDANTES
MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO DE VIÇOSA
D.C.E. U.F.V.



Assis Brasil: "Jamais falei sobre isso"



Borges: "O general Assis falou comigo"

Jango tramava um golpe em 64?

Mauro Borges volta à política. E, para dar impacto, faz graves denúncias

"Não há dúvidas de que em 64 o presidente João Goulart tramava mesmo um golpe para perpetuar-se no poder". A revelação é do coronel Mauro Borges Teixeira, ex-governador de Goiás, deposto pela revolução depois de havê-la apoiado em 1964. Em entrevista ao jornal *Cinco de Março*, de Goiânia, o ex-governador, atual presidente do diretório regional do MDB, revelou fatos que o convenceram da atitude golpista de Jango.

Segundo ele, o então comandante do 10º Batalhão de caçadores de Goiânia, coronel Joaquim José de Souza Júnior, procurou seu pai, o ex-senador Pedro Ludovico Teixeira, solicitando-lhe que aconselhasse o governador a não dormir no palácio, sobretudo no fim do ano (1963) ou no começo do outro, "porque eu tenho ordem de prendê-lo, a qualquer perturbação da ordem nacional ou diante de qualquer fato grave".

FECHAMENTO DO CONGRESSO

Mauro Borges revelou ainda que, no final de 63 ou no começo de 64, estava no Rio de Janeiro, quando manteve um encontro com o general Francisco de Assis Brasil, que vinha de Buenos Aires para assumir a chefia do gabinete militar da presidência da república, quando comentaram a rejeição pelo congresso da mensagem solicitando a decretação do estado de sítio. Se o congresso a tivesse aprovado, seria então concretizada a anunciada prisão do governador Carlos Lacerda, que sublevava o Rio de Janeiro contra o presidente. Eis trechos do diálogo entre Mauro Borges e Assis Brasil, revelados pelo ex-governador:

Assis Brasil — Olha Mauro, a mensagem foi retirada, a prisão foi frustrada...

Mauro Borges — O que vai acontecer agora, general?

Assis Brasil — Bom, vamos começar tudo de novo. Vamos criar condições para uma nova mensagem de estado de sítio e prender o Lacerda. O congresso será fechado e será convocada uma constituinte.

Mauro Borges — Mas general, acho essa medida muito grave e perigosa para ser tomada no Brasil, neste momento. E quem ficaria no governo?

Assis Brasil — Certamente o presidente João Goulart.

Mauro Borges — General Assis Brasil, isso me parece errado. Eu gostaria de manifestar aqui a minha discordância diante dessa atitude.

OUTROS PLANOS

Segundo o ex-governador, além dos episódios envolvendo o coronel Souza Júnior e o general Assis Brasil, existem outros fatos que comprovam o plano de Jango para desfechar, um golpe de estado, sobre os quais ele prefere não falar: "Realmente há outras informações, mas, por questões pessoais, não posso contar no momento. Não quero prejudicar outras pessoas ou falar coisas que não seriam favoráveis face à situação política atual. Ficará para daqui a 10 anos, talvez".

Mauro confirma que em 1963 manteve um diálogo com o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que teria reclamado da presença do general Justino Alves Bastos, enviado por Jango, para vigiá-lo naquele estado. Arraes lhe teria dito expressamente que não sabia a quem deveria temer mais, se os reacionários, os radicais de Pernambuco ou o general Justino, que se comportava como um adversário seu. "Ele me traduziu expressamente a insegurança em que estava em relação ao comportamento legal do presidente João Goulart. Mais do que isso não posso falar", explicou Mauro Borges.

MINÉRIOS

O ex-governador acusa Goulart de ter sido um falso nacionalista, mencionando fatos protagonizados pelo ex-presidente a seu ver danosos aos interesses nacionais. Como as tentativas de Jango de torpedear a sua luta contra o grupo do senador José Ermírio de Morais, que detinha ilegalmente o direito de lavra das jazidas de níquel de Niquelândia, em Goiás. Disse que Jango pediu-lhe, em caráter reservado, que "deixasse em paz", o senador e não o pressionasse, como vinha fazendo, em defesa dos interesses da exploração do níquel.

Outro fato que, segundo o ex-governador, caracteriza a política antinacionalista de Jango foi a entrega da concessão do direito de lavra das jazidas de amianto crisolita de Minaçu, em Goiás, à Sama — Sociedade Anônima de Mineração Amianto —, do grupo francês Brasilit. "Se o presidente João Goulart se dizia nacionalista e era tido como líder, no caso da Sama foi pior ainda, pois pelo menos o grupo José Ermírio é nacionalista. A Metago descobriu as jazidas de amianto da região de Minaçu. Como as terras eram devolutas, o estado era proprietário e nós requeremos a pesquisa e lavra, que deveriam ter sido concedidas rapidamente. Mas houve toda sorte de dificuldades. Botaram em dúvida a propriedade do estado, grilaram a região, falsificaram documentos. Fizeram toda sorte de trapaças".

SEM COMPROMISSO

Mauro afirmou que, quando houve o movimento de 64, não tinha mais nenhum compromisso ou obrigação de fidelidade a Jango. "Pelo contrário, eu o adverti, eu o critiquei francamente na imprensa pelo seu comportamento, pela sua falta de chefia, de definição, pela sua política dúbia, suas incorreções, de forma que eu era, na verdade, um oposicionista a Jango". Ressaltou que em 1961, ao lado de Brizola, foi um dos líderes da campanha pela posse de Jango na presidência.

Um dos primeiros governadores em 1964 a aderirem ao movimento que derrubou João Goulart, Mauro Borges procura hoje justificar sua posição, criticada e censurada por situacionistas e oposicionistas no estado. Para se defender, não poupa críticas a Jango, chegando a afirmar: "Na realidade, a única coisa que eu não fiz e acho que deveria ter feito é ter partido para uma campanha nacional, mostrando que o senhor João Goulart, estava, de uma certa forma, traindo os ideais nacionalistas, ou, no mínimo, não tinha competência para ser o líder do movimento nacionalista no Brasil".

O general Argemiro de Assis Brasil, chefe do gabinete militar de Jango, ouvido pelo **Coojornal** em Porto Alegre disse que a afirmação de que o ex-presidente tramava um golpe não passa pela análise mais superficial. "Acho que o Mauro está meio biruta", disse o general. "É só lembrar que ele não moveu uma palha para ficar no governo quando o poder foi assaltado. Pode ser que algum partidário ou mesmo certas pessoas que o cercavam tivessem essa intenção, mas posso garantir que ele não".

O general nega também que tenha mantido com Mauro Borges, o diálogo que o ex-governador goiano reproduziu ao jornal *Cinco de Março*.

O fascismo é uma tara ocidental"

A famosa jornalista Oriana Fallaci, militante feminista e de esquerda, precisou se vestir de negro e deixar apenas o rosto de fora, tal qual uma mulher islamita tradicional, para que o aiatolá Khomeiny a recebesse para uma entrevista. Os momentos que antecederam o encontro, realizado em outubro, foram de nervosismo, de ambas as partes. De Oriana, que estava um pouco agitada, e dos colaboradores do aiatolá.

Como reagiria um chefe carismático, de posições radicais, diante das agressivas perguntas de Fallaci, conhecida pelo seu estilo contundente de trabalho. E, sobretudo, por suas posições contrárias à orientação do líder iraniano?

Quando Oriana Fallaci entrou no recinto, o aiatolá sequer a olhou. No início, manteve-se imperturbável. O fato de Khomeiny conceder-lhe a chance de perguntar se explica, na opinião da jornalista: "Sou a estrangeira que, em 1973, entrevistou o xá e lhe pediu, sem timidez, as contas sobre suas más ações... Durante a revolução, o que escrevi contra ele se transformou num livreto clandestino que se empunhava como um manifesto".

Logo após as primeiras perguntas, o diálogo mais parecia "um pugilato" na descrição da jornalista Sophie Bessis, da revista *Jeune Afrique*, uma publicação francesa voltada aos problemas africanos. "Muitas pessoas dizem que o senhor é um ditador", pergunta Fallaci. O aiatolá sente um certo embaraço. Ela continua: "Muitos vêem nascer no Irã uma ameaça fascista..."

Khomeiny se defende respondendo que "em absoluto", ele não encoraja o fanatismo e que, se o povo o ama, isso o agrada. Afirma que o fascismo é incompatível com o Islã, "uma tara ocidental". Fallaci avança: quer saber da democracia, da liberdade de expressão. Ele começa se enervar, atacando ostensivamente toda a oposição. "Os comunistas querem a subversão, é preciso reduzi-los ao silêncio; nenhum deles sofreu ou combateu".

Segundo Khomeiny, a esquerda em geral, "não serviu à revolução de nenhuma maneira, é consentida e sustentada pelos americanos para nos sabotar e destruir". Quanto à liberdade, acha que é suficiente "dentro do islã".

Apenas num momento ele saiu de suas posições fechadas, reconhecendo que as quase 500 pessoas executadas após o início da revolução eram em sua maioria agentes do antigo regime. A sua explicação para a ordem de mandar matar mulheres adúlteras e homossexuais: "É preciso acabar com a gangrena".

Mas o aiatolá perdeu definitivamente a paciência quando Fallaci criticou a discriminação imposta às mulheres iranianas e se insurgiu contra o uso do véu, um costume abolido pelo xá Reza Pahlevi e restabelecido pela revolução. Não adiantou nem mesmo o gesto de protesto da jornalista, interrompendo o trabalho — Khomeiny tratou de despachá-la, afirmando que o Ocidente é perigoso e concluiu: "Daqui por diante, nos dirigiremos contra todos que nos provocarem, à direita e à esquerda. E agora, basta". No Brasil, apenas o *Jornal da Tarde*, de S. Paulo reproduziu a entrevista, na sua edição do dia 3/11.

O passaralho volta a atacar

O fantasma do passaralho, figura com que os jornalistas identificam as demissões em massa, voltou a bater asas nas redações de jornais e revistas do centro do país. Uma retração acentuada no volume de publicidade (decorrência da crise na economia) e uma queda generalizada na venda em bancas (conseqüência da redução do poder aquisitivo) são as causas.

No *Jornal do Brasil*, ocorreu o corte mais violento, até agora. As demissões começaram no último dia de outubro e na primeira semana já somavam 252 pessoas, das quais 73 eram da redação. Ainda no Rio, a revista *Manchete* teve uma queda de vendas de 200 para 180 mil e já houve um corte na redação, agora reduzida a 4 repórteres, um chefe de reportagem, um subchefe e seis redatores. A revista *Amiga*, da mesma Bloch Editores, caiu de 220 mil para 160 mil.



O aiatolá recebe a jornalista italiana, mas sequer levanta os olhos

Por CARLOS ALBERTO SARDENBERG, de Brasília

Como meter a colher nesta salada?

Entrávamos novembro (novembro, já, como voou este primeiro ano da abertura, não é mesmo?) e as coisas estavam assim: o projeto de reforma partidária, enviado pelo palácio do planalto, perambulava pelo congresso nacional gerando alguma confusão por toda parte, muita perplexidade, mas começava já, aos poucos, a ser digerido.

No MDB ia chegando a hora da verdade. Metido nos trabalhos da reforma partidária — no que, aliás, é a principal vítima visada — o partido de oposição ainda cuidava de ordenar seu futuro próximo imediato. Tinha pela frente — no dia quatro de novembro — uma convenção nacional que, se provavelmente era a última do MDB, poderia ser a primeira do partido que o sucederá, com grandes chances de se tornar o maior entre as oposições.

Digamos que, às vésperas da convenção, havia duas tendências básicas nas hostes emedebistas: uma, a do grupo moderado do senador Tancredo Neves. Considerava que a extinção era inevitável, sendo impossível, após a extinção, refazer o atual MDB ou algo parecido. Assim, para os moderados, o objetivo era levar o partido até em banho-maria. Algo assim como evitar um desagradável quebra-pau na hora do enterro.

A outra tendência era no sentido de formar o que o senador paulista Franco Montoro chamou de "MDB renovado" — expressão constante em documento que circulava no senado e na câmara e no qual emedebistas se dispunham a permanecer unidos, em torno de um programa mínimo e em torno de um mesmo partido, o tal MDB renovado.

Esse documento, que ainda circulava, havia obtido 22 assinaturas no senado (bancada de 26) e cerca de 130 na câmara (bancada de 189 deputados). É verdade que havia algumas assinaturas qualificadas postas no condicional, como a do senador Tancredo Neves, que se viu mais ou menos constrangido a aderir ao texto. Mas ressalvou que o faria *ad referendum* de suas bases em Minas. E o senador Pedro Simon, na verdade, nem chegou a assinar o documento. Ele assinou um apenso, no qual, na qualidade de presidente do diretório regional de seu estado, se comprometia a submeter o texto ao MDB gaúcho.

MDB RENOVADO

Então, a tendência por um "MDB renovado" significava a preparação do novo partido e isso — somente isso — podia explicar a luta aparentemente inglória contra a extinção e pela unidade das oposições. É claro: a luta contra a extinção era o trabalho de armar alianças e firmar entendimentos para o novo partido, quer ocorresse ou não a extinção.

E a tal unidade do MDB que se buscava aí é uma unidade entre algumas alas. O senador Montoro não escondia, por exemplo, que o tal MDB renovado — tenha o nome que tiver — só inclui os "verdadeiros oposicionistas". Isto é, exclui os adesistas, chaguistas, malufistas e por aí afora, mas aqueles que estão namorando o governo federal, mais precisamente, namorando o João. Exclui a direita, portanto.

Eis porque esta tendência reunia basicamente os autênticos e os chamados não-alinhados, categoria posta em circulação pelo próprio Montoro para definir os que não estavam agrupados nem entre moderados nem entre autênticos. Esta tendência, portanto, preservava a aliança à esquerda, enquanto os moderados de Tancredo desejariam que a esquerda ficasse isolada. E esta tendência é que pensava em eleger uma nova comissão executiva nacional do MDB, uma direção que estivesse pronta para ser a comissão nacional provisória de um novo partido, uma vez consumada a extinção. Na expectativa de vários entusiastas desta tendência, o jogo era para valer e de efeitos imediatos: assinada a extinção, o presidente Ulysses Guimarães, que seria reconduzido, passaria telegrama a todos os membros do então ex-MDB, dizendo apenas: "Estou no meu gabinete recebendo adesões ao nosso partido".

A comissão nacional é eleita pelos 71 membros do diretório nacional, este, por sua vez, eleito pela convenção. Para o diretório havia chapa única, o tal *Chapão* costurado no início do outubro, no qual estavam representados moderados autênticos e não-alinhados. Os moderados, individualmente, tinham a maior representação, mas não alcançavam a maioria absoluta de 36 votos. Esta maioria dependia dos não-alinhados de Montoro, cuja tendência preferencial, no início de novembro, era fazer aliança com os autênticos.

Neste quadro, o MDB se preparava vara lutar contra o projeto de reforma partidária do governo.

OS DISSIDENTES

Por ali, no congresso, circulavam também os dissidentes arenistas, igualmente interessados em modificar no fundo o projeto do governo. Estes dissidentes não queria propriamente passar para uma oposição brava e com banda de música, como Ulysses definiu a sua. Eles apenas não querem se alinhar no Arenão, impedidos que estão por sua consciência com os governadores nos seus estados. É esta uma impossibilidade grave, pois o Arenão vai ser basicamente um partido de governadores.

Assim, o que queriam os dissidentes? Apenas uma coisa: facilidades para a formação de seu *Partido Independente*, para brigar nos estados, e compor no governo federal, se é que isso é possível. (Nós aqui, modestamente, achamos que tal *independência* acaba quebrando a cara, morrendo do fogo cruzado entre oposições de fato e governo de fato. Em todo caso, era o que queriam os independentes).

O MDB se preparava para tentar oferecer isso aos dissidentes. O partido preparava emenda e substitutivos ao projeto do governo, de modo a oferecer algo que seria a reforma partidária da oposição. Deixando de apenas denunciar o casuísmo do governo, o MDB se preparava para apresentar o que considerava ser a reforma partidária verdadeiramente democrática. É fácil saber: é a reforma que permite a organização em partido de qualquer tendência algo expressiva na sociedade brasileira. Assim seriam as emendas do MDB: nenhum obstáculo à formação de novos partidos. Apenas algumas exigências de ordem geral — princípios — como a expressão nacional, respeito à democracia e aos direitos do homem, por aí.

Atenção: a constituição distingue entre organização de partidos e seu funcionamento, sendo esta etapa o funcionamento político dentro dos parlamentos. Para funcionar, o partido organizado precisa, conforme a constituição, de ter entre seus fundadores 42 deputados e seis senadores — 10% de cada casa — ou ter tido, na última eleição para a câmara dos deputados, cinco por cento dos votos nacionais, distribuídos por pelo menos nove estados, com pelo menos três por cento em cada um. O MDB preparava um substitutivo para facilitar a organização de partidos que, pelo projeto do governo, é coisa complicada, demorada e difícil. Se passasse o substitutivo do MDB haveria condições para, em seguida, tentar passar emendas constitucionais que diminuíssem as exigências para o funcionamento.

DIFÍCIL PARA O PTB

Em todo caso, no início de novembro, o MDB estava dando o primeiro passo. Ofereci a facilidade de organização e fundação. Quais as vantagens? A primeira: unia o próprio MDB, onde se agrupavam várias tendências, algumas interessadas em formar seu próprio partido. É o caso dos petebistas: votar a extinção do MDB é delicado, politicamente perigoso. Mas simplesmente ficar contra a extinção também pode inviabilizar o PTB. Eis a saída: vincular a luta contra a extinção do MDB à luta pela derrubada do projeto do governo, para impor o verdadeiro pluripartidarismo. Dá pé, pois a vingar o projeto do governo, fica muito difícil formar o PTB.

A propósito, Leonel Brizola, já conhecendo o projeto do governo, comentou para o senador Tancredo Neves, no apartamento deste, no Rio: "Nós continuamos a organizar o PTB. E vamos conseguir. Mas dará tanto trabalho, consumirá tanto esforço que, quando o partido estiver finalmente formado, talvez não nos restem forças para mais nada".

Se ficar mais fácil a formação de novos partidos, é melhor, não é mesmo? Os petebistas e todos os outros grupos emedebistas podem tranqüilamente votar contra a extinção do MDB, se votando junto o pluripartidarismo.

E os dissidentes? Sem eles, o projeto não passa e por isso o MDB tratava de procurá-los. Mas estava complicado. Facilidades para formar partidos, tudo bem. Mas, contra a extinção? Isto estava difícil. É que os dissidentes não querem nunca mais ouvir falar desta desgraçada Arena, que infernizou suas vidas. E a extinção é também a extinção da Arena. Como preservar só o MDB e extinguir só a Arena era coisa impossível, os dissidentes tendiam mais a negociar com o governo que despachava recados: "Tudo é negociável, menos a extinção". Então, o que faltava?

COMO NEGOCIAR

Faltava o seguinte: a maioria da Arena já se preparava, no início de novembro, para aderir incondicionalmente ao partido do João, que, conforme disse o próprio presidente, será o seu único partido. Assim, não desejava essa maioria arenista ter uma espécie de rival na forma do partido independente, dos dissidentes arenistas. Esta maioria arenista não estava, portanto, disposta a facilitar a vida dos dissidentes. Por exemplo, o governo mandava dizer que tudo é negociável, inclusive a sublegenda, prevista no projeto oficial, para acomodar divergências municipais no Arenão. E divergências acomodadas não saem para o partido dos dissidentes. Estes, pois, queriam suprimir a sublegenda. Mas a maioria arenista, como avisava o próprio presidente do partido, senador José Sarney, queria a sublegenda e até a sublegenda a nível estadual e federal (o projeto do governo só a permite para eleição de prefeito).

Então, negociar como? Para atender os dissidentes, o governo, mais especificamente o planalto, ia precisar de um cala-boca na maioria arenista, que será a base do partido do João. É verdade que o planalto já despachou outros cala-bocas, mas a situação já era um pouco diferente.

Então, no início de novembro estava assim: os dissidentes mandavam dizer ao governo que, ou se aceitariam as suas exigências, ou eles rejeitariam o projeto do planalto em bloco. O MDB, com um olho em sua convenção, diretório e direção, apontava o outro para os dissidentes e se preparava para meter sua colher naquela salada. A coisa esquentava.

RECEBA O COOJORNAL EM CASA 5 DIAS ANTES

Como assinante, você recebe o *Coojornal* em outros Estados no mesmo dia em que ele vai para às bancas em Porto Alegre. Quer dizer: no mínimo 5 dias antes de ele chegar às bancas de sua cidade.

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº ☐

Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 - entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome: .....
Endereço: ..... Fone: .....
Bairro: ..... CEP: ..... Cidade: .....
Estado: ..... Profissão: .....

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº ☐

Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 - entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome: .....
Endereço: ..... Fone: .....
Bairro: ..... CEP: ..... Cidade: .....
Estado: ..... Profissão: .....

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

coojornal

Atrás deste jornal vem uma idéia muito maior do que ele

Em novembro, Coojornal entra em seu quinto ano. E já entra com o pé direito. Criado em 75, Coojornal hoje é um veículo conhecido e reconhecido no país inteiro. Um veículo de público bem definido: jornalistas, advogados, arquitetos, médicos, engenheiros, sociólogos, pessoas formadoras de opinião. É o único jornal, feito fora do eixo Rio-São Paulo, que tem circulação nacional. Cresceu o Coojornal. E o que é mais gratificante: o segredo desse sucesso não está em uma ou duas ou em um grupo de pessoas. Está na capacidade de organização de uma classe inteira. Está na Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. Hoje são 304 jornalistas associados, razão principal da força e da estrutura da Cooperativa. Boa parte desses 304, entre repórteres, editores, cartunistas, diagramadores, trabalha nos jornais, boletins e revistas editados pela Cooperativa. E na Agência de Notícias Coojornal, que atende alguns dos principais jornais e revistas do país. Todo esse trabalho jornalístico é apoiado também por outros departamentos: arte, fotografia, comercial, pesquisa, circulação e industrial. O departamento industrial conta com um completo equipamento de fotocomposição, montagens e fotolito. É impossível falar em Coojornal sem falar na Cooperativa e seus associados. Sem falar em consciência profissional. Sem falar em organização. Um jornal que tem uma grande idéia atrás, só pode dar certo.



cooJORNAL®

Comendador Coruja, 372 — Fone 33-5099 (PABX) Telex (051) 1605 — Porto Alegre — RS — Brasil

Memórias de um veterano correspondente de guerra

O primeiro repórter ocidental a chegar ao Vietnã fala do seu ofício

Cento e dez livros publicados é um número invejável para qualquer escritor ou jornalista, talvez seja um recorde. É o saldo de quatro décadas de carreira de Wilfred Burchett — um velhinho simpático que usa casaco de linho branco totalmente desengonçado, calça meia-canela, bebe cerveja e está sempre rindo.

Ex-instrutor de carpintaria numa escola australiana, começou no jornalismo por acaso, escrevendo cartas para jornais sobre a Alemanha de Hitler. Foi o primeiro repórter ocidental a fazer cobertura da luta dos vietnamitas contra os franceses. Acompanhou a histórica batalha de Dien Bien Phu, andou com os combatentes do Vietnã embaixo das bombas francesas, depois norte-americanas. Esteve mais de vinte vezes, no Vietnã, viveu três anos em Hanói, quatro no Camboja e é considerado o maior especialista em Sudoeste asiático.

Todas as suas histórias e aventuras estão narradas na autobiografia que acaba de escrever onde fala dos seus 40 anos de jornalismo.

— Para escrever — diz ele — é preciso ir ao local onde as coisas estão acontecendo. Pode não ser a única maneira, mas é a melhor.

TRENS NO HORÁRIO

Burchett esteve na Alemanha entre novembro de 1939 e março de 1939. Viu um regime extremamente opressivo que preparava o país para a guerra. Voltou à Austrália e encontrou uma opinião pública influenciada pelos acordos de Munique e pela declaração do ministro inglês que dizia ter assinado "um papel pela paz do nosso tempo". O primeiro-ministro australiano esteve na Alemanha mais ou menos na mesma época do que Burchett e repetia as palavras de seu colega inglês. Declarava que Hitler era um homem de boa vontade, queria a paz. Que a Alemanha era o lugar mais estável da Europa, "os trens correm no horário, tudo é limpo". Para ele a perseguição aos judeus era uma piada.

O carpinteiro indignou-se e expressou suas opiniões com força e clareza, em várias cartas que remeteu a jornais. As cartas, naturalmente, não foram publicadas. Mas quando a guerra estourou os redatores lembraram-se delas. Viram que estavam bem mais próximas da verdade do que as declarações do Ministro. E pediram que Burchett escrevesse artigos, relatando o que vira na Alemanha. Pouco depois, ele abandonou a carpintaria e entrou no jornalismo. Tinha quase 30 anos.

Ele costuma dizer que a experiência na Alemanha foi importante para sua carreira, pois viu as coisas de perto, sabia sobre o que estava escrevendo, "enquanto o primeiro-ministro não havia visto nada, repetia o que Hitler lhe dissera e baseava-se em impressões superficiais. Foi uma lição que me guiou toda a vida: é preciso ver as coisas com os próprios olhos e não repetir o que os outros contam".

"A profissão comporta uma responsabilidade pesada, a de bem informar o público. Muitas vezes o público deve tomar uma decisão, apoiar ou recusar atos de um governo,e tem o direito absoluto de saber tudo sobre o assunto. Principalmente sobre os grandes assuntos, como a guerra e a paz, a política internacional".

MUITA CORAGEM

Depois da experiência na Alemanha, as primeiras viagens de Burchett foram às colônias inglesas da Ásia, como Cingapura, Malásia, Birmânia. E como australiano, um cidadão de segunda categoria no Império Britânico, pôde ver a humilhação e a discriminação em que viviam esses povos, por causa da cor da pele. E a partir daí, em todos os seus textos, sempre se mostrou favorável à independência desses povos, escrevendo para o *Daily Express*.



R. Farias

Burchett: "É preciso ir aonde as coisas estão acontecendo para escrever"

Mas sua pregação anticolonial começou a causar problemas, logo após o final da guerra, e Burchett desentendeu-se com o dono do *Daily*, defensor radical do Grande Império Britânico e contrário à descolonização. E teve de deixar o jornal, mas não suas idéias e princípios. "O jornalista não é um computador", afirma ele. "Vê as coisas com sua própria ótica. Há uma tendência para se pensar que a objetividade está acima de tudo, dentro do jornalismo, que o jornalista não deve fazer opção política, não deve se misturar. Não vejo as coisas assim. Ele é um ser humano e faz parte da sociedade. Não tem somente o direito, tem a obrigação de toimar posição".

Mesmo defendendo esta posição, Burchett acredita que há um bom espaço para o jornalismo objetivo. "Algumas vezes é necessário muita coragem para ser objetivo e ir realmente ao fundo das coisas. Mas tomando muito cuidado com a interpretação da objetividade, lutando sempre para que o jornal publique o que a gente crê ser objetivo".

CINQÜENTA GUERRAS

Mais tarde, em função de suas idéias, achou natural apoiar os povos que lutavam para conquistar a independência que lhes era negada. E visitou-os para ver a guerra. Foi assim que esteve no Vietnã pela primeira vez há 25 anos, em fevereiro de 1954, início da batalha de Dien Bien Phu, onde o colonialismo francês foi definitivamente afastado da Indochina.

"Durante dois mil anos toda a história do Vietnã foi de luta contra invasores mais poderosos. Lutou umas cinqüenta vezes contra chineses, mongóis, japoneses, franceses, norte-americanos...".

Burchett viveu quatro anos em Phnon Penh, conhece bem o país e sua história, e fala sobre os antecedentes da situação cambojana assumindo posição a favor do novo regime, mesmo tendo apoiado incondicionalmente o Khmer Vermelho, durante a luta da libertação.

"Na época em que a França era a única potência colonizadora na Indochina, havia apenas um partido comunista indochinês, fundado por Ho-Chi-Min. Quando a luta de libertação começou eles resolveram dissolvê-lo e formaram três partidos: o Partido Comunista do Laos, o do Camboja e o do Vietnã. Os quadros políticos dos três estavam muito unidos e próximos do Vietnã, pois saíram de um único partido. Pouco depois da guerra com a França acabar, surgiu uma tendência nova dentro do Partido Comunista Cambojano, formada por estudantes que voltavam ao país, depois de estudar na França. Eles opunham-se à tendência liderada pelos velhos militantes."

"Aos poucos, a antiga direção foi sendo ultrapassada, pois era composta por veteranos que conheciam o país em guerra, não conheciam a paz. Isso acelerou-se após a vitória contra a ditadura de Lon Nol. Houve uma espécie de golpe interno no partido, liderado pelo pessoal de Pol Pot. Todos os antigos militantes foram acusados de ser pró-vietnamitas — eram na verdade, pois haviam saído do mesmo partido — e foram liquidados. Não sei se fisicamente ou não, mas a verdade é que desapareceram por completo depois de Phnon Penh ter sido libertada. Os vietnamitas ajudaram muito aos cambojanos na luta contra Lon Nol, mas, imediatamente, os novos dirigentes cambojanos tomaram uma posição anti-vietnamita."

O LADO FRÁGIL

"A partir daí começaram ataques contínuos, com grande selvageria, contra as fronteiras vietnamitas. Eles tiveram de evacuar mais de um milhão de pessoas das áreas fronteiriças. E quase 12 mil pessoas foram mortas nestes ataques."

Wilfred Burchett cobriu toda a guerra do Vietnã, fez dezenas de reportagens e escreveu vários livros sobre ela. E lembra de uma conversa muito sugestiva, em 1965, com o então presidente da Frente de Libertação Nacional, Nguyen Huu Tho, hoje vice-presidente do Vietnã. Em março daquele ano, quando os primeiros pelotões norte-americanos desembarcavam em Da Nang, juntando-se à Força Aérea e aos assessores militares, Burchett perguntou a Nguyen:

— E Agora, os norte-americanos estão engajados com toda a sua potência.

Nguyen respondeu:

— É um erro levar em consideração apenas a grande potência dos Estados Unidos e não ver também seu lado frágil. Se analisarmos só a potência, diríamos que eles podem jogar milhões de soldados em nosso país. Mas pensamos que não podem: se o Vietnã fosse o único inimigo, poderiam concentrar aqui todas as suas forças, mas eles têm que manter tropas em todo o mundo.

Em seguida, tirando do bolso um pequeno bloco de anotações, o líder vietnamita começou a citar os países em que os Estados Unidos eram obrigados a manter tropas. Tantos homens em tal país, tantos neste outro... Depois, disse:

— O exército deles tem "x" milhões de soldados e pensamos que podem mandar uns 500 mil para cá. E 500 mil podemos enfrentar...

Após três anos de luta, quando a guerra atingiu seu clímax, havia 540 mil soldados norte-americanos no Vietnã, o máximo que conseguiram ter.

Licínio Azevedo

LIGUE PARA
33.5099
E FAÇA UMA
ASSINATURA DO
COOJORNAL

Questão partidária e oposição popular

Eduardo K. M. Carrion

O projeto de lei de reformulação partidária enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República se configura como mais uma peça, talvez a fundamental, do puzzle da democracia elitista que está sendo montado pelos alquimistas do poder. Democracia no sentido schumpeteriano de governo dos políticos e não mais, conforme a definição clássica, de governo do povo. Isto é, a participação popular, cerne ou substância de qualquer regime que se pretenda democrático, é desqualificada quando não abertamente contestada.

Se a política é a arte do possível, cabe aos que almejam pela efetiva democratização do país combater para que se torne possível a arte da política para as mais amplas camadas da sociedade, fazendo com que o povo também se aproprie da política e que esta deixe de ser uma simples disputa entre elites e contra-elites e se transforme então no âmbito da decisão popular, finalmente resgatada.

A reformulação partidária proposta pelo regime é antes de tudo uma tentativa de solução do impasse criado pelo bipartidarismo imposto pelo Ato Complementar nº 4 de 20 de novembro de 1965. Como se sabe, o partido de oposição se transformou com o tempo no desaguadouro natural das insatisfações populares, dando caráter plebiscitário às sucessivas disputas eleitorais. Assim, obtém, nas eleições de 1974, 48% dos votos para a Câmara dos Deputados e 59%, para o Senado Federal. Nas eleições de 1978, a situação se repetiria: 49,5% dos votos para a Câmara dos Deputados e 57%, para o Senado Federal, em que pese as limitações representadas mais imediatamente pela chamada Lei Falcão.

Essa redefinição do caráter dos partidos parece ser uma constante em nossa história partidária. Formados de cima para baixo e, em certos casos, de dentro para fora do estado, sofrem o impacto da dinâmica política existente ao nível da sociedade, passando a exercer funções e a representar papéis não previstos no cenário original. Se esta flexibilidade, indicador também da fragilidade, senão da artificialidade inicial do sistema partidário, permite ajustamentos entre o movimento social e a representação política, ela não soluciona definitivamente a crise de representação política das classes dominadas, a essa regra não escapando o MDB. E é este exatamente o outro aspecto da reformulação partidária proposta.

Tornou-se um truísmo caracterizar-se o MDB como uma confederação das oposições. O importante, entretanto, seria destacar o setor que detém a hegemonia nesta frente de classes. Apesar do fortalecimento acentuado nos últimos anos da oposição popular, a hegemonia no MDB cabe incontestavelmente à oposição liberal-conservadora. Assim, em que pese suas ambigüidades naturais (hegemonia não quer dizer monopólio), o partido de oposição se assinala primordialmente, quer por sua doutrina, quer por sua estrutura, como um partido liberal, como um partido de quadros. Sua prática se ressentirá dessas insuficiências, fazendo com que não consiga se inserir nas lutas sociais emergentes e com que privilegie o embate parlamentar, a violência da palavra ao invés do vigor da ação.

Persiste e se aprofunda, dessa forma, a crise de representação política das classes dominadas acima referida, setores significativos da oposição popular não se reconhecendo no atual partido de oposição. Face à evolução da conjutura, torna-se cada vez mais urgente que se dê expressão política às lutas sociais emergentes, que a oposição popular, aproveitando as brechas criadas pela reorganização partidária, conforme o seu próprio partido, um partido popular e democrático que seja instrumento eficaz na luta pela efetiva democratização do país.

Importa assinalar, entretanto, que nenhum setor da frente de oposições, representada até o momento pelo MDB, conseguirá isoladamente tornar viável um projeto democrático de sociedade. Por isso mesmo, se é importante assegurar a independência da oposição popular, é urgente da mesma forma preservar a unidade das oposições liberal-conservadora e popular, ainda mais levando-se em conta a herança regional em nossa vida política.

Entre os que se reivindicam, de uma ou de outra forma, da oposição popular, diversas são as propostas de articulação partidária. Embora pouco se possa ainda concluir, cabe indicar alguns elementos elucidativos.

PTB: ENTRE O DISCURSO SOCIALISTA E A PRÁTICA NEOPOPULISTA

O PTB foi, em 1945, um partido criado de cima para baixo, de dentro para fora do estado (nesse caso, do "Estado Novo"), baseado em grande parte na estrutura do Ministério do Trabalho. Entretanto, como já ficou assinalado, nossos partidos evoluem sob o impacto da dinâmica política existente ao nível da sociedade. Assim, o PTB se transforma com o tempo no partido do populismo, isto é, num partido liberal à clientela popular. Essa afirmação precisa, entretanto, ser nuançada. Inicialmente, as diversidades regionais existentes no interior do próprio partido dificultam considerá-lo de forma homogênea. Além disso, a burguesia nacional, base social do partido, desempenhou um papel específico e peculiar no momento que, apesar de suas contradições, não pôde de forma alguma ser reduzido ao de uma burguesia conservadora tradicional. Por outro lado, em seu seio, surgiram correntes ideológicas renovadoras, embora minoritárias (por exemplo, o pensamento de Alberto Pasqualini). Finalmente, se o populismo foi uma técnica de manipulação popular, tornou-se também e apesar disso num instrumento de politização.

Fundamentado nessa herança política, ressurge hoje o PTB. É inegável a audácia política manifestada pelos trabalhistas que desde logo souberam ocupar parte do espaço criado com a perspectiva de reformulação partidária. Parece improvável, por outro lado, que se reedite o populismo nos moldes de sua experiência anterior, pois a realidade se transformou substancialmente nos últimos anos, alterando as posições relativas da burguesia nacional e da classe trabalhadora.

Em torno do projeto trabalhista, justapõem-se tanto setores da oposição liberal-conservadora como da oposição popular. Por um lado, os trabalhistas "ideológicos" ou "científicos", na denominação da crônica política, articulam um discurso socialista, por outro, os trabalhistas "históricos" acenam com uma prática neopopulista. Somente o futuro poderá dizer se o discurso tenderá a se conformar com a prática ou se, ao contrário, a prática tenderá a corresponder ao discurso. Em suma, se o discurso não se tornará num simples aval de uma prática neopopulista.

PT: DO ANARCO-SINDICALISMO À AFIRMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Ao contrário do PTB, o PT não possui uma herança histórica a reclamar ou a reivindicar. Ele é o resultado mais flagrante e imediato do novo movimento operário e sindical surgido no país nos últimos anos. Seu corporativismo inicial se caracterizou por ser a manifestação antes de um anarco-sindicalismo do que de um trade-unionismo. A rejeição da política por parte da nova liderança sindical era, na realidade, uma recusa da política tradicional, uma crítica ao parlamentarismo estreito. Superada esta primeira fase "obreirista", procura hoje ampliar sua base de sustentação, estruturando-se de baixo para cima. Aparece assim como uma tentativa de solucionar a histórica crise de representação política da classe trabalhadora, reivindicando sua independência política e organizacional face a outros setores sociais. Nesse sentido, é um rompimento com o padrão histórico que tem pautado a participação da classe trabalhadora no cenário político em nosso país, de forte tradição populista, liberando assim um potencial bastante amplo. Se fôssemos buscar um precedente em nossa história, teríamos de remontar às primeiras décadas do século, ao período que Edgar Rodrigues de maneira sugestiva denominou de fase heróica das lutas sociais no Brasil.

A proposta de unidade da oposição popular, seja sob a forma de transformação do MDB num partido popular, seja sob a forma de formação de um partido popular, ressente-se ainda de algumas indefinições e imprecisões. Aliás, o projeto de um partido popular não é incompatível com o anterior de um PT. No "Encontro de São Bernardo", no "Encontro de Vila Betânia" e, mais recentemente, no "Encontro de São Paulo", esboçou-se uma aproximação entre diversos setores da oposição popular, dos sindicalistas aos parlamentares autênticos.

A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL JÁ TEM UMA PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA.



É o ANO ECONÔMICO, uma publicação anual da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — COOJORNAL, dirigida a empresários, pesquisadores, professores e estudantes.
Além de números e quadros, ANO ECONÔMICO contém, ainda, análises e estudos de mercado, além de comentários escritos pelos mais expressivos empresários de cada setor.
Reserve agora seu exemplar ou exemplares, escrevendo ou telefonando para 33-5099. Use, também, nosso Telex nº (051) 1605.

ANO ECONÔMICO

Uma publicação da COOJORNAL
Rua Comendador Coruja, 372 —
90000 — Porto Alegre, RS

Solicito enviar-me.... exemplar(es) de ANO ECONÔMICO ao preço de Cr$ 180,00 o exemplar para o que remeterei um vale postal ou cheque nominal para ANO ECONÔMICO
Rua Comendador Coruja, 372, 90000 — Porto Alegre, RS
Nome .....
Endereço .....
Cidade..... CEP.....
Estado .....

CRÔNICA



Pequeno flagrante da miniguerra do Metrô

Uma cidade tem de gostar si. Senão, encrua.
Uma cidade nem pense que porá abaixo um monumento como o Palácio Monroe, antigo Senado Federal, e vá ficar tudo por isso mesmo.

Não ficou. Já hoje, o Rio recebe o que merece, e bem. E como. E tão, que a Taberna da Glória dos sambas de Noel, das vezes de Araci de Almeida e Marília Batista, dos intelectuais e boêmios, não existe mais. A praça Paris, que um dia Mário de Andrade chamou de sublime, descambou em canteiro de obras, enfumaçado e tomado de arames e concreto retorcido. O Café Lamas, do largo do Machado, chão de mínimos amantes entre o Catete, Laranjeiras e Flamengo, ponto sentimental do turismo boêmio, desapareceu na véspera do centenário. Veneráveis lojas do Catete debandaram para outros sítios, menos comprometidos com isto a que chamam de desenvolvimento, disto a que chamamos cidade grande. Mesmo a praça Onze, que se supunha inatingível, desde que Grande Otelo denunciou, em samba antológico, que iriam acabar com ela, agora caiu de vez.

Na rota do que xingam de progresso, teve ingresso o Metrô para desfigurar a cara, a ginga urbana, honesta espontaneamente. Ou aquele quê, mesmo, de *belle époque* folclórica que a Lapa agasalhava com os Arcos ao fundo... Cansei de ver gringo e visitante de outro estado embasbacar perante a paisagem. Como na canção de Charlie Chaplin, o Metrô parece dizer, sinistro e não lírico, que "o que passou não voltará jamais". E, num tranco, lá no Bar e Café Lamas a boêmia lítero-musical-jornalístico-malandro-etílico-estudantil já afundou no subsolo. Babau.

Autoridades mandaram: "deixem o Metrô passar". E o Metrô tala fundo. Vai até o útero. E o Rio antigo sambou, indo pra cucuia, largando só recordação. Guardai os vossos pandeiros, guardai. Não tem mais praça Onze.

E etc.

Mas ali pelos lados do Mangue vai se mexendo uma miniguerra, que os jornais não reportam.

Manhã branquinha, cedo, acorda a poesia do marasmo. A tratação começa a se espreguiçar nas calçadas povoadas de moradores. E nas frentes de trabalho com os operários. Os dois grupos, enquadrados por um tapume azul, pouco a pouco se espiam, se chegam, no discreto encabulado. É como se, convencionado, mudo, um armistício corresse permanente entre os que vão destruir e os que, enquanto podem, resistem. Mal e mal, sem ânimo, sonolentos, garra pouca. E nenhuma perspectiva.

Do lado dos moradores, dona Rita só vê o marido à noite. Ele pula cedo, perde o almoço, anda à cata de trabalho. Vai gastar sapato, queimar os nervos, matutanto na mudança forçada. A mulher ajeitou a casinha em pensão e dá pratos-feitos para quatro operários. O marido não almoça em casa. Foi batalhar um emprego; ela, dá almoço para quatro.

O miserê urbano corre e escorre, sem folclore ou pressa, sem pena, de um lado e de outro. Da peonada que avança para demolir, dos moradores que encolhem à espera da derrubada. Uma acomodação sofrida dos dois lados. Onde deixa de almoçar um, almoçam mais quatro.

Bate, rebate e abulia. E não chega a ser guerra, que nem grandeza tem. Os inquilinos sabem que estão perdendo. Vem despejo e demolição. Operários sabem que não vão ganhar. Terminam uma obra e começam nova procura de trabalho. De um lado e de outro, defrontam-se feito pingentes urbanos. Todos na corda bamba do provisoriado. A rua, mesmo sendo ali Mangue, a cidade não é mais o lugar deles. Toquem. Mas há uma expectativa vaga, uma indefinida tensão de guerra pré-estabelecida.

Assim e de assim, o marasmo avança, penetra. Enrosca, tala, rasga.

Na rua Júlio do Carmo, uma das vítimas, é um dos começos do Mangue ao lado esquerdo do canal escuro, fedorento. Toda cercada de azul e arames, toda não tem pressa de cair, nem de ficar de pé. Parece ser, longe das areias e das praias da cidade, um dos poucos cantões em que se compreende o calor carioca. Não havendo ar refrigerado, o jeito é pegar a sombra e descansar.

Trezentos homens trabalham. E o Metrô construiu uma cerca de arames, instalou suas máquinas e manutenção, ergueu barracões. E devastou. Bem pouco há de pé.

No número 162 barulha uma sinuquinha, cinco portas de ferro do que foi um armazém velhusco. Três mesinhas lá dentro. Depois, outro botequim, dos que ainda têm balcão de mármore e geladeira de madeira para caber mil brahmas. E vem a devastação, terrenos vazios onde só tratores, molecada da vizinhança e tipos vadios erram. A seguir, número 178, dona Rita dá pensão aos quatro homens, costura as costuras para fora, rumina uma espera confusa, medrosa e descrente.

Isto vai cair quando? Ninguém diz.

Já não há sequer surpresa. Tanto se lhes dá: os que vão derrubar ou os que vão a despejo. O sinal comum é o marasmo. Além da marginalidade. Os que moram ficam na barra da gente que vive de pequenos expedientes e virações. Mixurucagem. De comum, aposentados e desempregados sem eira nem beira. Os que trabalham são os operários do Metrô, sem qualificação, vindos ou corridos de outros estados, sem lugar certo onde comer, dormir, estirar.

Pois.

O trecho da Júlio do Carmo dá de cara com o matadouro mais baixo da cidade e já forneceu dias famosos, brigas, fugas, prisões, alegrias adolescentes, alguma literatura e arte. Um sabido do estrangeiro de passagem pelo Rio, classificou o Mangue. Zona limítrofe entre a condição humana e a animal. O poeta Vinicius de Morais o cantou numa balada em que as cafetinas eram gordas, maternais hienas. O pintor Lasar Segal o pintou para o mundo mostrando o mulherio erradio que ficava detrás das venezianas de tabuinhas verdes, humilhadamente. De peitos caídos. Maioria negra, mulata, cafusa, parda. Oswald de Andrade projetou grande sobre ele. O homem era grande nas derrubadas. Excelia. Eita tristeza debochada! Há um poema forte, levado, inacabado e que poucos leram, *O Santeiro do Mangue*, personagizando, entre outros, o Cristo do Corcovado e o estudante marxista no meio da ralé. A certa altura, as mulheres clamam em coro para Jesus:

"O pau nosso de cada dia nos dai hoje".

Ah, e ais. Mas o poema é inédito, para além de viril e inacabado. Ninguém, ou poucos, leram. De resto e de sobejo, o Mangue é evitado pelo noticiário da grande imprensa, mais comportada, mais conveniente que honesta. O bordel vê-se transformado, nas poeiras do tempo, farisaicamente, em ninho e pasto de um folclore das coitadinhas. As grandes folhas paternalizam, só se lembrando da zona quando um incêndio a lambe, um crime de morte a sangra ou casos cabeludos envolvem mulheres menores de idade. Então, o bordel se futrica com a polícia de costumes.

Mas o Metrô. O lado ímpar também aguarda ser demolido sem muita apreensão ou cuidados. Não insiste em resistências. O grosso dos inquilinos passa a não pagar aluguel aos senhorios e fim. E o lado par da rua, como tem menos ainda o que fazer, traz cadeiras para a calçada quando é de tarde, fica olhando a cerca azul de arame que sitia o quarteirão. Talvez ainda tome a fresca cheia de pó dos tratores.

Manhã. Abrem, com estalo, as janelas e ficam espiando. Uns, do lado par, já se mandaram que, afinal, tudo no quarteirão, é como diz o português atarracado, cinqüenta e vão lá anos, proprietário da Transportadora Vila Verde Ltda.:

— Estas casas aqui não é preciso ninguém derrubar. Elas vão acabar caindo sozinhas. Está tudo podre há muitos anos.

Ele está por cima da carne seca. Defende autarquias. Metrô, seja federal ou estadual, tratores do Metrô, desenvolvimento e progresso. Tem trinta caminhões de transporte, sessenta empregados e tudo se arrumará. Derrubam-lhe o escritório da Transportadora Vila Verde, mas ele conhece direitos e obrigações. Pega os empregados e leva consigo. Já arranjou outro paradeiro para o negócio, está salva a tranqüilidade gordalhuda. O seu escritório até parece escritório do Metrô. Há trânsito de peões, fregueses e empregados. Uma bandeira portuguesa ao lado da brasileira na parede principal da firma. Outras misturações: gatos, cofres-fortes, geladeira, telefone, arquivos, relógios de ponto, uma imagem da Senhora de Fátima. De mais a mais, o otimismo dos vitoriosos se parece com boa vontade. Arruma tudo, ou conchava.

Lá fora, mulherio ressacado foge ao sol da manhã, senta-se nas entradas do botequim, meio remelento ainda. As pivas, naimes e minas mais acordadas ciscam já, catam namoro de olhos com os trabalhadores da Brahma, fábrica ali pegado. Marafonar.

Donde, desde que fizeram a cerca azul, dona Rita costureira está sabendo. Terá de se mudar. Provavelmente baterá perna atrás de uma moradia na Zona Norte, onde o aluguel é mais barato. Ou ela pensa que é, pois, a agonia ainda não começou. Gostaria, se fosse alguém para gostar e querer, de um bairro onde sobrasse segurança para Ana Paula, a filha de dois anos e seis meses. Só não queria São João de Meriti. Quando morou lá, nem passava dez dias sem sair de casa e dava com um cadáver nas ruas. O Mangue pode ser o que for, mas ela ali tem suas costuras e vai pelejando.

A outra, dona Marília, passou a morar na casa 178, não agüentava o 176. Lá era casa de bichas e ela não topou morar sozinha com as três crianças. Porque era chato.

A casa das bichas só abre suas janelas amarelas descoradas depois de uma da tarde, quando o sol já subiu o que tinha de subir e já desceu um pouco do que tem de descer. Aí, começa o cinema. É um espetáculo quase ingênuo de namoricos e desmunhecamentos com os trabalhadores do Metrô, com os da Brahma e com quem passar masculino pela poeira da rua. Para aqueles viventes, a demolição ou não da casa onde moram não chega a tantas seriedades. Mudam ciganamente, escorraçados daqui e dali, feito pingentes crônicos. Rir ou chorar é o mesmo, a cidade só lhes dá pontapés. Descansam a mão nas cadeiras magras.

— Chi, esse Metrô! Não tinha outro lugar para passar.

O desmunhecamento prossegue. O dono do botequim sem nome do número 162, acende o cigarro e se planta na porta da casa. Espanta as moscas que infestam até o teto da espelunca, coça a barriga e resmunga: "Isto aqui só pode estar bom para quem não tem nada a perder". E dá de olhos nos tipos ressacados ou ressonando arriados à beira do boteco. Ainda não chegou aos trinta, tem uns onze de Brasil e três ali no muquinfo. Leva uma ponta de ambição que não disfarça. No momento, o negócio está morto, mortinho. E falando claro, ele não tem outro em vista.

Mas na sinuquinha, lá dentro, o jogo rola e rende nas três mesinhas, além das bebidas e dos tira-gostos. Fácil, fácil. Nada mais que uma caixa registradora, um chão esburacado, nenhum gasto de luz durante o dia. A casa tem cinco portas de ferro e entra sol por todos os lados. O calor queima. Haja cerveja gelada.

Diz que a cerca azul e as máquinas comendo dia inteiro espanaram a freguesia. O bar perdeu para mais de cinqüenta por cento. Abria as portas às seis da matina, hoje abre às sete. E olhe lá. Mesmo assim, só tem a atender o pessoal do Metrô. A féria caiu, o trânsito de carros secou; o de pessoas, isto que se está vendo.

Inda dizem que Deus não dá asa à cobra. Mas deu à águia.

Tem que, apesar da cerca azul, as pessoas vão passando, os sapatos se enchem de pó no quarteirão da rua Júlio do Carmo e o português tem a geladeira grande de madeira, espelhos laterais, entopetada de cerveja. Aproveita tudo. Vende até cigarro a varejo, por unidade, boa margem de lucro. Cigarro picado, como diz o povo do Mangue. E quando os homens do Metrô lhe derrubarem o muquinfo, ele não gramará procurando um canto onde encostar em São João do Meriti, Morro Agudo, Austin ou Queimados. Lá na área da baixada, no Rio conflagrado. Lá, onde filho chora e mãe não vê e onde o Judas perdeu as botas.

João Antônio

Kury & Padilha anuncia a próxima atração: outra Nova Tramandaí.



Nova Tramandaí Zona Norte. Encostadinha a Nova Tramandaí. A mesma infra-estrutura, o mesmo cuidado, a mesma verdade de Nova Tramandaí. E sendo tão igualzinha assim, pode ficar certo: o mesmo sucesso também. Chame a Kury & Padilha pra bater um papo. Você vai ver que repetir o que está certo, muitas vezes, é sinal de inteligência.

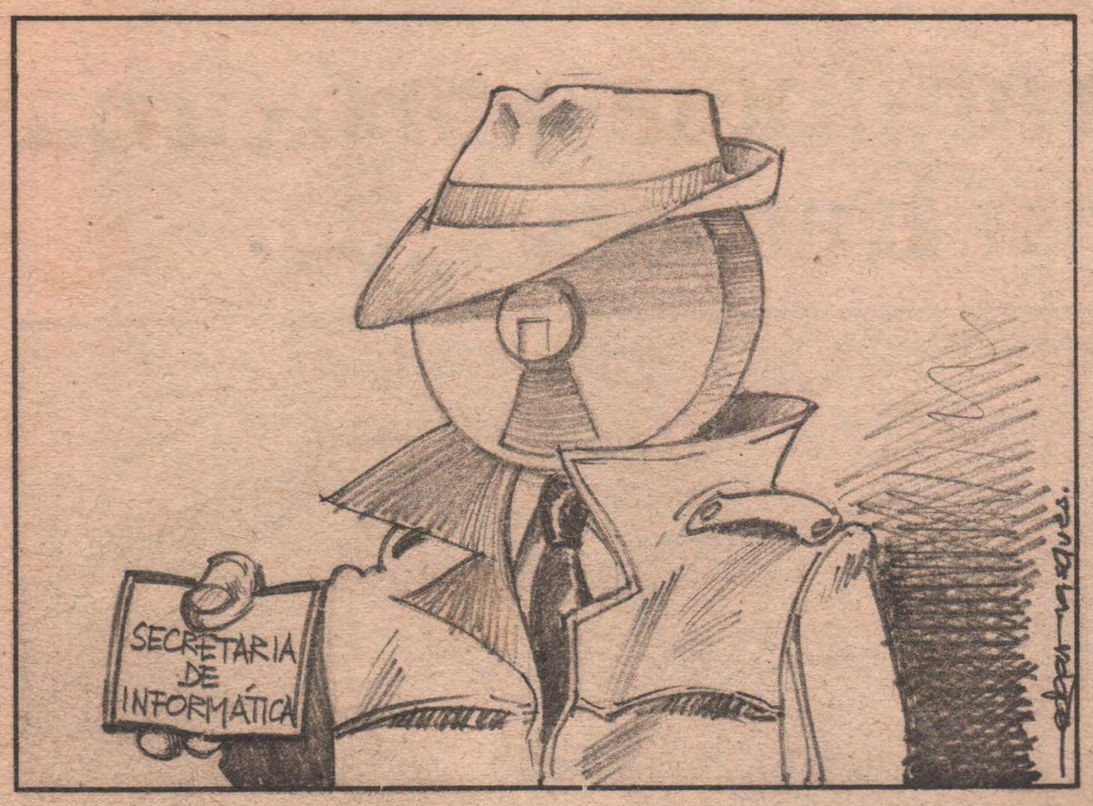
Outra Nova Tramandaí?

Nova Tramandaí Zona Norte. A irmã gêmea de Nova Tramandaí.

KURY & PADILHA PROMOÇÕES E VENDAS LTDA.

Rua Mostardeiro, 266 - Fone: 22.4477 - P. Alegre
Rua Fernandes Bastos, 728 - Fone: 140 - Tramandaí

AMPLA



Secretaria de informática, fonte de preocupações

250 especialistas debatem o assunto, mas não conseguem divulgar suas críticas

Talvez a prova definitiva da dependência do país no campo da informática esteja no fato dos especialistas do setor encontrarem barreiras quase intransponíveis para levar suas *informações* à opinião pública brasileira. Totalmente ignorados pelos meios de comunicação de massa, à exceção de algumas publicações extremamente especializadas e de circulação restrita, cerca de 250 membros do que se convencionou chamar de "comunidade técnico-científica de informática" estiveram reunidos durante uma semana, neste final de outubro, no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Chegaram de 20 estados, a grande maioria representando universidades e centros de pesquisas, (mas também os organismos oficiais como a Capre-Comissão de Atividades de Processamento Eletrônico, Finep — Financiadora Nacional de Estudos e Pesquisas, Ministério da Marinha ou a Digibrás — Empresa Digital Brasileira S/A. Durante cinco dias debateram temas de amplo interesse da sociedade. Apesar disso, a denúncia de que o poder executivo exerce, — a criação da Secretaria Especial de Informática (SEI) foi apresentada como prova cabal, — "atos de caráter autoritário que trarão profundas conseqüências não apenas para a própria comunidade acadêmica e profissional da área de informática, como também para o restante da sociedade", não mereceu a menor repercussão.

SEGURANÇA NACIONAL

Estabelecida pelo decreto de número 84.067, de oito de outubro último, como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional, a SEI surgiu como mais uma fonte de preocupação de uma comunidade que acompanha o avanço das multinacionais no setor com apreensão justificada. Na conclusão do encontro de Porto Alegre, intitulado de Seminário sobre Computação na Universidade (Secomu), os especialistas alertam que "mesmo se o setor de informática devesse ser considerado de interesse à segurança nacional, a possibilidade de existência dessa segurança só ocorreria quando e se a nação desse seu apoio efetivo para tal".

Segundo o documento, "dessa forma, a concentração do poder de análise, formulação, decisões e execução em pouquíssimas pessoas, indicadas num processo totalmente fechado e restrito. Como ocorreu no processo de criação da (SEI) gera não segurança mas total insegurança, desconforto e perplexidade da nação".

No documento é ressaltada a estranha composição da Comissão de Informática, órgão consultivo e de assessoria a SEI, em que a participação da comunidade de pesquisadores, professores e outros profissionais ativos na área é quase nula. O presidente do seminário, Ari Meirelles Duarte, da Capre, conta que dos onze membros não opcionais que comporão a comissão, somente dois, caso o Ministério de Educação e Cultura escolha um especialista e o Ministério do Planejamento indique um técnico do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), "poderiam ser, eventualmente, membros reconhecidos da nossa comunidade".

Uma vez que o secretário de informática, que presidirá essa comissão, foi nomeado pelo Conselho de Segurança Nacional, que também designa os outros membros, inclusive os representantes opcionais do setor privado, pareceu também supérflua a inclusão específica de um representante do CSN e outro do SNI. Essa centralização chocou os técnicos que tiveram um importante papel no estabelecimento de uma indústria nacional de informática e se julgam detentores do direito de defendê-la. "Direito que, ao ser ignorado pelo executivo, compromete seriamente a credibilidade de suas intenções de promover o encontro da convivência democrática neste país", concluíram ao término do Secomu.

CONTROLE DE MERCADO

Se existe uma incipiente indústria no setor, com base na reserva de mercado dos minicomputadores sempre ameaçada pelas multinacionais, os técnicos consideram que ela necessita de proteção. Ricardo Adolfo de Campos Saur, da Capre, afirma que existem atualmente, colocados no mercado, 206 minicomputadores fabricados por empresas nacionais contra 518 de estrangeiras. Em fins de 78, eram apenas 61 de firmas brasileiras contra 501 de multinacionais, ou seja, as vendas das nacionais cresceram em 237,7% e das estrangeiras em apenas 3,4%: "Eu aposto como no final do próximo ano, as nacionais superarão as não-nacionais", desafiou ele.

A Capre, que controla o mercado, foi extinta com a criação da SEI e seus técnicos aguardam agora uma definição sobre seus destinos. Para o presidente da Associação de Profissionais de Processamento de Dados do Rio de Janeiro, Ezequiel Pinto Dias, existe "uma preocupação enorme com o futuro dos colegas profissionais da Capre". São mais de setenta especialistas que durante os últimos anos lutaram pela defesa da indústria nacional. Alguns dos programas de controle do mercado exigiram mais de sete meses de trabalho de implantação, como é o caso do exame dos pedidos de importações. Todo esse esforço está ameaçado com a extinção da Capre..

Em outros setores, o domínio das multinacionais é praticamente total. Dos 4.570 aparelhos classificados como minicomputadores de classe "A", ou seja, máquinas de contabilidade elétricas, colocados no mercado até julho deste ano, a Olivetti foi responsável pela fabricação de 2.545, a Burroughs por 1.412, a NCR por 269, a Philips por 267 e a RUF por 77. Nas outras classes de computadores em que não existe participação de empresas nacionais, a presença estrangeira é enorme. As vendas de pequenos computadores, adversários potenciais dos minicomputadores nacionais, devem ser particularmente considerada.

Em termos de pequenos computadores, são 1.494 aparelhos colocados no mercado brasileiro (eram 1.378 em fins de 78 e apenas 781 no início da escalada multinacional, em 1974). Os médios chegam a 377 unidades, os grandes a 166 unidades e os muito grandes a 93. O mercado de componentes semicondutores, peças utilizadas em computadores e numa série de outros aparelhos eletrônicos, também é dominado pelos estrangeiros. Das quatorze empresas desse setor instaladas no país, apenas uma pode ser considerada nacional, a Transit, detendo apenas 1,6% de um mercado que foi de 127 milhões de dólares em 1978 e cresce na ordem de 20% ao ano.

TRIBO DE ÍNDIOS

O professor José Rubens Dória Porto, da Universidade de São Paulo (USP), alerta que "caso os circuito integrados continuem a ser importados e sabendo que cada vez mais funções são embutidas nesses circuitos, estaremos de fato aumentando nossa dependência ao exterior, não apenas em termos de componentes mas também de engenharia". O Brasil importa 59% de suas necessidades nesse setor e 39,4% é suprido por empresas estrangeiras aqui instaladas. Elas não executam a etapa de projeto e desenvolvimento do processo e, com exceção da Transit, Philco e Semikron, todas as demais apenas fazem a montagem, encapsulamento e teste final, etapa de menor conteúdo tecnológico do ciclo, para os que importam pastilhas.

Ivan da Costa Marques, da Digibrás, traça um paralelo entre a situação brasileira no caso da dependência eletrônica e o de uma tribo de índios que recebe, no contato com uma civilização mais desenvolvida, alguns fuzis, aumentando sua produtividade já que consegue caçar mais e com maior facilidade: "Não podemos esquecer que, no entanto, ao adotar o fuzil como instrumento, a tribo estabelece uma relação de dependência a nível de sua subsistência com os fornecedores de fuzis e balas, uma vez que a tribo permanece tecnologicamente incapaz de projetar e construir seus próprios fuzis", diz ele.

A coisa fica mais grave com o transcorrer do tempo, quando se estabelecem relações comerciais entre as duas partes e os fuzis passam a ser trocados por peles, cerâmicas ou matérias-primas da nação indígena. Marques coloca, então, que "seria extremamente ingênuo imaginar que as relações de troca ao nível econômico vistas como de interdependência não sejam influenciadas pela relação de real dependência estabelecida concretamente ao nível de poder entre as duas sociedades, uma vez que o leque de opções da tecnologicamente mais desenvolvida se abre de forma muito mais ampla do que o da tribo. Passada uma geração, esta última terá perdido até mesmo a sua capacidade inicial de prover a sua própria subsistência usando métodos mais primitivos, não estando mais preparada para voltar ao arco e flecha".

Ele coloca então as perguntas. Poderemos atingir a autonomia tecnológica nacional baseados em empresas estrangeiras? E a resposta: "A experiência demonstra sem dúvida que não/se as empresas estrangeiras não fizerem a concepção e o projeto dos produtos que fabricam no Brasil com equipes técnicas brasileiras". Precisamente, a questão que se coloca na área de computação e em todo o setor eletrônico. Ele recorda, ainda, que o tratamento massificado da informação possibilitado pelo controle da tecnologia eletrônica "representa uma evolução tecnológica que poderá mudar profundamente as relações humanas e o próprio homem". O que coloca os aspectos autoritários de um sistema centralizado de controle da informática como um aspecto vital no futuro das liberdades democráticas no país.

Na análise de criação da SEI, os participantes do Secomu, concluíram que não há no decreto 84.067 "qualquer referência ao direito de privacidade e não há qualquer proposta de garantia contra as agressões levadas a efeito, pela crescente digitalização da informação, contra a sociedade brasileira". Foi colocado que a crescente digitalização, da informação aumenta a vulnerabilidade do indivíduo, o que acarreta, principalmente, modificações de hábitos, descaracterização das culturas regionais e nacional, invasão da individualidade, consumo inconsciente com a criação de necessidades artificiais, desemprego e insegurança social.

Arthur Pereira Nunes, da Capre, adianta que "o problema da privacidade não é exclusivo dos países desenvolvidos: Ciclos de autoritarismo mais freqüentes, crises econômicas e instabilidade social demonstram que nos países não-desenvolvidos são comuns as práticas de quebra de privacidade. No setor de tecnologia de porte, há uma tendência crescente de participação do estado nesta área", disse ele. É por essa razão que a comunidade técnico-científica espera que o Plano Nacional de Informática, ainda indefinido, venha a ser amplamente debatido e aprovado pelo Congresso Nacional.

"Uma crise no ensino superior"

"Se sempre faltou uma orientação específica por parte do Ministério de Educação e Cultura na área de informática não há porque impor diretrizes a uma área na qual somos iniciantes, com incompetência". Guilherme de La Penha, Secretário Especial para o Ensino Superior do MEC chegou a Porto Alegre disposto a uma vigorosa autocrítica e uma disposição de abertura muito raras: "A área de informática é muito dinâmica e não se compatibiliza com os mecanismos burocráticos da universidade de hoje", disse ele.

"Nós, no MEC, não conseguimos até hoje estatísticas decentes sobre o ensino superior no país", — acrescentou — "e não sabemos quantos estudantes se formam anualmente em cada modalidade. Os critérios de expansão dos cursos se baseiam na taxa de candidatos/vagas como se isso fosse fator determinante de mercado de trabalho". Guilherme considerou que "temos uma crise no ensino superior com apenas 30% dos estudantes atendidos pela rede federal".

Lembrou que pela primeira vez, em 30 anos, a comunidade técnico-científica de informática está sendo convidada a opinar e a oferecer alternativas para controle e melhoria do nível de ensino. Na sua opinião, "o país chegou ao pique de seu corpo docente pois não há mais quadros adequados para que se expanda o ensino superior". Na realidade, como explanaria depois, talvez o problema básico esteja na limitação de recursos para aplicação no ensino.

Guilherme reconhece que foram formados grupos de pesquisas muito bons nas universidades e sua manutenção é uma fonte de constante preocupação "pois os custos crescem em bola de neve". É o caso do setor de informática, onde o ministério acaba de perder, com a criação da Secretaria Especial de Informática, toda a autonomia no direcionamento das pesquisas: "Estamos interessados em manter os centros de computação mas caberá ao novo organismo definir os projetos de pesquisas".

Suspensa circulação de O Rio Grande

A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre decidiu suspender temporariamente a circulação do semanário **O Rio Grande,** que editava desde maio deste ano. Em nota publicada na última edição do jornal (que circulou terça-feira, dia 6 de novembro) a Coojornal explica a medida:

A partir desta edição vamos suspender temporariamente a circulação de **O Rio Grande,** *para revisão do seu projeto. Esta decisão foi tomada em Assembléia Geral dos associados da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, realizada terça-feira passada, dia 30 de outubro, e tem como razão principal a falta de recursos para sustentar o jornal até que ele atinja o seu equilíbrio financeiro.*

Hoje ele tem custos elevados e receitas muito pequenas e não vemos a curto prazo perspectivas de inverter a situação. Evidentemente, quando o lançamos há seis meses, previamos que seria necessário investir nele durante um longo tempo até que se firmasse junto aos leitores e a anunciantes. Mas as pressões que se desencadeiam sobre qualquer tentativa de implantação de um órgão independente hoje no Brasil são insuspeitáveis. E o resultado é que o jornal tem um desempenho financeiro muito aquém do que esperávamos.

Sua venda avulsa — entre 4 e 5 mil exemplares por semana — pode ser considerada boa, se levarmos em conta que é um veículo novo, com um preço de capa de 15 cruzeiros e que não conta com qualquer apoio promocional e tem contra si, toda a má vontade da imprensa local (que sequer noticiou o seu lançamento). Mas a venda de espaço publicitário — fonte principal de sustentação de todos os jornais e revistas do país — revelou-se inviável para um veículo do estilo de **O Rio Grande.** *Ele precisaria ter pelo menos duas páginas de anúncios por semana e sua média até hoje não vai além de meia página por edição.*

Esperávamos ter que suportar, com este novo jornal, um prejuízo de 300 mil cruzeiros por mês no primeiro ano e estamos com 550 mil mensais de prejuízo. A Coojornal é uma empresa pequena que só pode contar com seus próprios recursos, por ser uma cooperativa e por pertencer a 300 jornalistas e a nenhum empresário.

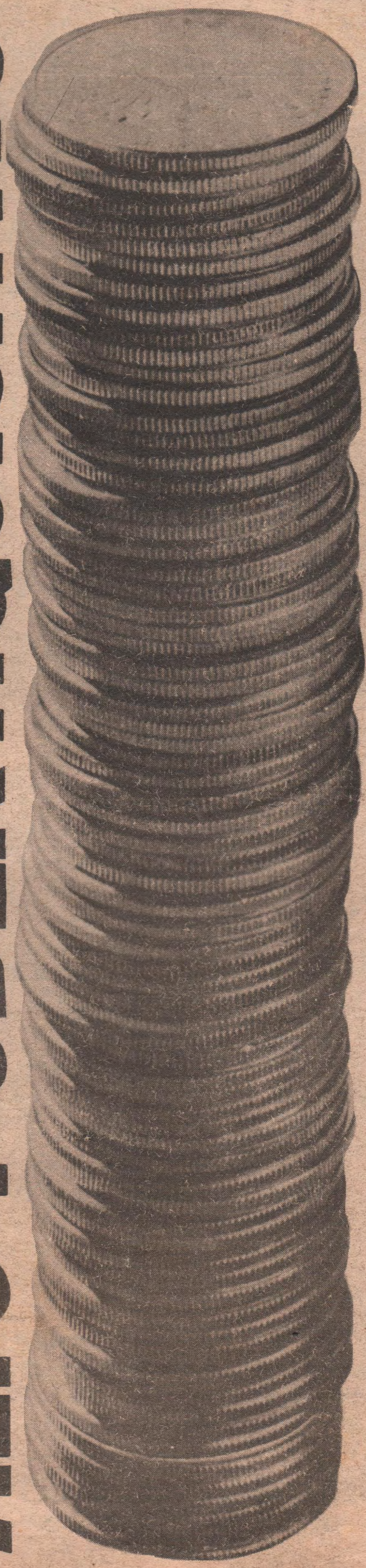
Decidimos, então, suspender por tempo indeterminado a circulação do jornal e concentrar os nossos esforços em outros dois projetos já melhor encaminhados: o nosso mensário **Coojornal,** *que desfruta de boa posição e prestígio em todo o país, e a revista* **Ano Econômico,** *que circula este mês e que demonstra, pelo desempenho do seu primeiro número, um potencial excelente.*

A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, criada há cinco anos é uma reação ao processo de monopolização da informação através de grandes grupos empresariais (no caso gaúcho, dois grupos praticamente) e a idéia de oferecer ao público gaúcho um semanário de informações continua em vigor. **O Rio Grande,** *após o reexame de todos os aspectos do seu projeto e superadas as dificuldades desse primeiro momento, estará de volta às bancas.*

Esperamos contar com a compreensão dos nossos leitores e principalmente dos assinantes de **O Rio Grande,** *aos quais estamos enviando uma correspondência especial.*



ATIVO



ADQUIRIU PODER DE ALTO IMPACTO

Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

RADIO UNIVERSAL FM STEREO

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 33-16-02 e 33-26-02 e multiplique suas vendas na classe "A".





Eu, hein Rosa!

Elis fala do sucesso de O Bêbado e a Equilibrista *("Não agüento mais me ouvir"), da sua briga com a TV e, de um episódio que ainda hoje a deixa nervosa: "Gravei uma propaganda para o governo porque fui ameaçada".*

— Você não sente que tem pessoas querendo respirar e o ar continua viciado? Não sei o que é. Estou querendo que alguém explique. Porque está muito difícil viver hoje em dia.

Qual é o teu público hoje?

— É muita gente que está na faixa entre os 18 e os 24 anos. E eles dizem que está faltando alguma coisa. Eles chegam pra mim e dizem: "O teu *show* está ótimo, mas tem algo faltando". Não especificamente no meu *show*. Em todos a que eles assistem. No Caetano, no Milton, no Gil. Está faltando é o novo. Mas o novo não surge depois de 15 anos tomando banho de imersão. Da pasmaceira não vai sair uma coisa nova. Eu acho que vai demorar um tempo ainda. Agora a gente está exaurida, cansada. Não é falta do que falar, não. Mas, pô! a música do Brasil segurou na unha todos os peões possíveis e imagináveis. Numa época, inclusive, onde nem os políticos estavam falando, a música do Brasil estava falando. O pessoal está cansado, está precisando se rechear de novo. Está todo mundo parado buscando formas. O João Bosco está em Ponte Nova, o Milton Nascimento está em Três Pontas, o pessoal está todo em seus locais de origem, recolhido, reabastecendo as baterias.

E a tua vinda a Porto Alegre?

— Eu estou programando vir para cá uns tempos. Não a trabalho, claro. Estou precisando passar um tempo viajando pelo interior. Eu estou precisando da minha raiz, recarregar as baterias. Ver boi, cavalo, pasto, coxilha... Porque eu estou perdida. Não como artista, mas como indivíduo. E isso fatalmente se reflete no que eu estou fazendo como profissional. Até agora eu tinha uma carta de regulamentação de atitudes que, quer eu quisesse ou não, ela estava ali. De repente, os caras dizem que não tem mais essa carta. Mas no fundo eu sei que tem. Só que eu não sei exatamente mais o que é que vai provocar as iras deles.

Não sabe nem para evitar nem para provocar...

— É. Sabe? A gente é muito mais doente do que a gente imagina. Debaixo de uma porrada de estatutos você sabe o que fazer. Tirou os estatutos, você não sabe. Eu sei que existe uma linha de permitido. Agora, como é que é isso neste momento é que eu não sei.

O artista é uma pessoa que tem sensibilidade para captar as coisas que estão no ar. Será que a nossa vida está tão empobrecida que mesmo as pessoas sensíveis não conseguem captar?

Foram introduzidos dados muito novos na nossa atividade profissional, que fizeram com que ela perdesse um pouco daquele romantismo que tinha antigamente. Com esse desenfrear das multinacionais — em todas as áreas e inclusive no disco — o sistema de funcionamento deles no mundo todo também se estabeleceu aqui. A própria produção de um disco por exemplo. Antigamente a gente se reunia com o produtor escolhia as músicas, o repertório e pronto. Hoje é a gente, o produtor e mais o homem de vendas — que te dá o mapeamento total da tua situação no mercado —, o cara de *marketing*, o cara de *merchandising*... Até para gravar um disco esse *economês* entrou na vida. Então está menos engraçado...

Até que ponto eles influenciam?

— Tudo. Eles influenciam até na execução no rádio. Hoje em dia, o que toca no rádio não é obrigatoriamente o que o povo mais ama. É o que o departamento de *merchandising* e *marketing* de uma gravadora resolveu que vai vender naquele ano. Eu casualmente acompanhei esse processo todo. Isso não é nem problema de idade: é problema de tempo que você está no pedaço. No dia em que eu ouvi dizer que *Upa Neguinho* estava estourando em execução no Brasil teve um peso. Eu sabia que aquilo era resultado de um trabalho meu. No dia que dizem que *O Bêbado e a Equilibrista* é a música mais executada no Brasil tem outro peso.

É resultado também do marketing...

— Exatamente. Então, eu deixei de ser só cantora e passei a ser também uma mercadoria. E eu não posso, sob hipótese alguma, deixar de conviver com esses dados novos. Sob pena desses dados me atropelarem e eu perder aquele meu lugar para dizer as poucas coisas que eu ainda acho importante e que precisam ser ditas. Em 1979 eu não posso mais fazer um disco como foi aquele em que incluí *Caça à Raposa, O Caçador de Esmeraldas, Oriente*... Era um disco iminentemente musical, de repertório, de arranjo e de interpretação. Não tem mais lugar para isso. Acabou.

Se tentares, a tua gravadora não aprova?

— Não é problema dela não aprovar. Ela aprova. Mas não vai vender e, no ano que vem, a minha verba vai estar reduzida, a verba de divulgação também, a verba de promoção de *show* idem e eu vou estar perdendo espaço. E eu não posso perder espaço se eu quiser continuar a atuar nessa área. Porque é tudo proporcional. O faturamento da gravadora é xis, vai um tanto para a divulgação, um tanto para promoção... As cotas dos artistas são equivalentes ao que eles vendem. O cara que vende mais tem mais. Porque virou empresa como outra qualquer. Não é mais fazer música, é fazer negócio. E é chato pra caramba, pode crer.

E como vai se resolver isso?

— Bom, acontecem coisas que escapam do controle do *marketing*. De certa forma, isso mostra que tem uma força aí, solta no ar, que não está a fim de ser manipulada em todos os níveis. Fizeram agora um trabalho doido em cima de *O Bêbado e a Equilibrista*. Era de manhã, de tarde e de noite. Eu já não agüentava mais me ouvir cantar essa música. Aí eu vou para o interior de São Paulo, fazer uma série de 23 cidades, e a música mais aplaudida era *As Aparências Enganam*. Que é o outro lado do compacto. Aí (faz o gesto de pegar o telefone) "Atenção: *As Aparências Enganam* é a música mais aplaudida do *show*. Não sei por quê. Se virem vocês". E foi uma música que eu briguei até a última hora para gravar. Era todo o mundo da gravadora torcendo o nariz, dizendo que era muito lenta.

Esse esquema todo chega a influir na escolha de repertório?

— No meu caso, muito pouco. Mas tem pessoas que sentam na mesa de reunião e o repertório já está escolhido. E elas entram no estúdio e gravam. É aquela história do Marlon Brando: "Eu fiz cinema no tempo que cinema era cinema. Hoje em dia não é mais cinema, não é mais arte. Mas eu fiz um nome que me dá direito de cobrar 200 mil dólares para fazer 10 minutos do *Super-Homem*". Então o que é cantar? É ir para a televisão? Vamos. Globo de Ouro? Vamos. Fantástico? Vamos. Por quê? Porque amplia a minha fatia no mercado. Não dá para fazer diferente, porque eles atropelam a gente e fica esse festival de mediocridade solto por aí. Cuja responsabilidade é toda nossa. Elitizando, fazendo cara de nojo, a gente não foi fazer essas coisas na hora devida e está essa confusão...

> "Hoje um disco depende do **Marketing**, do **merchadising**... O economês invadiu a nossa vida"

O que seria fazer as coisas na hora devida?

— Não ter saído da televisão, por exemplo. Em vez de radicalizar, ser malandro. Aprimorar o jogo de cintura e não deixar espaço em branco. Porque o país é grande, dificuldade de se locomover existe, grana para investir em cima disso nenhum de nós tem. Se não formos para a televisão, quem vai saber quem somos nós? Fiquei sete anos sem fazer televisão. Tem *nego* de 18 anos que não sabe quem eu sou, não conhece a minha cara.

Ficaste sete anos sem fazer tevê? E a Bandeirantes?

— (Cara de ironia) Fazendo a Bandeirantes que era *alternativa!* Até o dia em que eu e o Henfil fomos cortados. Quer dizer: baita alternativa essa. O cara quer ser mais realista que o rei... (Com raiva) Não tem alternativa, bicho. Não tem! Tem que conviver com o que está aí. Ou então fazer uma estação. É o caso de vocês: tá enchendo o saco trabalhar no jornal dos outros? Faz um jornal. Dá para a gente fazer uma estação de tevê?

E aquele movimento de vocês de fazer um projeto alternativo de gravadora?

— Gorou, bicho. Pura e simplesmente por uma coisa que a gente, que é romântico, não se dá conta: uma das multinacionais importa vinilite, que é a matéria-prima. A outra multinacional distribui, a outra tem a prensa que faz o disco. *Niqui* os artistas que vendem se juntarem todos numa gravadora alternativa, as três multinacionais bloqueiam. Na hora da gente prensar o nosso disco eles vão dizer que a prensa está ocupada. A distribuição vai ser malfeita, a divulgação de rádio vai ser sabotada, a vinilite não vai chegar nunca.

A gente foi alertado para isso por um cara amigo nosso que é de uma gravadora. Não é mentira! Ia acontecer literalmente isso. E a gente ia morrer, ia tudo pro brejo. (suspiro fundo) Aí dá uma sensação de impotência tão filha da puta... Esse negócio de gravadora foi um soco no estômago de todo mundo! É realmente um negócio de grana, não dianta dizer que é idealismo. Então tá! Como é que tem que jogar? Aí se joga... (Canta rola baixinho) Joga o jogo...

Como ficou a batalha pelo direito autoral? Pelo menos este parece ser um caminho mais viável...

— É. Desde que se consiga expulsar de dentro do CNDA ou de dentro do Ecad os representantes das antigas arrecadadoras, que hoje cumprem o papel de simples distribuidoras de dinheiro. Quem arrecada agora é o Ecad, quem faz o processamento dos dados é a Serpro. Então realmente não há manipulação de direitos autorais por parte das antigas arrecadadoras. E eles estão fazendo o possível e o impossível para destruir esse sistema. E a gente ainda não conseguiu conscientizar a classe inteira de que, se não dermos uma força para o Ecad, qualquer hora ele pode deixar de existir.

E a Sombrás, Elis?

— Acabou.

Como é que acabou?

— Pergunta para o resto do pessoal. Eu não sei. Demorou tanto para fazer e, de repente, acaba uma coisa tão importante... A criação do Ecad, do Conselho Nacional de Direito Autoral, tudo é batalha da Sombrás. Como que isso esmoreceu eu não consigo entender. De uma certa forma, eu acho que numa atividade profissional onde a concorrência é a pedra fundamental, é muito difícil haver união. Eu não consegui ver uma assembléia que tivesse mais do que 15 pessoas. E olha que a gente é um bando enorme... Na hora não pinta ninguém. Sempre aquele mesmo grupo: eu, o João Bosco, o Milton... Nós, de tanto chiar e espernear e dar pau, acabamos sendo vistos como uns chatos. Não enxergaram o fio da meada. Eu não sei qual é a saída para a gente como categoria profissional.

Também não é o problema apenas de uma categoria profissional, né? É um

(Continua)

Eu, hein Rosa!









"A idéia da nossa gravadora foi água abaixo. A gente descobriu que não ia agüentar"

problema da realidade nacional como um todo. Isso acontece em todas as áreas.

— Eu estava conversando isso ontem. Dá um desânimo... Mas a hora que a gente fica assim mais animadinha com o futuro é quando se pensa que, no Brasil, 75 milhões de pessoas têm menos de 18 anos. Dentro de cinco anos, metade tendo filhos, a gente vai ter uns cento e poucos milhões de gente muito jovem. Se não forem contaminadas pelo ranço da vida, essas pessoas vão querer que alguma coisa se modifique. Porque é muito difícil que as pessoas jovens se enquadrem.

Vê o caso desse povinho que, entre 68 e 72, deu uma modificada boa nos padrões de comportamento, contracultura e tal. Mesmo que eles estejam hoje trabalhando como executivos, eles já têm a cabeça um pouco diferente. Ninguém passa por um processo de transformação sem se transformar. Essa força jovem que está incomodada com essa pasmaceira toda é que vai transformar pacificamente as coisas. E tem coisas muito sintomáticas acontecendo. O decreto 477 existe mas teve o Congresso da UNE. Não pode fazer greve mas os metalúrgicos estão fazendo. A greve é ilegal mas ninguém volta para a fábrica a menos que se chegue a um acordo, ainda que relativo.

Outra coisa muito bonita que está acontecendo é que dentro de cada área de atividade, as pessoas encontraram os seus líderes. Elas forjaram os seus líderes. Não é só o Lula. Tem uma porrada de caras como o Lula em São Paulo, em Minas, no Rio Grande do Sul... Eu acho que, contra isso aí, *nego* que quiser brigar vai se lascar. Porque não são mais 60 milhões de pessoas. Já estamos perto dos 140 milhões de habitantes. Em 10 anos aumentou muito a população e muita coisa se modificou. Eu só acredito na transformação pela força numérica.

A Índia tem mais gente do que isso...

— Pois é, ao mesmo tempo que eu vejo isso com uma puta esperança, vejo também com uma pontinha de medo. Porque ou acontece alguma coisa ou a gente vira Índia. O que é uma merda. Mas eu não sei se a gente é tão passivo como o povo indiano... Eu não quero perder a esperança! Não quero e não vou perder a esperança! Lembro as greves. A única coisa nova que pintou, né? Uma coisa tão normal nos outros lugares, é uma novidade aqui.

"Contei a história para um amigo e ele disse: Vai, senão eles vem te buscar"

Partindo para a nostalgia, a gente queria lembrar um pouco aquela guria que cantava seu primeiro sucesso em Porto Alegre, a música Dá Sorte. **Como era naquela época?**

— Eu estudava e brincava de cantar. Não tinha consciência do que eu estava a fim de cantar. Mas *Dá Sorte* foi uma coisa de âmbito local, um compacto simples. Naquela época eu tinha muitos problemas para resolver comigo. Os problemas que a geral criava pelo fato de eu ser cantora. Teve lance de eu ser reprovada no Instituto de Educação porque eu cantava.

Uma professora de francês, Ida Goudinho, disse na minha cara, na frente das 40 colegas em aula: "Não gosto de ti. Acho que não tens moral para envergar o uniforme do colégio. Passas as noites aí cantando sabe lá Deus onde e depois vens conviver com meninas de família". Nunca tinha imaginado na vida passar por um vexame desses ! Fiquei transtornada! Levei a minha mãe lá para a professora repetir o que tinha dito. Lógico que ela repetiu, né? Mas aí, na mesma hora, dei-lhe uma bofetada no meio do nariz... E gritei: velha solteirona, frustrada, feia! Ela era um bicho, coitada... Uma mulher seca, nunca dava um sorriso...

Foi um escândalo! Ela tinha obrigado eu e minha mãe a conversar com ela no saguão da escola, de pé, na frente da escadaria principal. Foi aquela coisa para humilhar mesmo, deixar a gente abaixo de bunda de sapo. Aí aconteceu aquela baita confusão e eu pedi revisão de prova. Ela tinha realmente baixado a minha média para eu ser reprovada. Para evitar um caos maior — o colégio inteiro já se mobilizava, todo mundo nos corredores não querendo assistir aula para me dar uma força — a diretora transferiu de turma a professora de francês.

Eu fiquei muito marcada com esse troço. Me fechei mais dentro de mim. Eu já não conseguia mais conviver com o pessoal naturalmente. Senti a discriminação muito forte. Era no tempo que artista era considerada puta, né? Aí nunca mais transei negócio de namorado. Eu tinha 14 anos, tremenda barra...

Hoje, artista é considerado subversivo...

— É. A gente é preso porque tem cachorro e porque não tem cachorro. Nessa época de Porto Alegre eu estava muito preocupada com esses problemas, minha mãe torcia o nariz... eu precisava mostrar para a minha família que era uma coisa normal ser cantora. Uma profissão que eu estava encarando para trabalhar mesmo. Não tinha muitas outras opções. As pessoas falam às vezes que eu tenho mágoa da terra. Não tenho. Tem certas pessoas que realmente me machucaram fundo, mas isso não tem nada que ver com a terra. E o fato de eu ter ido embora não quer dizer que eu fui por incompatibilidade. Foi simplesmente porque fechou o departamento musical da Rádio Gaúcha, meu emprego. Ia fazer o quê? Ser *crooner* de conjunto de baile o resto da vida? Não era o meu lance. Eu queria cantar, (imitando sotaque caipira) ser artista. Fui ser artista onde dava para ser.

Aí foste para o Rio de Janeiro...

— Cheguei no dia 31 de março de 1964. (risada) É! A bossa nova já estava em declínio e começava a pintar a rapaziada vinda dos outros estados, com a cabeça feita pela bossa nova e com a formação regional de cada um. E foi aí que pintou *O Fino da Bossa*. Com esse bando de gente.

De quem foi a idéia do programa?

— Foi da Record mesmo. Toda segunda-feira, um diretório acadêmico fazia um *show* de música no Teatro Paramount. Isso foi crescendo até que um dia o dono da estação pensou que, em lugar dos centros acadêmicos, quem podia faturar uma grana com o *show* era ele. A idéia inicial foi essa. E foi ótimo, porque você não pode contar a história da televisão no Brasil sem falar no *Fino da Bossa*. E eu cantava lá, pô!

E hoje, quando você vai na Globo?

— É outra coisa. Na Globo você tem a sensação exata de que é um número. Se você não estiver, estará outro número. O problema é completar a numeração para fazer um programa, você não tem individualidade. A coisa mais importante na TV Globo é a própria TV Globo.

Como foi gravar o programa Mulher 80? Conviver com aquelas cantoras todas?

— Cada uma de nós fez gravações individuais. Depois teve a hipotenusa, como dizia o Ciro Monteiro. Ele não dizia apoteose... Teve a hipotenusa final (cantando em tom de gozação): "Nós somos as cantoras do rádio..." E eu fiz dupla com a Simone. A dupla mais ridícula do programa. Eu bato na cintura da Simone. Uma mulher enorme e uma anã do lado dela (gargalhada). As duas de branco... Simone é uma pessoa tão simpática, legal mesmo.

O Chico Buarque diz que não canta na Globo porque é tudo superprogramado...

— Olha, eu consegui transar legal. Porque eu peço para gravar meus números em São Paulo e quem me dirige é o Nilton Travesso. O mesmo que dirigia *O Fino da Bossa*. Quer dizer: mais em casa impossível. Lennie Dale, há 15 anos atrás, me falou que o Nilton era o único homem que sabia fazer televisão no Brasil. Não sei se é o único, mas é um em dois dos caras que melhor fazem. Ele está agora com a direção da Globo de São Paulo.

E aquela história de fazer propaganda do Governo, Elis?

— Fui gentilmente convidada. Os homens disseram: "você vai ou a gente leva?" Como eu estava vindo de quatro horas de depoimento às autoridades militares, maior sufoco, fazer o quê? Era 1969, bicho! Foi um bode que eu amarrei durante uns três anos. Quero ser heroína, mas heroína viva, tipo Anita Garibaldi.

Como é que começou a história?

— Tudo começou com a gravação da música *Veleiro*, de Edu Lobo e Rui Guerra, para um programa da TV Globo. Não sei se esse quadro foi bolado por ordem superior ou se foi bolado porque era um assunto de moda. Alguém sugeriu que, enquanto eu cantava, aparecesse aquela letrinha que corre no vídeo, falando no Brasil, país das 200 milhas. Não teve nenhuma participação da TV Globo nesse episódio e isso é muito importante que fique dito. A participação da TV Globo foi no sentido de me livrar a cara.

Mas aí eu falei que não achava legal aquele letreiro das 200 milhas, que não tinha nada a ver. Que os autores da música não iam gostar. Os caras que tinham *sugerido* o letreiro, quando foram se justificar com seus chefes, disseram que eu tinha me negado a fazer a propaganda. E um chefe foi dizendo para outro até que chegou lá em cima e virou um negócio esquisito. Isso foi numa terça-feira. No início da semana seguinte, eu estava jantando em um bar, à uma e meia da madrugada, depois de um *show*, quando entra o Armando Nogueira (atual diretor de telejornalismo da Rede Globo). Foi me contar que eu tinha armado um puta rolo, que os *homens* queriam ver o vídeo-teipe, que havia possibilidade dos meus discos terem a execução proibida em todo o país, o diabo. E que achava melhor eu ir lá no Exército e me explicar... Que eu pegasse meu carro e fosse lá...

"Fui embora do Rio Grande porque fechou o departamento musical da Gaúcha e perdi o emprego"

Mas que conselho esse, hein?

— Acho que o Armando não imaginava os perigos do lance. Ninguém sabia nada, pô! Atenção, tá? Muito pouca gente sabia o que estava acontecendo. Censura no jornal, *nego* sumindo e você não sabendo de porra nenhuma. O Armando me falou para eu ir lá e me explicar. "Você não deve, não pode temer". Quando eu me dou conta hoje, assim friamente, do perigo que foi esse depoimento... Eu fui sozinha! Peguei meu fusca vermelho asco e fui. Podia ter sumido! Eu estava apavorada. Não entendia o que estava acontecendo. Minha cuca era ainda a da desbundada com o sucesso, cantora das multidões.

Cheguei a falar antes com o André Midani. E ele me disse para eu não brincar. "É melhor você ir. Porque, se não for, eles vão lhe buscar". Aí eu fui, louca de medo. Um medo muito mais de uma coisa que eu não sabia o que era do que medo de uma coisa que era perigosa. Quando eu leio, hoje em dia, vários episódios que ocorreram por ter ido assim, de peito aberto, eu congelo! E eu tenho a impressão que não aconteceu nada porque eles sacaram que tinham uma tonta, inocente, besta, na frente deles. É evidente que, para as pessoas que me interpelaram, eu devia ser, no máximo, uma espinhazinha de sardinha trancada na garganta. Tinha gente muito mais importante, inclusive dentro da área de música.

Onde foi exatamente o teu interrogatório?

— Foi num prédio na Presidente Vargas, no Rio. Eu acho que era o Ministério da Guerra (1), na época que a capital federal era lá. Entre o pessoal que me interrogava, tinha um fardado. Dois estavam à paisana e outro lia jornal, não vi o rosto. Era coisa de querer saber tudo da minha vida.

Fiquei quatro horas depondo. Eles sabiam em detalhes a minha vida. No final, me disseram: "Sua sorte é que bateu tudo". O que eu falei combinou com o que eles

(1) *Elis refere-se ao antigo prédio do Ministério da Guerra, ao lado da Central do Brasil. Hoje é o QG do 1º Exército.*

Eu, hein Rosa!

sabiam. Era um interrogatório esquisito. Queriam até saber por que, em um *show* que eles tinham a foto, eu estava com o punho fechado e erguido no ar. Para explicar que aquilo não tinha qualquer intenção política foi uma pedreira. Era eu cantando *Arrastão,* aquele gesto de braços que eu fazia.

Aí recebi *conselho* deles para não cantar certas músicas tipo *Upa Neguinho* ou *Black is Beautiful*. E a advertência final foi de que aquele interrogatório não deveria ser comentado com ninguém. Aí tive que fazer um depoimento por escrito e ler para gravação. Depois eles me levaram numa C-14 cheia de guardas até o ginásio Caio Martins, onde eu estava fazendo um *show* com o Jair Rodrigues. Cheguei tardíssimo, o público já estava a fim de quebrar tudo. Mas cantei. Depois fiquei três dias sem dormir, tentando entender o que tinha acontecido.

> "Queriam saber até do gesto, com o punho cerrado, que eu fazia cantando o Arrastão"

Até aquela altura te julgavas, como artista, intocável...

— Não é isso, pô! Eu não sabia que estava sendo observada. Eu estava atônita que sabiam tudo da minha vida, porra. Tudo. Sabe o que é tudo? Dia tal, tal lugar, tal hora, você conversou com fulano... Aí depois é que a gente ficou sabendo que tinha um grupo de pessoas que ficavam só observando a vida dos outros. Até os números de cheques que eu mandava para a minha mãe em Porto Alegre, o número da conta... Eu estava crente, até ali, que alguém tinha falado. Mas não precisa! Aí depois ficou assim: de vez em quando, mostravam o ar da graça, tipo estamos aqui ainda. Mas depois parece que mudou a tática. O negócio agora não é perseguir muito artista não. Porque pega meio mal lá no exterior.

E depois, a famosa propaganda do governo que gravaste para a televisão? Como é que foi?

— Era assim tipo castigo mesmo. Eu estava fazendo um *show* no Teatro da Praia e recebi um telefonema dizendo que ia ser gravado um negócio sobre a Semana da Pátria e que eles gostariam de contar com a minha colaboração. Falei que ia pensar e dar uma resposta. Mas já amarrando o bode que tinha acontecido antes, o interrogatório... Aí toca a telefonar. Liguei para o André Midani. Ele achou que não era hora de brincar com os *homens*. Falei: "Mas eu não estou a fim de fazer". E o Midani: "Então vai cozinhando, chutando para diante. Daqui a pouco passa a Semana da Pátria e você não fez".

E eu fui chutando. Até que um dia em que eu estava no teatro, logo depois do espetáculo, chegou um senhor de farda, maquininha de filmar e disse: "Nós viemos aqui para gravar e trouxemos os artistas". Era (pausa longa) um bando de gente que fazia novela na Globo. Todo mundo muito contrafeito. E foi ruim, sabe? Mas não tinha saída...

Cantavas uma música de propaganda?

— Não. Ficava aquele bando de gente parado atrás e eu na frente. Tocava o Hino Nacional e eu falava: "Salve a Semana da Pátria". Qualquer coisa nesse gênero...

Muita gente foi obrigada a fazer isso. Inclusive o Gracindo.

— Não tinha saída, bicho! Os caras que disseram *não,* foram para a cadeia, porra. Mas o que eu acho gozado é que as pessoas são muito chegadas a botar merda no ventilador dos outros, né? Existe uma certa dose de leviandade quando o camarada deixa passar anos a fio e, só porque é permitido falar tudo, chega e levanta essa coisa sem procurar saber na fonte o que aconteceu. Não é muito difícil de me encontrar...

A que estás te referindo?

— A uma jornalista carioca que, mês passado, colocou esse episódio no jornal. Sem a minha explicação. Ela não me perguntou. Levando-se em consideração que eu até recebi uma recomendação para ficar calada e que as aparências enganam... Foi a Ana Maria Bahiana. Ela é inclusive uma pessoa maravilhosa. Não consegui entender. Comentando meu *show* ela se referiu a mim como tendo "carreira contestadora depois de ter cantado na Semana da Pátria a serviço do Governo..."

Você falou com ela depois?

— Não. Ela é que tem que falar comigo. Foi ela que me acusou. Digamos que não tivesse mudado tudo e que eu devesse continuar com o bico fechado? Será que a Ana Maria Bahiana ia ficar feliz de saber que ela foi a detonadora de um processo repressivo em cima de mim, seja em que nível for? Duvido. Tudo tem o seu tempo! Chega e pergunta numa boa. Não solta assim numa coluna de jornal de domingo uma pecha de que eu estava vendida, pô! E eu estava com muitos problemas particulares naquela época. Muitos. Estava com o problema de tentar a sobrevivência de um filho.

Não é assim que se vive, porra! A gente não pode perder a benevolência, a condescendência. Não é assim que se faz. Não se pode sair por aí divulgando, préjulgando... O que me assusta é ter partido de uma pessoa que era do jornal *Opinião,* que sabe muito bem o que é ficar num beco sem saída. Pô! Vai manso, não vai tão fundo assim... Nós somos tão poucos..

Mas nessa história do interrogatório o legal é que eu estava distraída e me alertei. Teve gente alerta que se distraiu. Às vezes é melhor tomar um puta susto para acordar. Eu vivia com a cabeça cheia de "Pátria amada gentil". Como a gente vive até hoje: gentil. Aí foi um montão de susto, todo ano, em várias épocas.

Aí passaste a ter uma atuação mais política...

— Sim, pô! Porque tenho atuação política relativa, só de cantar as coisas que eu achava que devia cantar, eu já estava nesse *melê!* Então vai de uma vez... E não é só isso. A minha consciência foi se ampliando mesmo. Depois do susto, você vai se reorganizando e, de repente, você saca realmente em que terreno você está pisando. E você gosta dele ou não. Mas é triste ver que um país jovem como o nosso está está nessa coisa velha. Mas vamos embora! Tem que meter bronca! Mas, atenção: se não cozinhar por dentro, o bolo sola. O processo tem que vir de baixo.

Os anos 50 trouxeram muitas idéias férteis para os brasileiros. O Cooperativismo foi uma delas.

A década de 50, no Sul do País, foi marcada pela transformação de uma economia alicerçada na pecuária, para um maior desenvolvimento da indústria e das propriedades rurais.

Entre as conseqüências dessa mudança surgiu a consciência da necessidade de maior união entre os produtores, a fim de fazerem frente a problemas que surgiam, tais como armazenamento e comercialização de produtos.

Do idealismo de 25 pessoas nasceu a Cotrijuí, uma Cooperativa que hoje conta com mais de 18.000 associados. Todos reunidos em torno de uma fundamental idéia: o poder da força de cada um no trabalho de todos, como elemento de progresso e desenvolvimento.



Agora, a Cotrijuí está chegando ao Mato Grosso do Sul, trazendo uma bagagem de 22 anos de experiência, o mesmo idealismo dos anos 50 e a força de trabalho de cada um de seus associados, para somar ao progresso desta terra.

COTRIJUI

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.







Material do documentário de Silvio Back sobre a República dos Guaranis

Lutando fora do eixo

O único cineasta fora do eixo Rio-São Paulo, filma as missões no seu quarto longa metragem



Silvio Back (calção branco) nas filmagens de Aleluia Gretchen

Silvio Back, o cineasta catarinense que mora em Curitiba, acaba de entregar à Embrafilme um rolo de 69 minutos, produto de três anos de trabalho sobre as missões jesuíticas do sul do continente, que existiram durante 150 anos, entre os índios guaranis, nos séculos XVII e XVIII.

República Guarani, um documentário, é o primeiro filme sobre o assunto e o quarto longa-metragem de Back, o único diretor de cinema situado fora do eixo Rio-São Paulo. Antes, ele fez *Lance Maior* (1968), *A Guerra dos Pelados* (1971) e *Aleluia, Gretchen* (1977). Exceto pelo filme de estréia, Silvio Back tornou-se uma espécie de especialista em temas do sul do Brasil. *A Guerra dos Pelados* é sobre um episódio histórico ocorrido em 1910 na divisa do Paraná com Santa Catarina e conhecido como a Guerra do Contestado, envolvendo litígios por terras e messianismo. Foi um fracasso de crítica e de público, tanto que o diretor precisou dedicar-se ao cinema publicitário para ganhar a vida e pagar suas dívidas. *Aleluia, Gretchen,* sobre o fascínio exercido pelo nazismo na colônia alemã catarinense, foi bem sucedido. Além de um razoável sucesso de público, obteve boas referências da crítica e ganhou, no total, 15 prêmios.

República Guarani, encomendado pela Embrafilme, é uma colagem de imagens das ruínas missioneiras, gravuras feitas pelos guaranis e depoimentos de historiadores e estudiosos da experiência dos jesuítas entre os índios. Num debate com espectadores do filme, no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, Silvio Back disse que fez um documentário (e não uma reconstituição) porque o orçamento era curto. "O cerne do filme é o colonialismo, que violentou e desintegrou os guaranis, manipulados tanto pelos jesuítas espanhóis como pelos bandeirantes portugueses. Se o filme não mostra essa morte em vida do índio, então ficarei frustrado", afirma Back.

Tal como foi apresentado em São Paulo, em primeira exibição, *República Guarani* será usado pelo Ministério da Educação e Cultura em seus serviços culturais. Silvio Back, que tem os direitos sobre o filme, resolveu acrescentar-lhe mais 40 minutos para uma versão comercial que estará nos cinemas em 1980. "Neste filme para o mercado comercial, eu pretendo chegar até a problemática indígena atual, cujos fundamentos, como o colonialismo e o paternalismo oficial, estão lá nas missões jesuíticas", diz o cineasta. Silvio Back faz questão de dizer que *República Guarani,* tanto na versão cultural como na comercial, é um discurso leigo que tenta evitar duas distorções características da maioria dos discursos sobre o assunto: por um lado, o anticlericalismo; por outro, a mistificação das missões pelas esquerdas, que costumam defini-las como uma paradisíaca experiência comunista.

Pelo que se viu nas primeiras apresentações em São Paulo, *República Guarani* traz novos pretextos para que Silvio Back seja mais uma vez criticado. Tecnicamente, o filme apresenta boa fotografia, mas o som é de má qualidade. Como documentário histórico, não tem a clareza necessária para animar e entusiasmar os que nunca ouviram falar do assunto, que lhes parece confuso; para os iniciados, chega a ser uma enfadonha seleção de discursos doutorais entremeados de canções tristes e imagens estáticas. No entanto, este filme pioneiro tem vários méritos, como o de reunir centenas de gravuras indígenas que, de certa forma, narram a história da passagem dos jesuítas pelo sul do continente. Outra façanha de Silvio Back foi trazer ao Brasil em meados de outubro o historiador suíço Clóvis Lugon, autor de *A República Cristã Comunista dos Guaranis,* um dos livros mais conhecidos sobre o assunto. Aos 72 anos, Lugon não conhece a América e escreveu seu livro sem sair de casa. Para tomar o depoimento de Lugon, que será incluído na versão comercial, Back ofereceu-lhe em troca uma viagem pelas ruínas das missões no Paraná, Rio Grande do Sul e Argentina, onde viveram os 500 mil guaranis dominados pelos padres.

Encerrada a montagem da versão comercial da *República Guarani,* enquanto espera que a Europa se interesse pelo filme, pois o assunto sempre intrigou os intelectuais de lá, Silvio Back se prepara para filmar *Restos Mortais,* um documentário de longa metragem sobre a década de 20 no Brasil, um período que ele considera fundamental na história do Brasil. O novo filme, com pesquisas em andamento, encerra-se com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em outubro de 1930 (o cinqüentenário da Revolução de 30 no próximo ano é o *gancho* de Back para remexer nessa passado). Em suas investigações sobre filmes brasileiros da época, Back descobriu uma película intitulada *Pátria Redimida,* realizada sobre a Revolução de 30 por João Baptista Groeff, um desconhecido cineasta curitibano.

Embora afirme que não existiu premeditação no fato de se tornar um cineasta de temas do Sul, Silvio Back tem uma identificação profunda com as coisas que ocorrem ou ocorreram no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa ligação, mais o amor pelo cinema, levou-o a escrever um livro que está pronto, mas não tem editora: "Cinema do Sul — Um Cinema sem Filmes". Embora sem o rigor de uma pesquisa científica, este livro mostra que o único cineasta gaúcho é Teixeirinha, enquanto os demais filmes sobre temas do Sul — como *Capitão Rodrigo, Ana Terra* e outros — foram realizados por *paraquedistas* do Rio ou de São Paulo. Em suas pesquisas, no entanto, Back descobriu que o primeiro filme brasileiro de ficção foi realizado em Pelotas, na década de 10. Chamava-se *Os Óculos do Vovô,* do qual não existem cópias.

Outra idéia do cineasta é fazer um filme sobre Curitiba, segundo ele, "uma cidade incrível e misteriosa que não possui visual, quer dizer, ninguém tem uma imagem que a identifique logo de cara, como ocorre com Porto Alegre (o rio Guaíba), Salvador (o mercado modelo) ou o Rio (a praia). "Anteriormente, ele já havia pensado em fazer um filme sobre Anita Garibaldi, que lutou na *Guerra dos Farrapos,* no século passado. Agora, porém, Back acredita que sua fase sulista está chegando ao fim. No máximo, ele acalenta o projeto de filmar, um dia, *O Louco do Cati,* romance de Dyonélio Machado. Mas já pensa em sair de Curitiba, futuramente. Hoje, ele acredita que está mais ou menos superado o preconceito contra o cinema feito fora do eixo Rio-São Paulo. Sair de Curitiba, contudo, traz-lhe o medo de perder o que considera uma vantagem e uma qualidade dos intelectuais situados fora dos centros metropolitanos: uma maior generosidade e um senso crítico mais aguçado.

Orlando Pessoa



Em nome do sabor, do prazer, da satisfação.

Em nome da felicidade e da alegria de viver. Do sagrado direito das pessoas de gozarem o que a vida tem de bom. Um gostoso sanduíche de presunto, queijo e Margarina Primor num pátio de colégio. Um delicioso cachorro-quente com mostarda e Maionegg's num começo de madrugada. Um suculento assado com gostinho de Margarina Flor numa manhã de domingo. Uma salada, uma fritada, um bolinho preparado com o insuperável Óleo Primor. São sabores que a gente não esquece e que enriquecem nossas vidas. Aliás, desde 1929, a Samrig participa da vida diária das pessoas. Naquele ano, em um moinho em Porto Alegre, a empresa começava a produzir farinha de trigo. Hoje, 50 anos depois, no maior parque integrado de processamento de soja da América Latina, em Esteio, a Samrig fabrica óleos vegetais, margarinas, maioneses, proteínas. E seus produtos vão à mesa de milhares e milhares de brasileiros, todos os dias. Em nome do prazer, da felicidade e da delícia de viver.

50 ANOS

SAMRIG

Há 50 anos participando da vida de nossa gente.

Dados atuais sobre o Brasil armado

Em nossa edição passada, publicamos uma reportagem sobre o poderio bélico brasileiro. Alguns dados baseavam-se em informações da última edição de *The Military Balance,* publicação Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres. Em outubro, saiu a edição anual do Balance, referente a 1979/80 e com dados mais atualizados, sobre o assunto que publicamos a seguir:

População: 120.000.000

Serviço Militar: um ano

Total das forças armadas: 281.000 (113.000 efetivos)

Total do Produto Nacional Bruto 1978: 202 bilhões de dólares.

Gastos com a defesa em 1979: Cr$ 47.3 bilhões (2.09 bilhões de dólares).

Exército: 182.000 (110.000 efetivos)

8 divisões: cada uma com quatro blindadas, mecanizada, motorizada ou brigadas de infantaria.

2 brigadas de infantaria independentes

1 para brigada independente

5 brigadas de infantaria da selva

60 M-4 média, 250 M-3A1, 250 M-41, 35 tanques leves; 120 EE-9 Cascavel, M-8 carros blindados; EE-11 Urutu, M-59, 600 M-113 pessoal carregador blindado; 500 M-116 carga de 75 mm, 450 105mm (50 M-7, 24 M-108 impulsionador próprio) 90 M-114 obus de 155mm, morteiros de 81mm; 108-R, foguetes launcher 114 mm repercussão; antitanques teleguiados Cobra; 30 35mm, 30 40mm, 40 pistolas antiaéreas 90mm; 4 Roland surface-to-air-missile; 40 L-42 Regente, 1 avião leve 0-1E; 10 AB-206 A helicópteros., (Encomendados: 35 X-1A2 tanques leves)

Marinha: 49.000 (3.000 alistados, 13.5000 Força Aérea Naval, marinheiros e corporações auxiliares)

8 submarinos (3 Oberon, 5 ex-US Guppy II/III).

1 ex-avião britânico Colossus (20 aviões, incluindo 7S-2A anti-submarino de combate, 4 helicópteros Sea King)

18 destróiers: 6 Niterói (2 com antimísseis, Ikara, 1 helicóptero Lyns, 4 com mísseis terra-a-terra Exocet), cinco Fletcher ex-americano (1 com Seacat), 5 Sumner ex-americano (1 com Seacat), 2 Gearing ex-americano com ASROC

10 vasos patrulheiros Imperial Marinheiro

2 Pedro Teixeira, 3 Roraima barcos de patrulha de Rio, um monitor de rio

6 Piratini grande, 10 barcos patrulheiros de rio

6 Schütz costeiros

5 barcos de resgate (2 Sirius, 3 Argus)

2 barcos de carregar tropas que antes pertenceram aos EUA, 4 barco utilitário

Bases: Rio de Janeiro, Aratu, Belém, Recife, Natal, Ladario

Força Aérea Naval: não tem avião de combate

1 esquadrão anti-submarino com 5 Whirlwind, 6 Wasp, 1 FH-1100, 2 Bell 47G, 18 transportadores de tropas pára-quedistas — 206B, 9 helicópteros Lynx

1 esquadrão de treinamento com 10 helicópteros Hughes 269/300

(Encomendados: 8 helicópteros AS.350)

Força Aérea: 50.000; 142 aeronaves de combate

1 esquadrão interceptador com 11 Mirage IIIEBR, 3 DBR

1 esquadrão de ataque com 34 F-5E, 5 F-5B

8 esquadrões de contra-ataque com 40 AT-26 Xavante, 20 T-25 aeronaves, 11 UH-1D, 4 Bell 206, 4 helicópteros OH-6A

1 esquadrão anti-submarino com 8 S-2E, 9 S-2A (7 em carreira)

1 esquadrão marítimo de reconhecimento com 12 EMB-111M

4 esquadrões de busca e salvamento com 7 SA-16 Albatross, 3 RC-130E, 7 aviões PBY-5A, 5 SH-1D, 2 helicópteros Bell 47G

12 esquadrões de transportes com 2 Boeing 737, 9 C-130E/H, 2 KC-130H, 13HS-125, 1 Viscount, 12 HS-748, 20 DHC-5, 96 EMB-110 bandeirante (78 C-95, 6 R-95, 4 EC-95, 8 C-95A), 14 aviões C-47, 6 helicópteros AB-206

3 esquadrões de contato com L-42, T-25, O-1E, 10 EMB-810C (Seneca II) aviões, helicóptero UH-1H

Treinamentos incluindo 100 T-23 Uirapuru, 130 T-25 Universal, 10 T-33, 50 AT-26

Míssil ar-a-ar R.530

(Encomendados: 4 Mirage AIIIEBR interceptadores, 82 AT-26 de treinamento, 20 EMB-110 (C-95A) de transporte, 3 aviões EMB-111M

Forças pára-militares: Segurança Pública com 200.000 (milícias estaduais descontadas).

Projeto Ouroville
Fase de Implantação

Após ter sido adequado às exigências dos órgãos responsáveis, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF e inscrito no Cartório de Registro de Imóveis de Rolante sob o n.º 1.127, o Projeto Ouroville entra, agora, em fase de implantação definitiva.

Depois de ter confirmado o apoio da Prefeitura de Rolante para melhorar todos os acessos ao loteamento, movimentam-se as empresas contratadas para a fase de implantação. Arquitetos, engenheiros, topógrafos começam a movimentar-se para transformar Ouroville em um dos maiores pólos de lazer e turismo do Estado, com seu camping, churrascaria, hotel, super-mercado e todas as demais obras de apoio de infra-estrutura.

Toda a área verde é preservada em 80% de sua totalidade e um sítio em Ouroville representará a possibilidade de um permanente convívio com a Natureza, há mil metros de altura, numa das mais lindas regiões do Estado.



Arlindo Affonso Rheinheimer
PREFEITO MUNICIPAL



Responsáveis Técnicos:

Projecta Arquitetura e Planejamento Ltda. CREA 24.380 - 8.ª Região
Regis Nectoux Cunha - CREA 11756 - 8.ª Região - Eng. Civil
Nova Dimensão Projetos e Construção Ltda.
Planto Planejamento Topografia e Comércio Agropecuário Ltda.

Empreendimento:
AGRO-INDUSTRIAL BARRA DO OURO LTDA.
Vendas:
Av. Icaraí, 990 - Fones: 49-3016 e 49-7799.

Ouroville. A natureza permanente.

O dia primeiro da serpente

No dia 13 de agosto de 1521, os astecas se renderam aos espanhóis. A mais rica civilização da América estava totalmente destruída.

Por Eduardo Bueno

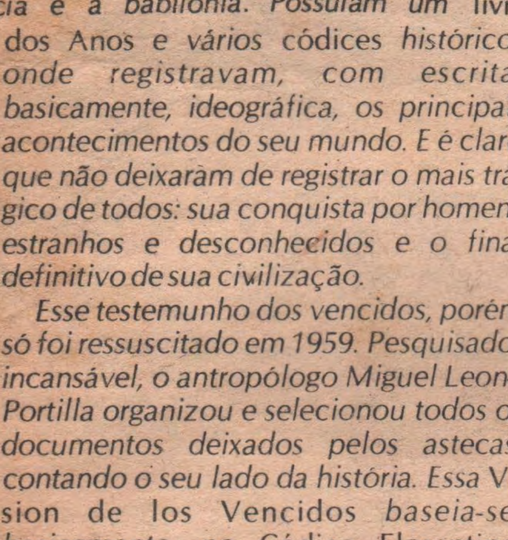
Durante quatro séculos, o único testemunho organizado sobre a conquista do México foi a crônica vitoriosa escrita pelos próprios espanhóis. As Cartas de Relaciones *e os relatos enviados pelos* cronistas de Índias, *porém, apesar de todo o assombro que causaram na Europa Renascentista, nada mais eram do que apologias mais ou menos conscientes da conquista.*

Os fatos, durante muito tempo, pareciam justificar essa visão dos vitoriosos. Afinal, ao desembarcar nas costas do México, em 18 de fevereiro de 1519, o capitão Hernan Cortez estava acompanhado por somente 508 soldados, 16 cavalos, 32 arcabuzes e 10 canhões de bronze. O império asteca abrigava uma população de 37 milhões de pessoas. Dois anos e meio, no entanto, foram suficientes para que os espanhóis conquistassem a capital Tenochtitlan e se tornassem senhores absolutos do Reino da Nova Espanha. O ouro roubado dos astecas transformaria, definitivamente, toda a economia européia. E, pouco mais de um século depois da conquista, em 1650, a população do México, estaria reduzida a um milhão e meio de pessoas.

Quando os espanhóis chegaram, os astecas estavam em pleno vigor de sua criatividade e domínio. Formavam uma sociedade teocrática e rigorosamente estratificada, assentada numa vasta camada rural livre, concentrada em aldeias de camponeses que cultivavam a terra, produziam seus instrumentos de trabalho e reproduziam suas condições de vida, além de prover com um excedente de bens as outras camadas — as chefias militares, o clero e os artesãos — bem como um excedente humano, para a guerra e para compor o artesanato urbano.

A civilização asteca contava com uma escrita própria, um calendário apurado e havia alcançado um desenvolvimento urbano que a tornava comparável à egípcia e à babilônia. Possuíam um livro dos Anos *e vários códices históricos onde registravam, com escrita, basicamente, ideográfica, os principais acontecimentos do seu mundo. E é claro que não deixaram de registrar o mais trágico de todos: sua conquista por homens estranhos e desconhecidos e o final definitivo de sua civilização.*

Esse testemunho dos vencidos, porém só foi ressuscitado em 1959. Pesquisador incansável, o antropólogo Miguel Leon-Portilla organizou e selecionou todos os documentos deixados pelos astecas, contando o seu lado da história. Essa Vision de los Vencidos *baseia-se, basicamente, no* Códice Florentino, *organizado pelo frei espanhol Bernardino de Sahagún que chegou ao México em 1555 e, auxiliado por estudantes indígenas, recolheu todas as informações fornecidas pelas testemunhas oculares da Conquista, na* Relação Anônima de Tlatelolco *e nos* Cantares Tristes de la Conquista, *poesias populares que oferecem uma aterradora visão da violência e crueldade dos conquistadores. A seguir, um resumo do livro:*



"Y todo esto se pasó con nosotros"



Foi no ano Quatro das Casas, do oitavo ciclo da era mexicana, que o imperador Montezuma recebeu as primeiras notícias de que *um monte* movia-se sobre as águas. O ano Quatro das Casas (1), que correspondia a 1519 no calendário cristão, fora precedido por terrível presságios. Segundo os sacerdotes, os cometas, incêndios, terremotos e inundações anunciavam o retorno iminente de Quetzalcoatl, o Deus Branco do Vento. Montezuma(2), grande senhor na nação asteca, sabia que estava destinado a governar num século infeliz. Quando subiu ao trono, em 1509, ele foi alertado pelos sacerdotes que "ante ele e sobre ele haverá de se suceder um grande mistério, porque assim já está dito e tratado nos céus". Ao ouvir o relato de um *mazehual* (um homem comum) que veio da costa "sem que nenhuma autoridade lhe enviasse", trazendo estranhas notícias, o imperador pressentiu que as profecias estavam começando a se realizar.

— Meu senhor e meu rei — disse o *mazehual* — venho de Mictlan-Cuauhtla(3) e, às margens do grande oceano, em meio ao mar, vi andar uma montanha ou colina, que marchava sobre as ondas, sem tocar a praia. E isso é coisa que nós, guardiões da costa, nunca havíamos visto.

Corria o mês de fevereiro de 1519. O império asteca estava no auge. Sob o manto de Montezuma viviam mais de 37 milhões de pessoas, numa área enorme que ia desde o golfo do México até as planícies da Guatemala. Mas a notícia trazida pelo *mazehual* assustou ao todo-poderoso Montezuma. Imediatamente, o imperador enviou alguns emissários à costa. Poucos dias mais tarde recebeu a confirmação que, de fato, havia "duas torres ou pequenas colinas em marcha sob o mar".

Preocupado com as informações, Montezuma enviou novo grupo ao litoral. Desta vez eram dois altos dignitários, homens de sua inteira confiança. Escondidos entre as espessas folhagens de uma árvore à beira-mar, eles observaram uma cena surpreendente. De volta ao palácio imperial de Tenochtitlan, na fervilhante capital dos astecas, falaram a Montezuma.

— Nosso rei e senhor, é verdade que homens que não conhecemos chegaram e estão na praia do grande mar e lá pescaram com anzóis e redes, e tendo pescado até muito tarde subiram para uma canoa e abordaram uma das grandes torres e nela subiram. Eram mais ou menos 50 e vestiam uns sacos vermelhos, azuis, verdes e outros cinzentes, muito feios. Alguns traziam na cabeça panos vermelhos e outros, grandes penelas, talvez para protegerem-se do sol. A carne deles é muito branca, mais branca do que a nossa. A maioria deles tem longas barbas e os cabelos lhes descem até as orelhas.

Montezuma nada disse, "mas foi assaltado por grande desencorajamento porque, em seu coração, era como se pensasse que o recém-chegado fosse o nosso príncipe Quetzalcoatl". *Quetzalcoatl*, o Deus do Vento, "era um homem de aspecto grave, pele e barbas brancas", que estivera na planície de Yucatan há muito tempo, ensinando virtudes e leis. Desiludido com o resultado de seus ensinamentos, partiu para o leste, alertando que voltaria e "seus filhos seriam os senhores do México" enquanto que os mexicanos "sofreriam grandes calamidades e perseguições".

Com a certeza de que o antigo deus estava de volta, Montezuma mandou preparar um tesouro fabuloso para aplacar a ira de Quetzalcoatl. "E esse foi o tesouro que Montezuma mandou preparar: uma máscara de serpente feita de turquesas, um travesseiro de plumas de quetzal(4), um colar com um disco de ouro, um capacete cônico de ouro, um espelho cercado por plumas de quetzal e adornado por turquesas, um colar de conchas finas, um jogo de sandálias brancas, tão suaves que pareciam espuma, uma peruca de plumas de quetzal e garças, um diadema de pele de tigre com plumas de faisão, um escudo de ouro rodeado de plumas de quetzal, um capacete em forma de caracol feito em ouro" e várias outras séries de presentes semelhantes, "para os sacerdotes de Quetzalcoatl(5).

Carregados de oferendas, os emissários de Montezuma seguiram para a costa leste do México, onde fica o importante e movimentado porto de Vera Cruz. Em suas canoas, foram até "as colinas flutuantes" dos espanhóis.

"E eles (os espanhóis) lhes disseram: — Quem sois? De onde viestes?

— Viemos do México.

— Pode ser, pode não ser. Talvez não estejam inventando, talvez estejam nos burlando — disseram eles".

Os mensageiros de Montezuma e os conquistadores puderam travar esses diálogos graças a Jerônimo de Aguiar, um capitão espanhol que fora prisioneiro dos maias, e sua escrava Malintzin. Malintzin entendia o *nahuatl*, a língua dos astecas, e traduzia para Aguilar em maia, que, finalmente, traduzia tudo para o espanhol.

Os emissários foram recolhidos ao navio e apresentados ao capitão Hernan Cortez, que eles julgavam ser o Deus Quetzalcoatl. E por isso, "lhe puseram com esmero a máscara de turquesas, um colete de plumas de quetzal e um colar de ouro". Mas Cortez mandou prender os emissários. "E logo lhes puseram ferros nos pés e no pescoço. Feito isso, disparam o grande canhão e neste momento os emissários caíram desmaiados, cada um para o seu lado. Os espanhóis lhes levantaram, lhes deram vinho e lhes obrigaram a comer e só assim recobraram a consciência". Logo depois ouviram o que Cortez lhes tinha a dizer:

— Corre a fama na Castela que os mexicanos são muitos fortes. Que são guerreiros, que são tremendos. Pois eu quero me convencer. Quero experimentar que tão fortes, que tão machos sois. No pôr do sol, vamos fazer um torneio, nos desafiaremos e aí teremos conhecimento das coisas. Vamos ver quem cairá primeiro ao solo.

— Ouça senhor — disseram os emissários — não foi para isso que nos enviou Montezuma. Em comissão viemos apenas dar repouso e descanso, viemos para que nos saudemos uns aos outros. Não é nossa incumbência o que o senhor quer.

Acusados de covardes, os emissários foram libertados e voltaram imediatamente para Tenochtitlan, "sem um dia de descanso, sem um dia de alento". Chegaram à capital na noite do dia 16 de maio de 1519. Foram recebidos por Montezuma na Casa da Serpente e contaram tudo o que haviam visto. Montezuma aterrorizou-se, principalmente com a descrição do canhão.

— Retumba como o trovão. E dele sai uma bola de pedra, de suas entranhas, e vai chovendo fogo e faíscas. O fumo que dele sai é pestilento, cheira a lodo podre e penetra até o cérebro causando moléstia. Todas suas outras armas de guerra também são de ferro. De ferro se vestem, ferro usam como capacete em suas cabeças, de ferro são suas espadas, seu arcos, seus escudos, suas lanças. Montam no lombo de seus veados sem chifres e ficam da altura dos tetos(6). Seus corpos são envoltos por todas as partes, somentes as caras aparecem e são brancas, como se fossem cal. Têm o cabelo amarelo, ainda que alguns o tenham negro. Seus alimentos são como alimentos humanos, são doces. Seus cães são enormes, de orelhas ondulantes, com grandes línguas penduradas, têm olhos que derramam fogo, que soltam faíscas, são fortes e robustos e não ficam parados, andam com a língua pendurada como os tigres.

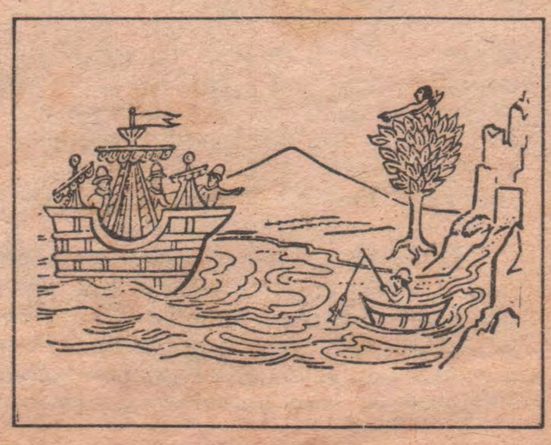
Ao ouvir isso, Montezuma "se encheu de grande terror e se abateu com angústia". Sem saber o que fazer, mandou novos emissários à costa. Desta vez, eram magos e feiticeiros encarregados de afastar os espanhóis com maus agouros. E como pensava que os espanhóis, de fato, eram deuses, também ordenou que lhes oferecessem vítimas em sacrifícios.

Enquanto isso, a notícia da chegada dos deuses já havia se espalhado em Tenochtitlan. A cidade vivia num clima de terror. "Havia discussões, se formavam grupos, choro, muito choro, se chorava pelos outros. Andam todos com a cabeça caída, andam cabisbaixos. Entre soluços se saúdam. Há intenções de se animar as pessoas, se reanimam uns aos outros. Se acariciam uns aos outros, os bebês são acariciados. Os pais de família dizem: "Ai, filhinhos meus, que se passará com vocês?".

Na segunda semana de agosto de 1519,

(Continua)

"Às margens do grande oceano, em meio ao mar, vi andar uma montanha ou colina, que marchava sobre as ondas. E isso é coisa que nunca havíamos visto."



depois de vários meses de hesitação, os espanhóis, finalmente, desembarcam nas costas do México. Guiados por um índio de Cempoalla, seguem rumo a Tecoac, cidade dos otomis. "Os otomis saíram ao seu encontra em guerra; com os escudos lhe deram as boas vindas. Mas aos otomis de Tecoac, muito bem lhes arruinaram, totalmente lhes venceram. Se dividiram em grupos e lhes atacaram com o canhão, lhes assediaram com a espada, lhes flecharam com seus arcos. E não só uns poucos, mas sim todos, pereceram".

Apavorados com as táticas guerreiras dos espanhóis, os habitantes de Tlaxcala, a cidade seguinte, decidem aliar-se aos conquistadores. Ao chegarem na cidade, os espanhóis recebem galinhas fritas, ovos e tortilhas. Depois, as filhas dos chefes. Nos dias seguintes, em conjunto, planejam o massacre do povo de Cholula, povoado próximo, onde viviam os maiores inimigos dos tlaxcaltecas.

"Sem espadas, sem escudos, o povo de Cholula fez frente aos espanhóis. Mas morreram como cegos, sem nem saberem como e não sobrou nem um só homem". E depois de sucessivas matanças em Cholula, os espanhóis se puseram em marcha para o México". Vão em círculo, vão em som de conquista, vão levantando redemoinhos de pó pelas estradas. Suas lanças e suas bandeiras se assemelham a morcegos, vão resplandecendo. Vão fazendo estrondo. Alguns vão reluzindo e por isso são vistos com grande temor, vão infundindo espanto a todos, são muito espantosos, são horrendos. Seus cachorros vão à frente, com os narizes altos, a saliva lhes vai caindo pela boca".

Em sua marcha rumo a Tenochtitlan, já nas imediações dos vulcões que cercam o vale do México, os conquistadores encontram-se com novos enviados de Montezuma, que lhes traziam mais presentes. "Deram aos espanhóis bandeiras de ouro, almofadas de pluma de quetzal e colares de ouro. E quando lhes deram isso, o riso lhes tomou conta da cara, se alegraram muito, se deleitaram. Como se fossem macacos levantavam o ouro, aquilo parecia lhes renovar e lhes iluminar o coração. É certo que anseiam isso com grande sede. Dão a vida e o corpo por isso, têm fome furiosa disso. Como porcos famintos anseiam pelo ouro"



"Sem espadas, sem escudos, o povo de Cholula fez frrente aos espanhóis. Mas morreram como cegos, sem nem saberem como e não sobrou um só homem."

Vencendo a serra e os vulcões, de cima das montanhas, os espanhóis se depararam com um espetáculo fantástico. No seu livro *História Verdadeira da Conquista da Nova Espanha*, o capitão Bernal Diaz del Castillo, um dos homens de confiança de Hernan Cortez, escreve que os conquistadores "viram coisas nunca vistas ou sequer sonhadas".

"E, de cima dos morros, vendo tantas cidades e aldeias construídas sobre a água e outros povoados sobre a terra firme, ficamos extasiados de admiração e diziamos que eram encantamentos como os que se fala no livro de Amadis(7), por causa das grandes torres, dos templos e das pirâmides que se levantavam da água, e alguns soldados se perguntavam se não era um sonho".

No topo da serra, os espanhóis hesitam. Alguns queriam voltar para Tlaxcala, "até que fossem em número maior do que eram". Mas incentivados pelo chefe Cortez decidem seguir viagem direto rumo a Tenochtitlan. No terceiro dia de Quecholi, oitavo de Ehecatl, do Ano Um dos Bambus do oitavo ciclo, segundo o complicado calendário asteca, Cortez, seguido por seus 500 soldados e 16 cavaleiros, cruzou a calçada de Ixtapalapa, sobre o lago Xochimilco e entrou pela parte sul de Tenochtitlan. Era o dia 8 de novembro de 1519, segundo o calendário cristão, e todos os grandes príncipes e sacerdotes da nobreza asteca estavam perfilados para recepcioná-lo.

"Vestiam-se todos com penachos de plumas e ornamentos de ouro, no pescoço, nos pulsos e até nas orelhas, lábios e narizes. As ruas estão adornadas por flores, principalmente a amarela, a do bom aroma. E a todos se lhes põem flores no pescoço e grinaldas na cabeça. A seguir se lhes presenteia com dons, colares de ouro e todos os obséquios de boas vindas". Ricamente vestido, calçando suas sandálias de sola de ouro, o imperador Montezuma — a quem ninguém podia sequer dirigir o olhar — se aproxima do capitão Hernan Cortez e diz:

— Ó meu senhor, seja bem-vindo: chegou a seu país, em meio a sua gente, a sua casa, o México. Veio para sentar-se no seu trono e em sua poltrona, da qual fui proprietário por algum tempo e de que outros senhores, agora mortos, foram proprietários antes de mim. Os mortos já não podem ver nem saber o que se passa agora, mas eu gostaria que essas coisas que se dão agora na minha presença, se dessem na deles. Não, não estou sonhando, não estou sonâmbulo. Já lhe vi de fato, já pus meus olhos no seu rosto: os antigos reis disseram a verdade. Seja, pois, bem-vindo. Deve ter sofrido muito durante a sua longa viagem. Repouse agora, tome posse das casas reais e dê descanso a seu corpo.

Através de sua intérprete, Cortez disse a Montezuma, "em língua selvagem": "Tenha confiança Montezuma, nada tema. Nós te amamos muito e muito satisfeito está hoje o nosso coração. Finalmente o vimos e o ouvimos, e há muito que esperávamos por isso". Montezuma decide voltar para seu castelo a pé, ao invés de usar sua liteira. Caminha lado a lado com Cortez, "que logo lhe dá palmadas nas costas, com o que lhe manifesta muito carinho".

Segundo o padre Bartomolé de las Casas, ferrenho inimigo da violência usada pelos conquistadores, Cortez "era muito experimentado nisso de derramar ou ajudar a derramar o sangue deste povo infeliz. Era muito amado por todos os espanhóis que viviam sob sua autoridade porque tinha uma disposição suave e alegre e não falava senão de prazeres e de festas, embora, quando necessário, soubesse mostrar sua autoridade. Era bonito de corpo e de rosto. Engordava, mas pouco perdera de sua beleza. Era instruído, embora, diziam, de espírito meio obtuso. Na verdade, não merecia toda a sua fama".

"Em comissão viemos apenas dar repouso e descanso, viemos para que nos saudemos uns aos outros. Não é nossa incumbência o que o senhor quer."

"De repente, iniciou-se uma enfermidade geral, uma peste. A muitos trouxe a morte, essa pegajosa, feridenda e dura enfermidade dos caroços."





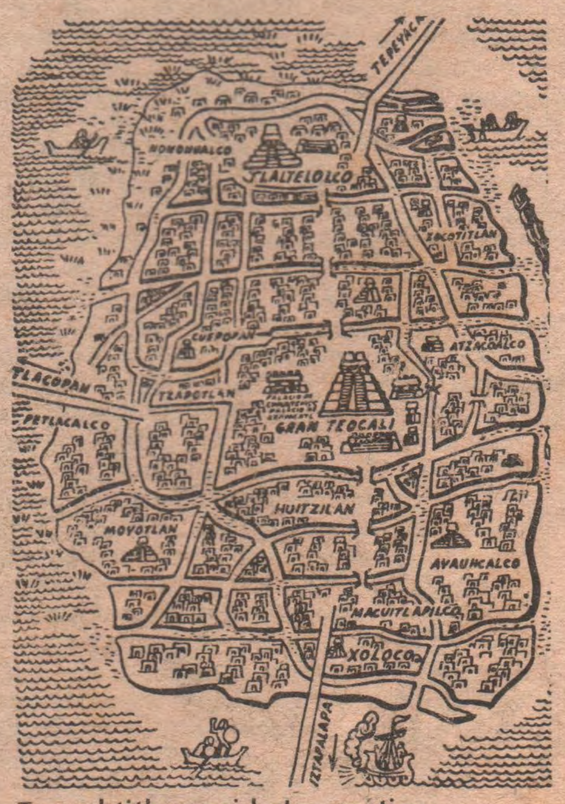
No centro do império de Montezuma

A reconstituição arqueológica de Tenochtitlan surpreende cada vez mais pela suntuosidade e grandeza do que Cortez encontrou e destruiu. Cidade aquática, construída sobre platôs naturais e aterros, entre lagos e avenidas-canais, a capital dos Astecas seguramente era uma das maiores metrópoles do mundo do seu tempo. Tinha cerca de 120 mil casas, a maioria delas com a fachada sem janelas, como numa cidade árabe, e ocupava uma área semelhante a um quadrado com três quilômetros de lado.

Existe muita discussão em torno do número exato de habitantes de Tenochtitlan, avaliado em 300 mil pelos cronistas da Conquista e considerado maior por alguns estudiosos modernos. Para o francês Jaques Soustelle, por exemplo, a população da capital era "certamente superior a 500 mil pessoas e provavelmente inferior a um milhão". Nesta mesma época, a população de Sevilha, a maior das cidades espanholas do século VI, era estimada em 120 mil habitantes; a de Madri, em 60 mil, enquanto que Londres e Paris tinham pouco mais de 600 mil habitantes.

A metrópole foi vista com grande assombro por Cortez e seus acompanhantes. Principalmente depois que, no quarto dia de hospedagem dos conquistadores em Tenochtitlan, o imperador Montezuma levou-os ao topo do templo-maior de Tlatelolco. De cima de seus 144 degraus, se tinha uma vista completa da cidade.

"Do cume daquele grande templo maldito estava a gente a tanta altura que se dominava tudo perfeitamente. De lá vimos as três calçadas que introduzem no México e víamos também o aqueduto que vinha de Chapultepec para abastecer a cidade de água doce. Víamos naquela grande laguna uma multidão de barcos que chegavam com abastecimentos e outros que saíam carregados de mercadorias. E víamos templos e oratórios em forma de torres, todos resplandecentes de alvura — coisa maravilhosa! — e as casas com terraços e flores e outras torres semelhantes a fortalezas. E depois de termos olhado e considerado tudo isso, voltamos os olhos para a grande praça do mercado e para a multidão que ali comprava e vendia: o rumor e o sussuro das palavras que ali se pronunciavam ressoava até mais de uma légua. E havia entre nós, soldados que tinham estado em várias partes do mundo, em Constantinopla, em toda a Inglaterra, e em Roma, e disseram que nunca tinham visto um mercado tão bem organizado e ordenado, tão grande, assim cheio de uma tal multidão", escreveu o capitão Bernal Diáz, em sua História Verdadeira.

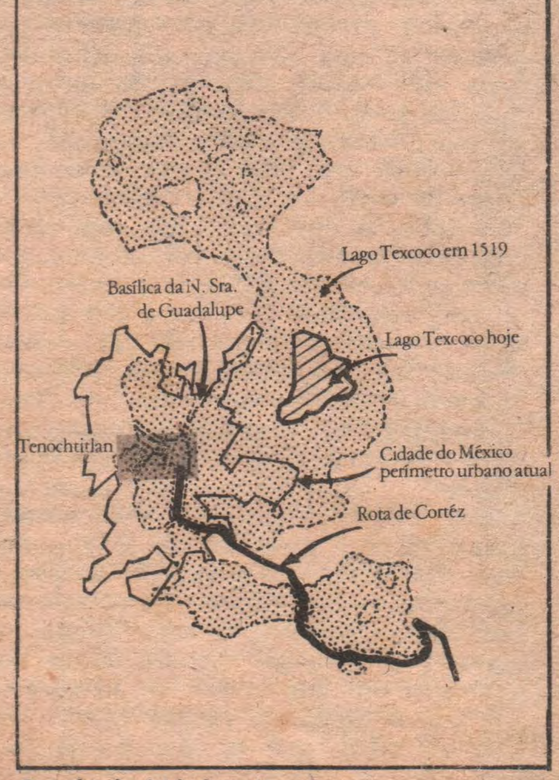


Tenochtitlan, a cidade aquática que assombrou os espanhóis

Tenochtitlan foi fundada modestamente em 1325, entre as ilhotas e pantanais do vale do México. Mas quando os espanhois chegaram, a água já havia sido drenada, a cidade tinha um jardim zoológico e botânico e comunicava-se inteiramente por canais.

A cidade era ligada com as margens por três grandes pontes. Uma ao norte, que levava à Tepeyacac, no pé das colinas, onde hoje está localizada a basílica de N. Sª do Guadalupe; outra a oeste, que conduzia à cidade satelite Tlacopan, outrora independente; e uma terceira, ao sul, que cruzava sobre os lagos Xochimilco e Chalco, de água doce. O lago Texcoco, de água salgada, ocupava quase todo o vale.

Os espanhóis não precisaram mais do que três anos para destruir completamente Tenochtitlan e aterrar boa parte do lago de Texcoco. Hoje, a cidade do México está construída exatamente sobre as ruínas da antiga capital asteca. O Zócalo, praça central da cidade, era o antigo centro de Tenochtitlan, a catedral está edificada sobre o templo de Tlatelolco e, no lugar da residência de Montezuma, encontra-se o atual palácio do governo. A cidade do México com seus oito milhões de habitantes é desordenada, barulhenta e poluída.



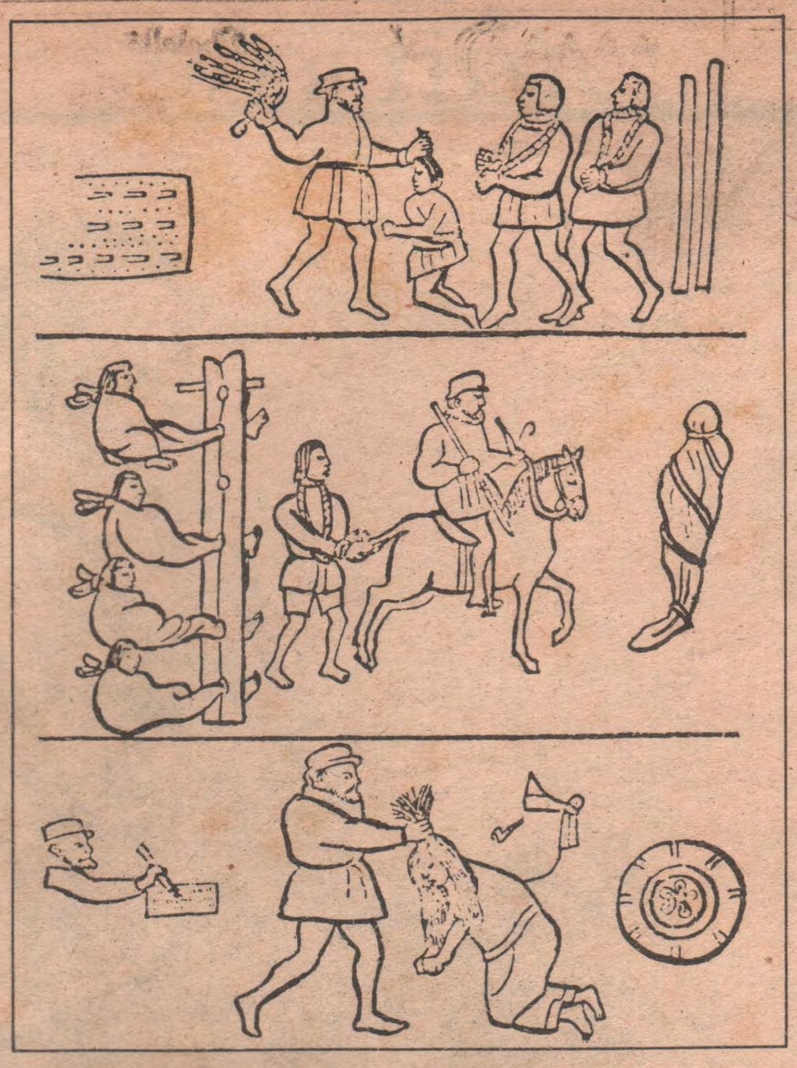
O vale do México, hoje completamente aterrado

Depois de instalados, os espanhóis "logo interrogaram Montezuma sobre os recursos e reservas da cidade". Foram imediatamente conduzidos pelo imperador ao *Teucalco,* a sala do tesouro, repleta de artefatos de ouro, pedras preciosas, plumas e travesseiros de quetzal. "E imediatamente fizeram uma grande bola com o ouro arrancado dos escudos e das insígnias e lhe botaram fogo, prenderam chamas em tudo o que restava, por mais valioso que fosse e com isso, tudo ardeu". Os espanhóis transformavam os presentes em barras de ouro, "e se adonavam de tudo quanto viam, de tudo que lhes parecia bonito".

Insatisfeitos com as riquezas do *Teucalco,* Cortez e seus capitães foram conduzidos até a casa de Montezuma, onde ficava o *Totocalco,* o fantástico jardim zoológico de Tenochtitlan. "E quando entraram no quarto dos tesouros foi como se houvessem chegado ao extremo. Davam-se palmadas uns nos outros de tão alegres que estavam seus corações. Por todas as partes se metiam, tudo cobiçavam para si, estavam dominados pela avidez. Saquearam todas as coisas de Montezuma, coisas próprias de rei e somente a ele reservadas".

Em março de 1520, Cortez foi obrigado a deixar Tenochtitlan. Teve que voltar ao litoral para combater o seu compatriota Panfilo de Narváez, que a mandado de Diego Velazquez, governador de Cuba, viera em busca do desobediente capitão. Cortez deixou no comando o ruivo Pedro de Alvarado, um analfabeto que depois conquistaria o Peru e que era chamado de *Tonatiuh,* o Sol, pelos astecas, por causa de seu cabelo vermelho.

Poucos dias depois da Páscoa do ano de 1520, os astecas decidiram celebrar a festa de *Tóxcatl.* "E os espanhóis quiseram ver como era a festa, de que forma se festejava. E todos os homens, os guerreiros jovens, estavam totalmente dispostos, com todo o coração iam celebrar a festa, para com ela admirar os espanhóis. Pois assim iam as coisas, já havia festa, já havia cantos e baile quando, nesse preciso momento *Tonatiuh* toma a decisão de matar o povo. Logo os espanhóis vieram com armas de guerra. Cercam as saídas, as passagens e as entradas e já, ninguém podia sair. Entram no pátio sagrado e imediatamente começam a matar as pessoas. Vão a pé, com os escudos de metal e as espadas. Cercam aos que bailam, se lançam contra os músicos, cortam ambos os braços de um que estava batucando e logo lhe cortam a cabeça: longe vai cair sua cabeça. A todo o momento apunhalam e cortam as pessoas, com as espadas lhes ferem. A alguns atacam por trás, imediatamente caem por terra as suas entranhas. A outros, decepam a cabeça, inteiramente feita em tripas ficou a sua cabeça. A outros lhes dão talhos nos ombros decepados ficam seus corpos. A alguns ferem nos músculos, a outros nas pantorrilhas, aos demais em pleno abdomem. Todas as entranhas caem por terra. E havia uns que ainda corriam em vão: iam arrastando seus intestinos e pareciam enredar os pés neles. Alguns tentavam fugir, mas ninguém sabia para aonde ir; na entrada lhes feriam, lhes apunhalavam. Outros escalavam os muros mas nem assim podiam salvar-se. Outros se deitaram entre os mortos para escapar.



No dia primeiro da Serpente, do ano Três das Casas, o imperador Cuauhtemoc entregou-se a Hernan Cortez. Foi o final definitivo da nação asteca.

Aparentando estar mortos, se salvaram. O sangue dos guerreiros corria como água, o odor de sangue dominava o ar, as entranhas pareciam arrastar-se. E os espanhóis andavam por tudo, lançando estocadas, buscando coisas, procurando pelos que estavam escondidos para matá-los".

Os exércitos de Montezuma, tomados de surpresa, tentam se organizar. Mas o imperador aparece em sua sacada e ordena que não se lute. "Não somos competentes para fazer-lhes frente. Que não se lute". O povo se revolta e tenta matar Montezuma a flechadas, mas ele é protegido pelos escudos espanhóis. Depois do massacre, os conquistadores se refugiam nas casas reais, onde são atacados durante 23 dias consecutivos.

Só houve trégua quando, em julho de 1520, Cortez voltou a Tenochtitlan depois de ter derrotado Narváez. Os habitantes se esconderam quando o capitão e seu grupo passaram rumo às casas reais. Mas logo depois a guerra continuou. "Durante quatro dias se lutou com fúria". E foi então que o cadáver de Montezuma apareceu à beira de um dos canais. "Dizem que foi um dos índios que o matou com uma pedrada, ainda que alguns vassalos afirmam que os espanhóis, mesmo, que o mataram, pelas partes baixas lhe meteram a espada".

Na noite do quarto dia consecutivo de combate, 30 de julho, os espanhóis decidem abandonar Tenochtitlan. Usaram pontes de madeira portáteis para cruzar os inúmeros canais da capital. Mas quando chegaram ao canal de Tlaltecayohuacan, "foi como se toda a nação mexicana se derrubasse sobre eles, como se uma montanha se lhes caísse por cima". Para os conquistadores foi a *Noche Triste:* eles perderam muitos homens e a maioria dos tesouros que levavam de Tenochtitlan.

"E quando os espanhóis partiram, se pensou que de uma vez se iam, que para sempre se haviam ido, que nunca mais regressariam, que nunca mais dariam a volta". E aos poucos, o império asteca iniciou a sua reestruturação. Cuauhtemoc foi eleito imperador para substituir o tragicamente morto Montezuma. As festas voltaram a celebrar-se. Mas os conquistadores haviam deixado ainda os bacilos da varíola, doença desconhecida entre os índios. "E, de repente, iniciou-se uma enfermidade geral, uma peste. Era muito destruidora a enfermidade. Muitos morreram dela. A alguns, cobriu de grãos todas as partes do corpo, na cabeça, na cara, no peito. Era muito destruidora. Já ninguém podia andar, só ficavam deitados, estendidos na cama. Ninguém podia mover-se, nem o pescoço se conseguia mover. Não podiam deitar-se de cara para baixo, nem sobre as costas, nem sobre um lado, nem sobre o outro. E quando se moviam um pouco, davam gritos. A muitos trouxe a morte essa pegajosa, feridenta e dura enfermidade dos caroços. Mas muitos morreram só de fome, já que ninguém podia cuidar de ninguém. O tempo em que esteve ativa esta peste foi de 60 dias. Começou em Cuatlan e quando se deram conta, já estava alastrada".

Quase um ano depois, em maio de 1521, os espanhóis voltaram a Tenochtitlan. Desta vez com 12 pequenos navios construídos à beira do lago de Tlexcoco e acompanhados por 80 mil aliados tlaxcaltecas. No dia 30 de maio iniciaram o assédio final à cidade. "Se puseram em fila, levando seus canhões. Vão sem pressa, não se alteram. Vão tocando suas trombetas e flautas. Quando dispararam seus canhões, tudo se escureceu como a noite. Se difundiu o fumo e houve debandada geral. Se chorava com grandes gritos. Lágrimas escorrem dos olhos das mulheres. Algumas levam nos ombros seus filhos pequenos, mas não sabem aonde ir":

Depois de 80 dias de sítio, a situação na semidestruída Tenochtitlan é desesperadora. "Todo o povo estava plenamente angustiado, padecia fome, desfalecia de fome. Não se bebia água potável, água limpa, mas sim água de salitre. Muitos homens morriam com desinteria. Tudo o que se comia eram lagartixas, pombas e grama salitrosa. Andavam mastigando sementes e lírios aquáticos, couro e pele de veados, lhe assavam, requeimavam, chamuscavam e comiam. Além de algumas ervas ásperas e barro. Não há nada como este tormento: é terrível estar sitiado".

Pouco a pouco os astecas vão retrocedendo. Os espanhóis invadem o mercado central e "nesta mesma época puseram também fogo no templo, o queimaram. Imediatamente ardeu, muito longe subiram as chamas". O império mais poderoso do Novo Mundo está irremediavelmente derrotado. No dia primeiro da Serpente, do ano Três das Casas, que corresponde a 13 de agosto de 1521, o imperador Cuauhtemoc entregou-se a Hernan Cortez. "E nesse dia, depois de haver saqueado o que restava da cidade, os capitães tomaram para si o ouro e a prata; os senhores, as pedrarias e as plumas e os soldados, as mantas e as demais coisas. Depois estiveram outros quatro dias para enterrar os mortos, fazendo grandes festas e alegrias".

---

(1) *O calendário Asteca dividia-se em ciclos de 52 anos, subdivididos em quatro séries ou* cores *de 13 anos: dos Coelhos, dos Bambus, das Pedras e das Casas.*

(2) *Montezuma quer dizer* Aquele que Fala.

(3) **Mictlan-Cuauhtla** —*"Bosque da região dos mortos", um pequeno povoado já desaparecido, que fica nas imediações de Veracruz.*

(4) **Quetzal** — *ave de plumagem colorida, semelhante à arara. Tinha grande importância na vestimenta e na mitologia dos astecas e dos maias.*

(5) *De todos esses artefatos, foram poquíssimos os que chegaram inteiros até a Europa. Apenas dois pratos trabalhados, um de ouro e outro de prata, foram enviados por Cortez como sinal de sua lealdade ao Rei Carlos V. O pintor alemão Albrecht Dürer chegou a contemplá-los e escreveu que "nunca havia visto trabalhos tão maravilhosos, que lhes encheram de satisfação o coração".*

(6) *Os cavalos, assim como os camelos, tinham sido originários da América, mas depois de sua imigração pelo estreito de Bering, estavam extintos no continente.*

(7) **Amadis de Gaula**, *o mais famoso dos romances de cavalaria, escrito, provavelmente, em 1304.*

UNIPREV

MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965

HÁ 14 ANOS PROTEGENDO A FAMÍLIA BRASILEIRA.

UNIÃO PREVIDENCIÁRIA
RUA DOS ANDRADAS, 1251 — 9º ANDAR
TELEFONES: 21-3625 — 21-5869
PORTO ALEGRE — RS

SEDE: PORTO ALEGRE

A PALAVRA ARDENDO, NA POESIA

SOLIDÃO PROVISÓRIA; de Luiz de Miranda. Editora Alfa-Omega, Cr$ 50,00.

Na introdução do seu livro, Luiz de Miranda diz que "muitos escritores escrevem em busca da glória, para satisfazer os modismos formais e aos professores de literatura, esquecendo quase por completo a realidade onde vivem, o substrato social-político-histórico que os cerca. A literatura não deve estar vinculada ao esteticismo estéril da arte pela arte, deve ser um caminho por onde se possa inaugurar e transformar uma realidade histórica".

Pois o seu livro se constitui numa das mais importantes obras da recente produção poética brasileira justamente porque representa uma síntese radical de todo esse período difícil e conturbado da vida brasileira dos últimos anos, cujo sentimento ele apanha com dolorida sinceridade. É um momento de clara lucidez e rara beleza. Atinge a eficácia poética colhendo as asas das contradições históricas em pleno vôo, transformando-as, com a devida competência, em obra literária.

Não sem reazão, Ferreira Gullar registra no prefácio do livro de Miranda: "Estamos longe de uma atitude que se conforma com o isolamento, porque o poeta sabe que *não existe solidão na poesia* e que *debaixo da tarde/ a apalavra arde. Nem submissão nem falsa euforia*".

Solidão Provisória, um itinerário obrigatório por onde precisam passar desde os jovens poetas, os leitores assíduos, os *especialistas,* enfim como condição de reconciliação com os verdadeiros caminhos da poesia brasileira, sua temática e seus compromissos.

Luiz de Miranda, poeta paciente e sincero, elabora a sua poesia de frena para a vida, com vigor, bravura, resistência, lirismo. No dizer de Nelson Werneck Sodré, "sua poesia se junta a de alguns, uns poucos, que souberam ver o que ele viu, sentir o que ele sentiu. A época amarga e opaca e escura, é atravessada por essa poesia como um relâmpago. Sua luz denuncia auroras."

Solidão Provisória integra-se exemplarmente como um dos mais significativos acontecimentos da poesia brasileira. Uma de suas referências obrigatórias. Alcança a expressão vitoriosa da fecundidade humana, social e política de nossos melhores poetas. Sem concessões, é uma poesia sem festejos, embora de celebração. A celebração necessária da passagem da "solidão provisória" para uma solidariedade definitiva.

DILAN CAMARGO

A CAÇA E A CASA

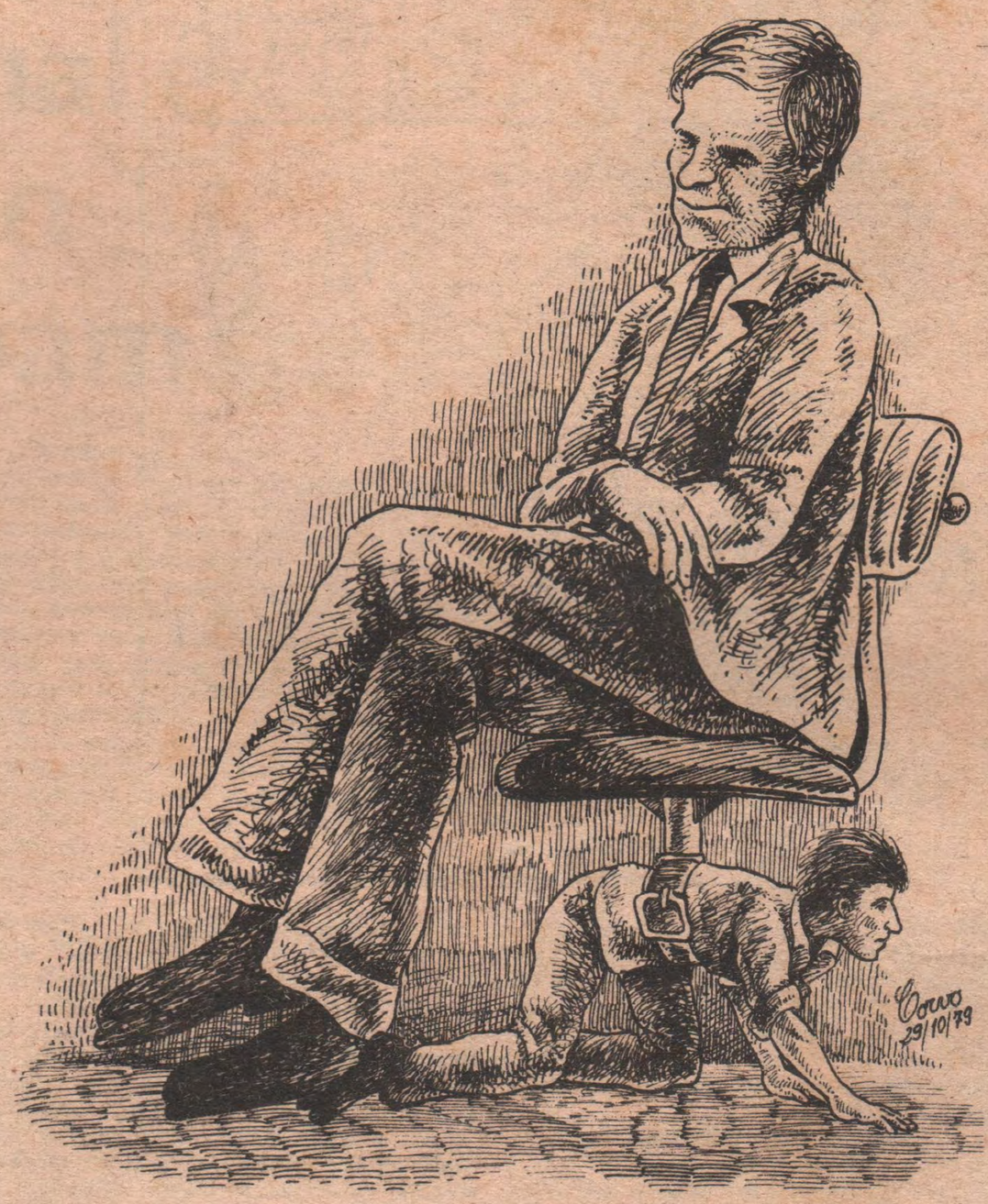
Passeia na casa
a caça e suas penas
em cujo vôo há um grave canto
à medida que dele se vê o horizonte

Assim, a ave não passa de logro
se bem vista
onde a asa de tanto vôo
a vista e o alcance exato?

Este ato de ser caça
ao invés de ave
é um fato público
onde o alarme farta
mas o reclame de movê-la falta

Ave
absurdo te darem o nome
de nave
se o teu respirar profundo
é crescimento móvel no espaço

Luiz de Miranda



COMO SE TECE O MANTO DO PODER

INSTITUIÇÕES MÉDICAS NO BRASIL — INSTITUIÇÕES E ESTRATÉGIA DE HEGEMONIA, Editora Graal, Cr$ 200,00

A tese de doutorado de Madel T. Luiz define algumas questões muito discutidas no país, no momento, e, o que é importante, o faz em termos bem concretos. Suas afirmações relativas à hegemonia de classe sobre, estruturação do poder numa sociedade, sobre o caráter e a estrutura das instituições, não se originam na reflexão teórica, mas num árduo trabalho de entendimento, pesquisa e descoberta do papel e do caráter das instituições médicas em nosso país.

Seu objeto principal de análise é a identificação de como se estrutura um projeto de hegemonia de uma classe numa sociedade. Como se dá esse processo historicamente, quais os seus agentes quais as suas contradições, que resistências e obstáculos encontra. Ao mesmo tempo está análise procura identificar, conjunturalmente quais as principais transformações ocorridas na sociedade e, assim, revelar como se fundamentou e se deu o processo de hegemonia. Nesta análise, Madel define as instituições como instrumentos de poder, de dominação de classe.

Parte do pressuposto que a viabilização da hegemonia de uma classe se dá pela firme e ramificada teia formada pelos órgãos de poder central — os chamados Aparelhos Ideológicos do Estado, AIE de Althusser — e as instituições. Madel procura discutir quais as cartacterísticas dessas instituições que permitem sua extrema eficiência no sentido de construir esta hegemonia de classe.

Assim desenvolve a análise referente ao processo de hegemonia procurando definilo como a tentativa de uma classe de tornar seus interesses (particulares) iguais aos interesses de toda sociedade (universais). É neste sentido que as instituições atuam como instrumentos concretos, diversificados, ramificados em toda a sociedade, que através de suas *funções* elaboram, tecem e cobrem a sociedade com o manto ideológico do discurso da classe dominante. As instituições elaboram o *saber* social, elaboram a ideologia da classe dominante, para os mais variados aspectos das relações sociais. É o que conhecemos como a *tecnocracia* imparcial e endeusada pelo poder, firmando, assim, o próprio poder da classe dominante.

Por outro lado a eficiência das instituições é derivada em muito da sua *transversalidade* tanto em relação às *funções* que desempenha — formar, controlar e reprimir — como em relação às *instâncias* da sociedade — econômica, política e ideológica. Este é o conceito que Madel dá para as instituições. Instituições tem, neste trabalho, o significado de um conjunto articulado de *saberes* (ideologias) e *práticas* (formas de intervenção normatizadora na vida dos diferentes grupos e classes sociais).

Além de procurar desmontar todo o processo de estruturação e atuação das instituições, ou questões importantes são levantadas pelo livro. Assim, analisa o processo de concentração do poder de decisão, pós-64, nas instituições ligadas ao centro de poder. Baseado na decantada sabedoria tecnocrata e no racionalismo do planejamento cerceou-se todo o debate e decisão sobre os rumos que deveria tomar o tratamento das questões candentes no país, como educação, medicina.

Ainda aponta a profunda relação deste tipo de estruturação do poder com a sua base econômica, ou seja, a viabilidade econômica, no caso da medicina, do tripé formado pelo capital estrangeiro, capital nacional e estado.

Por fim, faz uma discussão a respeito do método de análise que permitirá identificar os elementos acima apontados. Criticando métodos funcionalistas, estruturalistas e suas combinações, aponta para a necessidade de se ater no aspecto *histórico* — para entender projeto de hegemonia como um processo — e no aspecto *dialético* para entender este mesmo projeto como um processo conflituoso do fenômeno. Daí a definição de instituições como cristalizações históricas do poder. Se assim é possível entender a estruturação de um poder de classe, seus conflitos e a resistência oposta a esta, na luta de classes, pelos subordinados.

PAULO DE TARSO L. VIEIRA

Lançamentos

CIDADE SUBMERSA, de José Eduardo Degrazia. Um poeta que se posiciona no mundo, numa luta em que por armas tem os versos. Editora Movimento, em convênio com o Instituto Estadual do Livro. Cr$ 60,00, 110 páginas.

A QUESTAO DA EMANCIPAÇÃO, cadernos da Comissão Pró-Índio nº 1. A publicação reúne dados das várias situações vividas pelos índios e procura sua avaliação, para, através do diálogo e da análise objetiva dos problemas, buscar soluções adequadas. Cr$ 90,00, 90 páginas.

QUERIDO SENHOR ASSASSINO, de Fernando Portela. Editora Símbolo. Essas histórias são profundamente marcadas pelo traço da realidade, em parte por causa do faro do autor-jornalista vivendo o dia-a-dia da grande cidade. Cr$ 160,00, 166 páginas.

O MARXISMO DIANTE DAS SOCIEDADES PRIMITIVAS, de Emmanuel Terray. Editora Graal. O livro é constituído de dois estudos, o primeiro relacionando os estudos de Morgan a luz d Antropologia contempoprânea, e o segundo a posição do materialismo histórico diante das sociedades segmentares e de linhagens. 180 páginas.

POR QUE DEFENDO OS COMUNISTAS, de Sobral Pinto. Universidade Católica de Minas Gerais em convênio com Editora Comunicação. 240 páginas, Cr$ 200,00.

SANDINO, GENERAL DE HOMENS LIVRES, de Gregório Selser. Global Editora. A vitória da guerrilha na Nicarágua trouxe à luz a figura de um legendário combatente centro-americano pelas causas dos países dependentes: Sandino Cr$ 100,00, 108 páginas.

O NORDESTE BRASILEIRO: UMA POLÍTICA REGIONAL DE INDUSTRIALIZAÇÃO, de Raimundo Moreira. Editora Paz e Terra. O autor é economista e seu livro foi originalmente preparado como tese para o Programa de Formación de Investigadores do Centro de Estudios Urbanos Y Regionales, de Buenos Aires. 170 páginas, Cr$ 140,00.

URUGUAI: UM CAMPO DE CONCENTRAÇÃO, de A. Veiga Fialho, com textos especiais de Eduardo Galeano e Jorge Amado. Uma visão apavorante do que ontem foi considerado um exemplo de democracia no mundo inteiro. Civilização Brasileira, 256 páginas, Cr$ 160,00.

CONVERSAÇÕES COM ARRAES, de Cristina Tavares e Fernando Mendonça. Após 15 anos de exílio, o retrato de um nordeste conturbado nas análises desse homem, um nordeste de 110 milhões de habitantes e mais de oito milhões de quilômetros quadrados. Editora Vega. 140 páginas, Cr$ 120,00.

REQUIEM PARA OS ÍNDIOS, de Felicitas Barreto. Editora Global/Ground. "Ao publicar esse livro, não tenho a pretensão de considerá-lo uma obra científica ou etnológica. Ele é apenas uma narração de fatos autênticos, por mim presenciados e fotografados, nas minhas longas viagens pelas selvas deste continente". 150 páginas.

CURSO DE PSICOLOGIA GERAL, de A. R. Luria, vol. IV. A Civilização brasileira finalmente publica o quarto volume da obra desse psicólogo soviético, apresentando um novo enfoque de diversos problemas de psicologia geral. Cr$ 100,00, 122 páginas.

COMUNICAÇAO E SOCIEDADE, diversos autores. Editora Cortez & Moraes. Reúne diversos trabalhos no setor de comunicação, abrangendo tevê educativa no contexto da dependência, televisão e neocolonialismo, aspectos ideológicos da imprensa em língua alemã dos imigrantes no Rio Grande do Sul, censura e liberdade de imprensa., 200 páginas, Cr$ 170,00.

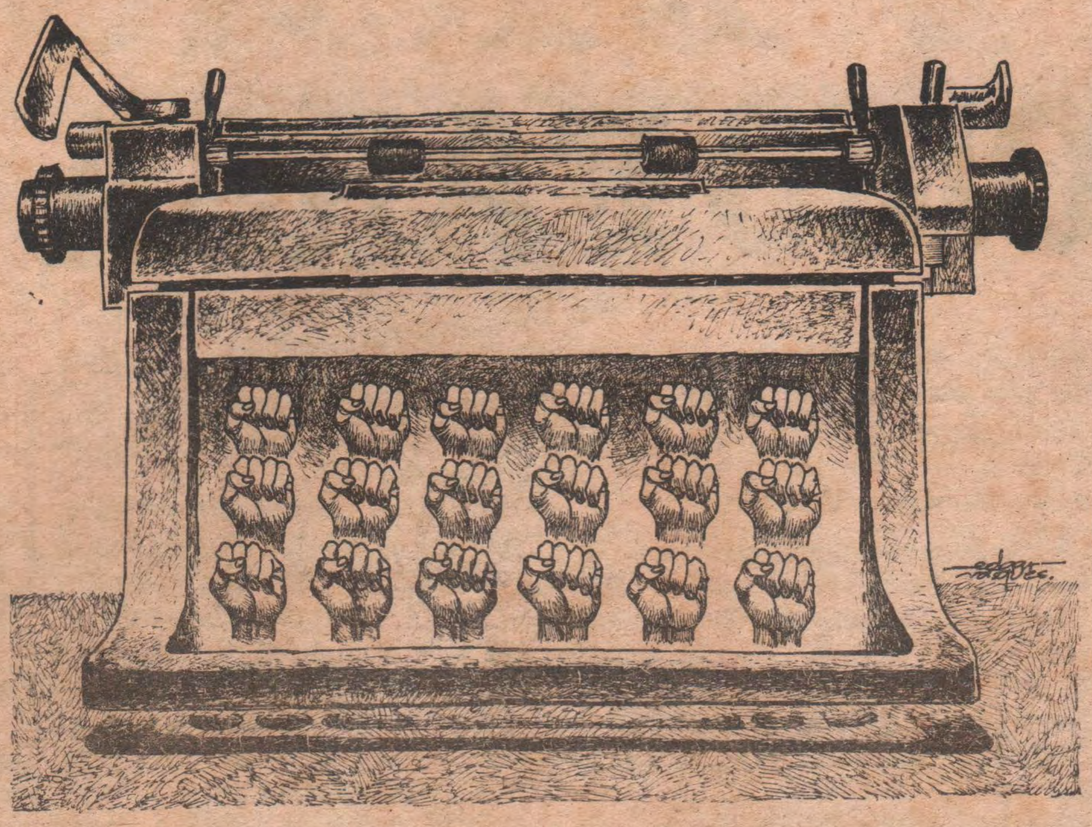
FILHOS DO MEDO, de Roniwalter Jatobá. Editora Plural. Esse romance narra duas vidas no cenário industrial de São Paulo: ora as ações se desenrolam no ambiente familiar, ora na fábrica. No meio de tudo isso, uma explosão em forma de amor, agonia e consciência. 108 páginas, Cr$ 100,00.

LUTA ARMADA E FICÇÃO NO BRASIL

OS GUAIANÃS, de Benito Barreto, quatro volumes: Plataforma Vazia, Capela dos Homens, Mutirão para matar e Cafaia. Editora Interlivros.

AS MENINAS, de Lygia Fagundes Teles, Livraria José Olympio Editora, 255 páginas.

REFLEXOS DO BAILE, de Antônio Callado, editora Civilização Brasileira.



I

É bem possível que haja exceções, que confesso desconhecer e que seria interessante levantar mas os enredos das obras de ficção brasileiras até 1930 não registram movimentos armados de contestação ao regime e/ou à estrutura sócio-econômica vigentes, fosse no presente, fosse no passado. E sabemos muito bem que estes movimentos foram numerosos e alguns extremamente importantes em todo o século passado e também nas três primeiras décadas deste.

Franklin Távora em **O Cabeleira** não chega, apesar das contradições presentes no texto, a definir a ação do protagonista como uma contestação armada da ordem vigente. Trata-a como um desvio, um caso pessoal. Além disto, para não deixar qualquer dúvida, faz as forças da ordem eliminarem seu proto-jagunço ao final da obra.

A coisa começa a mudar um pouco a partir de 1930. Temos, por exemplo, referências muito claras à Revolução de 30 no início de **São Bernardo,** de Graciliano. Érico Veríssimo na última parte de **O Tempo e o Vento** faz de seus personagens participantes ativos daquele movimento político-militar. Em **Fogo Morto,** José Lins do Rego coloca cangaceiros em franca rebelião, com o apoio da população, o que é mais acentuado ainda em **Os Cangaceiros,** do mesmo autor, o qual, em **Moleque Ricardo**, descreve uma revolta popular em Recife. Em **Seara Vermelha,** de Jorge Amado, temos a revolta dentro dos quartéis.

É evidente que uma análise mais rigorosa do problema exigiria compulsar todas as obras de ficção do período e fazer distinções muito nítidas. Por exemplo, entre as que abordam, **a posteriori,** movimentos armados vitorisosos, origem de uma nova ordem, e os casos de José Lins do Rego e Jorge Amado, onde a revoltas são dominadas. Esta, contudo, seria uma análise bem mais específica. Aqui é importante apenas observar a evolução do tratameto dado ao tema na ficção brasileira, evolução que vai do total esquecimento no século passada à referência incidental e ou à discussão aberta ou quase a partir de 1930.

II

Os anos que vão de 1964 a 1974 foram certamente os mais tormentosos do país no plano político-militar desde as revoltas que pipocaram no interior dos quartéis a partir de 1890 e, em particular, a partir de 1920. As revoltas desta última década podem ser consideradas, à distância, como os sintomas da proximidade da Revolução de 30, marco do Brasil moderno, capitalista, industrial e urbano, pelo menos no centro-sul.

As revoltas armadas anteriores a 1930, mesmo as mais importantes, não deixaram marcas na ficção brasileira. E os movimentos armados da década de 60 e do início da de 70?

Tirando contos e referências incidentais mais ou menos diretas, que num levantamento exaustivo surgiriam possivelmente em número razoável, parece que são três as obras em que o tema é abordado de forma ampla, se bem que não na mesma intensidade e com características bastante diversas: **As Meninas,** de Lygia Fagundes Telles, **Reflexos do Baile,** de Antônio Callado e **Os Guaianãs,** a obra monumental de Benito Barreto

Em **As Meninas,** a guerrilha urbana em São Paulo tem o espaço exato de um terço da obra, pois o projeto que norteia sua organização é claro: reunir três personagens-símbolo, três jovens adolescentes habitantes de um internato dirigido por irmãs religiosas.

As três moças — Lorena, Lia e Ana Clara -- são a personificação esquematizada de três grupos sociais bem definidos e delimitados: a burguesia dirigente, a classe média e a baixa classe média. Se a primeira *nem tá* e a terceira de nada sabe, a segunda se radicaliza. E nasce Lia de Melo Schultz, militante de um grupo guerrilheiro não identificado nominalmente mas cujas ações atingem o plano dos seqüestros políticos.

Dentro do projeto da autora — muito próximo do de Raul Pompéia em **O Ateneu** — não há lugar para a narração direta das ações das três personagens no *exterior*. O que acontece é quase sempre em contraponto. O internato é um microcosmo, uma parte que refere, em ponto menor, o todo. Dentro deste esquema, Lia é vista como protagonista de ações baseadas numa visão ideal defendida com unhas e dentes, numa estrutura pessoal adolescente e num desenraizamento social bastante claro. Lia — a classe média — age por instinto e com boa dose de motivos afetivos, quer dizer, de um ponto de vista político frio, irracionais. É o final ambíguo, nem de longe é um final feliz: Lia poderá conseguir viajar para a Argélia e encontrar-se com seu companheiro trocado por um refém qualquer como poderá ser detida e passar pelos horrores conhecidos e pouco condizentes com a tradição pacífica do povo brasileiro.

O artista tem todos os direitos, inclusive o de ser expulso, dizia W.I. Ulyanov. Isto é, o legislador pode até lançar fora do estado o artista, se assim o julgar conveniente — e Platão já o via muito bem. Contudo, jamais poderá tratá-lo como inimigo puro e simples, pois o campo da criação não está submetido, por ser de outra natureza, à fria racionalidade da administração da *pólis*. Quer dizer, julgar o artista a partir de um *etos*, restrito ou amplo, pessoal ou político, é uma tentação a ser sempre repelida.

Diante de **Reflexos do Baile,** de Antônio Callado, contudo, é difícil resistir a ela. Tomando como núcleo da narração a ação de um grupo guerrilheiro do Rio, envolvido em vários planos, entre os quais um seqüestro, Antônio Callado pinta, com inegável e inigualável esplendor ligüístico, um quadro cômico-surrealista de embaixadores idiotas e decadentes, guerrilheiros adolescentes e policiais analfabetos. No que diz respeito aos primeiros, tudo bem, é bem possível que seja isto. Quanto aos segundos, é uma clara subestimação. Mas o chocante, revoltante até, é o tom burlesco com que envolve seus protagonistas em armas, crianças imaturas do plano sexual ao político.

Imaturos, equivocados ideologicamente, primários tática e estrategicamente, fossem lá o que fossem estes aprendizes de guerrilheiros, é impossível — e este é um claro julgamente ético — não julgar pelo menos inconveniente e desrespeitoso dar um tratamento farsesco a ações que levaram a incríveis sofrimentos ou mesmo à morte, como hoje é de todos conhecido. Se a guerra é a guerra, o silêncio é o mais adequado diante dela para quem está de fora.

Mas este julgamento ético, injusto para com o autor como artista, talvez nasça de um conflito de imagens, até agora inconsciente, na minha cabeça: o de um Antônio Callado radicalmente diferente, ideologicamente, de Nelson Rodrigues. Afinal, que este qualificasse Lamarca de "Che estabanado", seria muito coerente. Mas foi Callado que o fez. E aqui ele não tem o álibi do artista.

De qualquer forma, é preciso dar a mão à palmatória a Callado-romancista: é quase inacreditável, mas é verdade, que os depoimentos de Fernando Gabeira, Alex Polari e outros que sobreviveram dêem da guerrilha uma imagem que, pelo menos em parte, é semelhante àquela que nos é transmitida em **Reflexos do Baile.**

III

Seja qual for o valor literário de **As Meninas** e de **Reflexos do Baile** e sejam quais forem as discussões que gerarem, a grande obra, a maior de todas, a tratar do tema da contestação armada na ficção brasileira é **Os Guaianãs,** de Benito Barreto. Paradoxalmente, apesar de tratar-se de um dos mais importantes romances brasileiros de todos os tempos, trata-se de uma obra pouco conhecida e menos ainda comentada pelos recenceadores e "críticos literários" brasileiros, muito preocupados, por sua conhecida ignorância, com coisas mais amenas e mais adequadas a seu nível.

É claro, absolutamente não é o tema de **Os Guaianãs** a lhe dar mérito — nenhum tema em si dá, por si próprio, qualquer mérito. Mas esta obra está certamente entre as grandes obras épicas latino-americanas deste século. É o nosso **Guerra e Paz.**

Quanto maior o valor da obra, menor a importância em comentá-la. O essencial é lê-la. De qualquer forma, uma análise da obra de Benito Barreto teria que levar em conta pelo menos três elementos essenciais, por contraposição com as duas outras acima citadas. Em primeiro lugar, o espaço da ação é a zona agrária. Em segundo não há ideais abstratos. Os protagonistas lutam simplesmente pela sobrevivência biológica ou porque, acuados, não lhes resta outra solução. Inclusive, os grandes heróis de **Os Guaianãs** lutam a contragosto. Eles não têm qualquer ideal, qualquer projeto. A História é que lhes dá um ao encurralá-los e ao darlhes a morte como única alternativa à luta. Uma obra simplesmente espantosa. Os quatro volumes devem ser lidos, obviamente, pela ordem. Há algumas dificuldades técnicas mas elas não são insuperáveis.

Numa conclusão rápida mas não superficial, pode-se afirmar que o tema da contestação armada na ficção brasileira evolui do ponto de completa ausência até tornar-se o centro absoluto da narração. E uma análise histórica certamente encontraria uma homologia entre esta evolução e a evolução da sociedade brasileira em suas elites dirigentes: de uma casta fechada, europeizada e urbana, única capaz de gerar, direta ou indiretamente, econômica e culturalmente, letrados a um grupo bem mais heterogêneo, contraditório mesmo, permeado de novos setores ascendentes, em particular após 1930, com a derrocada do das antigas estruturas econômicas, sociais e culturais do expansionismo capitalista europeu do sec. XIX. E os ficcionistas, como porta-vozes de seu tempo, criarão a partir de experiências grupais da época, libertos da rigidez ideológico-cultural a que estavam submetidos seus predecessores do século anterior.

José Hildebrando Dacanal



Querida Família
Um drama do nosso tempo.
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios.
Cr$ 70,00



Cooperativismo e Competição
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo
Selo Debate nº 1
Cr$ 75,00

DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte (s) livro (s):
. . . . . exemplar (es) — Querida Família
. . . . . .exemplar (es) — Cooperativismo e Competição ao preço total de Cr$ . . . . . ., 00.
Nome . . . . . .
Rua . . . . . Bairro. . . . . .
Cidade . . . . . .
CEP . . . . . Estado . . . . . .

Assinatura

Não mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).

BIBLIOTECA CENTRAL
U.N.B.
UNIVERSIDADE D.F.



LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

COMO FARSA

Se é verdade que, como disse Marx, a história só se repete como farsa, como se repetiriam, hoje, alguns acontecimentos históricos?

CENA DA REVOLUÇÃO FRANCESA — (Madame Giscard D' Estaign, de "robe-de-chambre" no seu "boudoir". Entra um assessor de RP da presidência. Madame reage indignada).

MADAME — Fora do meu "chambre"!

ASSESSOR (De olho no decote de Madame) — Quem está saindo fora do seu chambre é a senhora...

MADAME — Eu quis dizer "chambre" em francês. Allez, allez, fora. Só Valery entra aqui, e assim mesmo duas vezes por ano.

ASSESSOR — Madame, eu vim dizer que foi um erro a senhora usar o colar de esmeraldas na recepção desta noite.

MADAME — Por quê? As esmeraldas são minhas. Valery mas deu.

ASSESSOR — Tas deu?

MADAME — Que Tadeu?

ASSESSOR — O presidente deu as esmeraldas a ti, no sentido de "a toi"?

MADAME — "A toi", não. "A vous".

ASSESSOR — Amim?

MADAME — Amim, não. Foi Bokassa quem deu as esmeraldas a "lui".

ASSESSOR — Que Lui?

MADAME — Ao Valery. E o Valery mas deu.

ASSESSOR — Tas deu?

MADAME — Ao Tadeu, não. A mim.

ASSESSOR — Amin? Não foi o o Bokassa?

MADAME (com um gesto súbito) — Fora do meu "chambre"!

ASSESSOR (de olhos no decote) — Estou vendo! Estou vendo!

MADAME — "Sorte"!

ASSESSOR — Sorte a minha.

MADAME — "Sorte" em francês, no sentido de saia!

ASSESSOR — A senhora não ouve o ruído da multidão lá fora? A história das esmeraldas pegou mal. O povo está revoltado.

MADAME — Se o povo não tem esmeraldas, que use "bijuterie".

ASSESSOR — O povo quer o seu pescoço, madame.

MADAME (indecisa) — Esse "pescoço", é em francês?

• • •

CENA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL — (Os barcos chegam à praia. Todos desembarcam. O líder da expedição olha em volta. Comenta com seus companheiros).

CHEFE — What do you think?

UM COMPANHEIRO — I like it.

OUTRO — Very good.

CHEFE — The soil looks good, Perry.

PERRY, RELATOR DA EXPEDIÇÃO — Anything you plant here will surely grow...

CHEFE — We have timber, probably minerals... Very nice.

(Aproximam-se alguns nativos)

NATIVO — Bom dia...

CHEFE — Speak English?

NATIVO — Yes.

CHEFE — What is your name?

NATIVO — Como é?

CHEFE — Você não diz que fala inglês?

NATIVO — Só sei dizer "yes".

CHEFE Bem. Nós chegamos de grande terra bem longe. Subimos pelo rio. Desembarcar. Tomamos posse. Esta terra nossa agora.

NATIVO — O amigo não leva a mal, mas...

CHEFE — Yes?

CHEFE — Yes?

NATIVO — "Yes". Isso. É a única palavra que eu sei dizer. Foi um missionário americano que me ensinou. Disse que quando chegasse estrangeiro aqui, era só dizer "yes".

CHEFE — Yes?

NATIVO — Yes.

CHEFE — Eu dizer "yes" para você continuar! Continue, nativo.

NATIVO — Ah. Yes. Bem. É que esta terra já tem dono.

CHEFE (olhando em volta) — Quem são donos?

NATIVO — Somos nós mesmos.

(O Chefe dá uma gargalhada, acompanhada por todo o seu grupo)

CHEFE — You don't understand. Nós somos donos agora. Vocês ser nativos. Atrasados. Nós viemos de grande terra bem longe. Tecnologia avançada. Pau de fogo faz "bum-bum" Diga para eles, Perry.

PERRY — Nós somos donos agora. vocês ser nativos. Atrasados. Nós viemos de grande terra bem longe. Tecnologia avançada. Pau de fogo faz "bang-bang".

CHEFE (irritado) — Isso foi exatamente o que eu disse, Perry!

PERRY — Não. O senhor dizer "bum-bum". "Bum-bum" aqui é outra coisa. Right, nativo?

NATIVO — Yes. Mas olha aqui...

CHEFE — Não precisa se preocupar. Nós usar mão-de-obra local. Pagar com conta de vidro, espelhinho. Só queremos o que está em cima e em baixo da terra. O resto fica com vocês, yes?

NATIVO — Yes. Mas...

Chefe — Arrá! Você disse "yes". Agora não pode voltar atrás. De onde eu venho, "yes" é "yes".

NATIVO — E "não", como é?

CHEFE — "Não" é "yes" também. Diga para eles, Perry.

Perry — "Não" é "yes" também.

CHEFE — Foi exatamente o que eu disse!

Perry — Mas eu fui mais expressivo.

CHEFE — Shit. Da próxima vez, em vez de um relator, vou trazer um gravador. Gravador, pelo menos não responde. Nativo, para você, vou ensinar uma palavra nova. Qualquer estrangeiro chega aqui, você diz esta palavra para ele, OK?

NATIVO — OK.

CHEFE — Você aprende depressa!

NATIVO — Qual é a palavra?

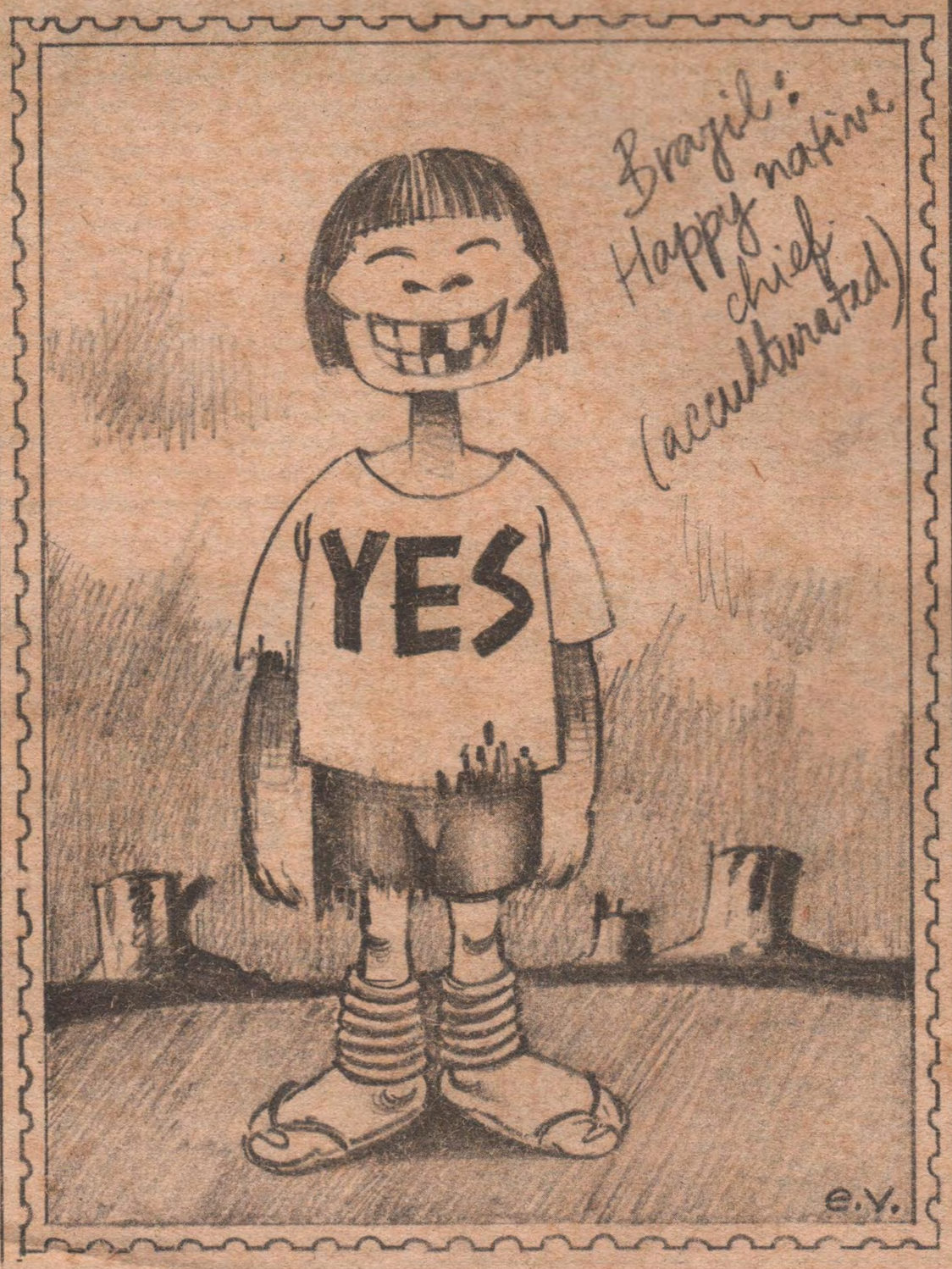
CHEFE — É "OK". Você já disse. Parabéns, nativo. Acho que vamos nos entender muito bem. Negócio fechado?

NATIVO — Não.

CHEFE — O que você disse? Não entendo bem sua língua. Diga isso em inglês.

NATIVO — Yes.

CHEFE — Ótimo! Agora, me conte. O que é "bum-bum"?



• • •

CENA DO ASSASSINATO DE JOHN F. KENNEDY — (Repórteres entrevistam autoridades e a sra. Kennedy na sala de espera do hospital. Todos tem que se agachar, a intervalos, para evitar as balas que entram zunindo pela janela).

REPÓRTER — Houve uma conspiração?

AUTORIDADE — Em absoluto! Foi um assassino solitário que matou o presidente.

REPÓRTER — Mas dizem que o presidente está sendo operado e ainda não morreu.

AUTORIDADE — Bem...

(Entra uma Enfermeira)

ENFERMEIRA — Alguém entrou na sala de cirurgia e desligou todos os aparelhos. O presidente morreu!

AUTORIDADE — Próxima pergunta.

REPÓRTER — E estes tiros contra o hospital?

AUTORIDADE — É a maneira do povo do Texas manifestar o seu sentimento com a morte do presidente.

(Um projétil de bazuca entra pela janela e demóli uma parede do hospital)

AUTORIDADE — Olhe só. Alguns são mais emotivos...

REPÓRTER — Será que eu posso falar com a senhora Kennedy?

AUTORIDADE — Bem, acho que pode. Mas use o tato. Ela está muito transtornada.

REPÓRTER — Sra. Kennedy, fora isto, o que é que a senhora está achando de Dallas?